

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CANDIDO RONDON
CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS/CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/PPGGEO

DAIANE TAIS PROBST

**PRECARIEDADE DO TRABALHO E MIGRAÇÃO: UMA ANÁLISE A
PARTIR DA INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES PARAGUAIOS EM MER-
CEDES/PR (2020-2026)**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2026

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CANDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/PPGGEO

DAIANE TAIS PROBST

**PRECARIEDADE DO TRABALHO E MIGRAÇÃO: UMA ANÁLISE A
PARTIR DA INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES PARAGUAIOS EM MER-
CEDES/PR (2020-2026)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Do Oeste Do Paraná, *Campus* de M. C. Rondon como condição obrigatória para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Ferreira Campos

MARECHAL CANDIDO RONDON
2026

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Probst, Daiane Tais

PRECARIEDADE DO TRABALHO E MIGRAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES PARAGUAIOS EM MERCEDES/PR (2020-2026) / Daiane Tais Probst; orientador Bruno Ferreira Campos. -- Marechal Cândido Rondon, 2026.
107 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Marechal Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2026.

1. . I. Campos, Bruno Ferreira, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em Geografia

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE DAIANE TAIS PROBST, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 3 dia(s) do mês de junho de 2026 às 14h00min, na modalidade remota síncrona, por meio de chamada de videoconferência, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Daiane Tais Probst, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia - nível de Mestrado, na área de concentração em Espaço de Fronteira: Território e Ambiente. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Guilherme Marini Perpétua, Bruno Ferreira Campos, Djoní Roos. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Bruno Ferreira Campos, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E MIGRAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CONTRADIÇÕES NA INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES PARAGUAÍOS EM MERCEDES/PR". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Guilherme Marini Perpétua, Djoní Roos. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).

Documento assinado digitalmente
gov.br BRUNO FERREIRA CAMPOS
Data: 09/06/2026 16:13:55-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Orientador(a) - Bruno Ferreira Campos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



Programa de Pós-Graduação em Geografia

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE DAIANE TAIS PROBST, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Documento assinado digitalmente
gov.br DJONI ROOS
Data: 09/06/2026 16:44:35-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Djoni Roos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon

Documento assinado digitalmente
gov.br GUILHERME MARINI PERPÉTUA
Data: 09/06/2026 16:35:38-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Guilherme Marini Perpétua

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

Documento assinado digitalmente
gov.br DAIANE TAIS PROBST
Data: 09/06/2026 16:54:01-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Daiane Tais Probst
Aluno(a)

Documento assinado digitalmente
gov.br FABIO DE OLIVEIRA NEVES
Data: 15/06/2026 14:51:07-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia

DEDICATÓRIA

Esta pesquisa significa muito mais do que uma inquietação acadêmica.

Ela foi um lugar seguro ao qual eu corri para aliviar a mente... e continuar.

Dedico estas páginas às ausências que me atravessaram e, ainda assim, não me destruíram.

Ao meu irmão Jader, levado cedo demais pelas águas do Rio Paraná, aos 16 anos, as mesmas águas que atravessam esta pesquisa. A sua partida abriu em mim um vazio que palavra nenhuma alcança. Desfez uma família linda de oito irmãos. E foi tentando sobreviver ao silêncio que você deixou que comecei a escrever como quem reaprende, aos poucos, a respirar... e a encontrar um motivo para seguir.

Ao meu irmão, que, aos 22 anos, não resistiu à dor da depressão. Todos nós sofremos juntos, mas a sua dor foi maior. E você não encontrou o que precisava para continuar. Eu sinto tanto, meu irmão... por não ter conseguido te salvar.

A sua ausência ecoa em cada linha deste trabalho. Houve dias em que a tristeza parecia maior que tudo, mas, ainda assim, eu segui. Por vocês. Com vocês. Mesmo sem vocês. Escrevi esse projeto debaixo de lágrimas e permaneci.

À minha filha, Liara, meu amor mais profundo. Perdão pelas ausências, pelos momentos em que precisei me dividir, pelas vezes em que o cansaço falou mais alto. Saiba que cada palavra escrita aqui carrega você. Tudo isso é por nós. Por você. Para que um dia entenda que, mesmo quando a vida fere profundamente, ainda é possível continuar.

A Deus, mesmo quando não compreendi, mesmo quando o silêncio pareceu resposta. Foi na dúvida, na dor e na fé que escolhi permanecer. E foi Ele quem me sustentou quando eu já não tinha forças.

À Nossa Senhora Aparecida, minha Mãezinha do Céu, por tantos dias em que, em desespero, eu te pedi forças para continuar.

Aos meus pais e irmãos, que, mesmo feridos, permaneceram comigo. Nos: amor resistiu à dor.

Às amigas que foram colo quando o mundo pesava. Kelly, por sempre me ajudar a vencer meus medos e por estar ao meu lado nos cuidados com a Liara. E Eloine, por cuidar do que eu tenho de mais precioso, permitindo que eu conhecesse lugares que nunca imaginei e levasse um pouco da minha pesquisa. Há gestos que não se esquecem e os de vocês vivem em mim.

A quem foi luz no meio do caos: Aionã, minha irmã de alma o mestrado me trouxe você e reacendeu a luz dos meus dias. Neto e Vinicius, que dividiram comigo os dias difíceis, trazendo leveza e alegria. E Anderson, que chegou como recomeço quando eu já não acreditava mais. Hoje, meu marido, meu parceiro, meu abrigo, meu maior apoiador e minha paz possível.

Ao professor Bruno, por aceitar o desafio de acolher uma pesquisa em andamento e dar a ela direção.

À CAPES, pela bolsa, que foi alívio e possibilidade para que esta pesquisa se tornasse realidade. E à banca examinadora, pelas contribuições.

E, por fim, a mim.

À mulher que chorou sozinha, que duvidou, que quase desistiu, mas não desistiu.

À mulher que transformou dor em força, ausência em caminho e que, mesmo quebrada, decidiu continuar.

Este trabalho não é apenas uma pesquisa.

É sobrevivência escrita.

É refúgio.

É recomeço.

É resistência.

É amor que ficou.

E é fé ... mesmo quando tudo parecia perdido.

E, ainda assim... eu floresci.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela vida, pela força e pela oportunidade de concluir mais esta etapa.

À minha família, meu marido Anderson, minha filha Liara, meus Pais e meus irmãos, e meus dois anjos no céu... pelo apoio, incentivo e compreensão ao longo desta trajetória.

Ao professor orientador, pela orientação, dedicação e contribuições fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro por meio da concessão de bolsa, essencial para a realização deste trabalho.

À banca examinadora, pela disponibilidade e pelas contribuições que enriqueceram esta pesquisa.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste estudo, meus sinceros agradecimentos.

PROBST, Daiane Tais. **PRECARIEDADE DO TRABALHO E MIGRAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES PARAGUAIOS EM MERCEDES/PR (2020-2026)**. 2026. 107 f. Dissertação de Mestrado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Área de concentração: Espaços de Fronteira: Território e Ambiente, Linha de Pesquisa: Dinâmica Territorial E Conflitos Sociais Em Espaços De Fronteira, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Marçal Cândido Rondon, 2026.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar as contradições presentes na inserção da população migrante de paraguaios no município de Mercedes (PR), localizado na fronteira entre Brasil e Paraguai, tomando o trabalho como categoria central de interpretação. A pesquisa parte do problema de compreender como o município atua na gestão da migração e das relações de trabalho transfronteiriças, bem como em que medida essa atuação contribui para reproduzir ou tensionar as desigualdades socioeconômicas características do capitalismo em áreas de fronteira. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético, com base em revisão bibliográfica, análise documental, observação de campo e realização de entrevistas semiestruturadas com migrantes, empregadores, representantes do poder público e agentes institucionais. Os resultados evidenciam que a migração para Mercedes está diretamente associada às condições materiais de existência, sendo motivada, sobretudo, pela busca por trabalho, melhores salários e acesso a serviços públicos básicos, como saúde e educação. Observa-se que a inserção dos migrantes ocorre predominantemente em setores de baixa qualificação, como a construção civil, a agroindústria, a indústria de confecção e os serviços, caracterizando-se por baixos salários, informalidade e instabilidade laboral. As entrevistas revelam que, embora o trabalho possibilite a permanência no território, ele se realiza sob condições marcadas pela precariedade e pela subalternização, evidenciando uma forma de inserção subordinada no mercado de trabalho local. Ao mesmo tempo, o acesso a políticas públicas universais contribui para a reprodução da vida, ainda que de forma limitada e não estruturada especificamente para a população migrante. A análise também demonstra que a atuação do poder público municipal ocorre de maneira fragmentada e reativa, sem a consolidação de políticas específicas voltadas à população migrante, o que reforça sua condição de invisibilidade institucional. Nesse contexto, a governança transfronteiriça é marcada por limites estruturais e baixa efetividade na promoção da integração social. Conclui-se que o trabalho se configura simultaneamente como meio de inserção e mecanismo de reprodução das desigualdades, revelando que a presença migrante em Mercedes (PR) está inserida nas contradições estruturais do capitalismo em territórios de fronteira, nos quais coexistem possibilidades de permanência e limites à plena integração social.

Palavras-chave: Migração internacional; Trabalho; Governança transfronteiriça; Desenvolvimento desigual; Mercedes-PR.

Probst, Daiane Tais. *Labor Precarity and Migration: An Analysis Based on the Integration of Paraguayan Migrants in Mercedes, Paraná (2020–2026)*. 2026. (number of pages) XXX p. Master's Dissertation in Geography. Graduate Program in Geography. Area of Concentration: Border Spaces: Territory and Environment. Research Line: Territorial Dynamics and Social Conflicts in Border Spaces. State University of Western Paraná – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2026.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the contradictions present in the integration of the migrant population in the municipality of Mercedes (PR), located on the border between Brazil and Paraguay, taking labor as the central analytical category. The research is guided by the problem of understanding how the municipality manages migration and cross-border labor relations, and to what extent this management contributes to reproducing or challenging the socioeconomic inequalities characteristic of capitalism in border areas. Methodologically, a qualitative approach is adopted, grounded in historical-dialectical materialism, based on bibliographic review, document analysis, field observation, and semi-structured interviews conducted with migrants, employers, public authorities, and institutional agents. The results show that migration to Mercedes is directly associated with material living conditions, being primarily motivated by the search for employment, better wages, and access to basic public services such as health and education. It is observed that migrants are predominantly inserted into low-skilled sectors, such as construction, agro-industry, clothing manufacturing, and services, characterized by low wages, informality, and job instability. The interviews reveal that, although labor enables permanence in the territory, it occurs under conditions marked by precariousness and subordination, evidencing a form of subordinate integration into the local labor market. At the same time, access to universal public policies contributes to the reproduction of life, albeit in a limited manner and not specifically structured for the migrant population. The analysis also demonstrates that municipal public management operates in a fragmented and reactive way, without the consolidation of specific policies aimed at migrants, reinforcing their condition of institutional invisibility. In this context, cross-border governance appears as a secondary element, marked by structural limitations and low effectiveness in promoting social integration. It is concluded that labor simultaneously constitutes a means of integration and a mechanism for reproducing inequalities, revealing that the migrant presence in Mercedes (PR) is embedded in the structural contradictions of capitalism in border territories, where possibilities for permanence coexist with limits to full social integration.

Keywords: International migration; Labor; Cross-border governance; Uneven development; Mercedes-PR.

RESUMEN

Esta disertación tiene como objetivo analizar las contradicciones presentes en la inserción de la población migrante en el municipio de Mercedes (PR), ubicado en la frontera entre Brasil y Paraguay, tomando el trabajo como categoría central de análisis. La investigación se orienta por el problema de comprender cómo el municipio actúa en la gestión de la migración y de las relaciones laborales transfronterizas, y en qué medida dicha actuación contribuye a reproducir o tensionar las desigualdades socioeconómicas características del capitalismo en áreas de frontera. Metodológicamente, se adopta un enfoque cualitativo, fundamentado en el materialismo histórico-dialéctico, basado en revisión bibliográfica, análisis documental, observación de campo y entrevistas semiestructuradas realizadas con migrantes, empleadores, representantes del poder público y agentes institucionales. Los resultados evidencian que la migración hacia Mercedes está directamente asociada a las condiciones materiales de existencia, siendo motivada principalmente por la búsqueda de empleo, mejores salarios y acceso a servicios públicos básicos como salud y educación. Se observa que la inserción de los migrantes ocurre predominantemente en sectores de baja calificación, como la construcción civil, la agroindustria, la industria de confección y los servicios, caracterizándose por bajos salarios, informalidad e inestabilidad laboral. Las entrevistas revelan que, aunque el trabajo posibilita la permanencia en el territorio, este se realiza bajo condiciones marcadas por la precariedad y la subordinación, evidenciando una forma de integración subordinada en el mercado laboral local. Al mismo tiempo, el acceso a políticas públicas universales contribuye a la reproducción de la vida, aunque de forma limitada y no estructurada específicamente para la población migrante. El análisis también demuestra que la actuación del poder público municipal ocurre de manera fragmentada y reactiva, sin la consolidación de políticas específicas dirigidas a la población migrante, lo que refuerza su condición de invisibilidad institucional. En este contexto, la gobernanza transfronteriza se presenta como un elemento secundario, marcado por limitaciones estructurales y baja efectividad en la promoción de la integración social. Se concluye que el trabajo se configura simultáneamente como medio de inserción y mecanismo de reproducción de las desigualdades, revelando que la presencia migrante en Mercedes (PR) está inserta en las contradicciones estructurales del capitalismo en territorios de frontera, donde coexisten posibilidades de permanencia y límites a la plena integración social.

Palabras clave: Migración internacional; Trabajo; Gobernanza transfronteriza; Desarrollo desigual; Mercedes-PR.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico	Título	Pág.
Gráfico 1	Protocolos de Registro Nacional de Estrangeiros em Mercedes/PR	68

LISTA DE IMAGENS

Imagem	Título	Pág.
Imagem 1	Fronteira Internacional Brasil – Paraguai, no distrito do Arroio Guaçu em Mercedes.	18
Imagem 2	Fábrica do ramo de Confecção (1)	37
Imagem 3	Fábrica de Móveis	37
Imagem 4	Fábrica do ramo de Confecção (2)	38
Imagem 5	Notícia de libertação de Paraguaio escravizados em Mercedes 1	43
Imagem 6	Notícia de libertação de Paraguaio escravizados em Mercedes 2	43
Imagem 7	Notícia de libertação de Paraguaio escravizados em Mercedes 3	44
Imagem 8	Pioneiros da colonização de Mercedes PR	55
Imagem 9	Registro de Interação familiar transfronteiriça na colônia General Dias (Coopasam Paraguai)	58
Imagem 10	Pesquisa sobre um exemplo de rede transfronteiriças de serviços ilegais, o caso do contrabando em Mercedes	60
Imagem 11	Atuais moradias de estrangeiros em Mercedes Pr (1)	91
Imagem 12	Atuais moradias de estrangeiros em Mercedes Pr (2)	92
Imagem 13	Atuais moradias de estrangeiros em Mercedes Pr (3)	93

LISTA DE FIGURAS

Figura	Título	Pág
Figura 1	Organograma da pesquisa	26

LISTA DE MAPAS

Mapas	Títulos	Pág
Mapa 1	Localização do Município de Mercedes/PR	17

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 O TRABALHO E A ECONOMIA: DO CONCEITO AO CASO CONCRETO EM MERCEDES/PR.....	28
2.1 O TRABALHO COMO FUNDAMENTO DO SER SOCIAL.....	31
2.2 A FORMAÇÃO SOCIOECONOMICA DO PARAGUAI E A MIGRAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO DA VIDA NA FRONTEIRA.....	33
2.3 O SUJEITO MIGRANTE: CONCEITOS E PERSPECTIVAS TEÓRICAS	38
2.4 MIGRAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO SUL DO BRASIL E EM MERCEDES PR.....	42
2.4.1 <i>A precariedade do trabalho migrante em Mercedes – PR</i>	<i>46</i>
3 DIGRESSÃO HISTÓRICA DA OCUPAÇÃO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO SUBALTERNIZADAS NO OESTE PARANAENSE	49
3.1 REDES E SUAS IMPLICAÇÕES NA ANÁLISE TERRITORIAL	56
4 CONTRADIÇÕES NA INSERÇÃO DA POPULAÇÃO MIGRANTE PARAGUAIA DE MERCEDES	63
4.1 A POPULAÇÃO MIGRANTE NO CONTEXTO ECONÔMICO E ORÇAMENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE MERCEDES – PR	64
4.2 PERCEPÇÕES INSTITUCIONAIS SOBRE A MIGRAÇÃO EM MERCEDES (PR): ENTRE RECONHECIMENTO ECONÔMICO E CONTROLE SOCIAL	71
4.3 INSERÇÃO DOS MIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO LOCAL.....	78
4.4 TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA DOS MIGRANTES PARAGUAIOS: ENTRE ACOLHIMENTO E VULNERABILIDADE	84
4.5 CONDIÇÃO DE VIDA E VULNERABILIDADE DOS MIGRANTES.....	89
4.6 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, MAQUILA E OS NOVOS FLUXOS DE BRASILEIROS PARA O PARAGUAI.....	95
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS.....	102

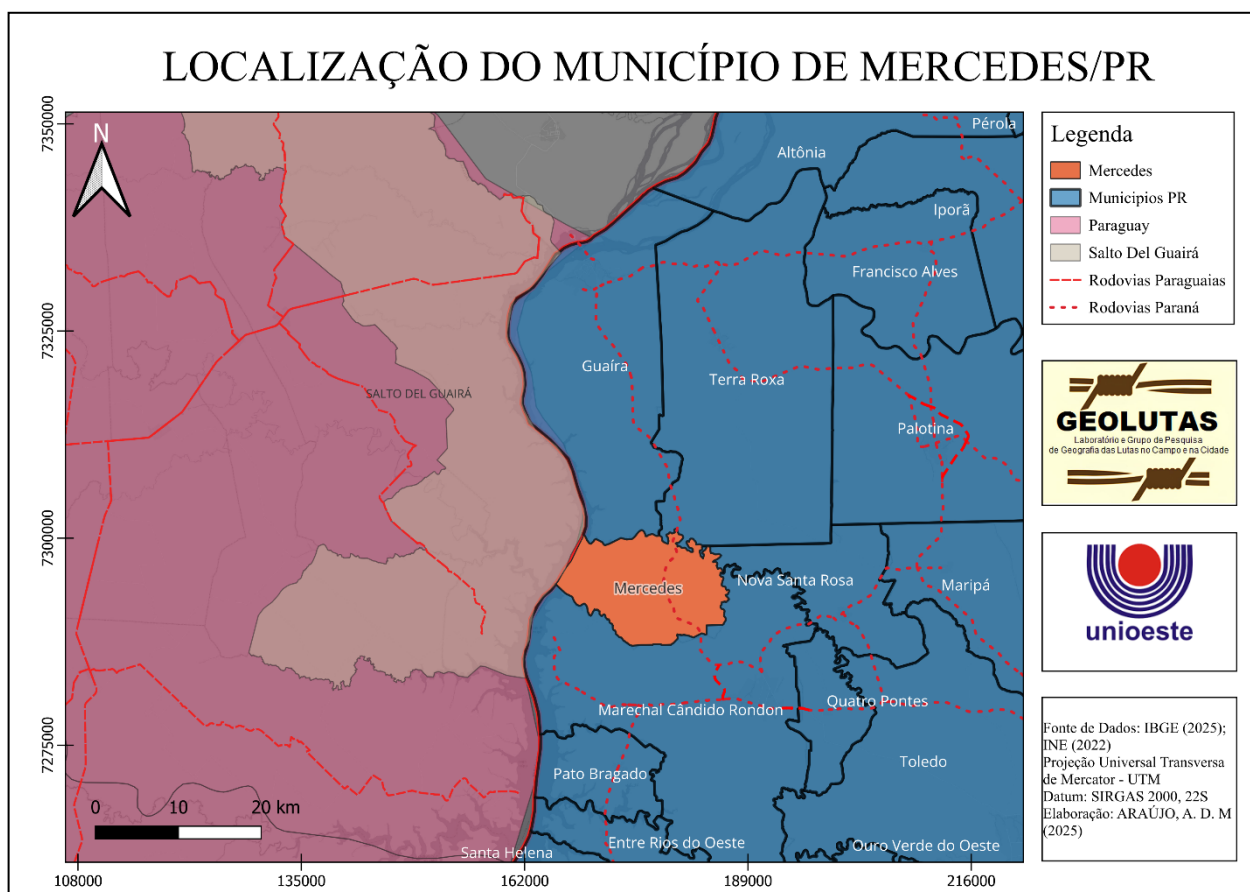
Siglas	Significado
PPG GEO	Programa de Pós-graduação em Geografia
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PDFF	Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
CDIF	Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira
MDR	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SUS	Sistema Único de Saúde
INE	Instituto Nacional de Estadística de Paraguay
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial da Saúde
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
UF	Unidade Federativa
PR	Paraná
SC	Santa Catarina

1 INTRODUÇÃO

Localizado no Oeste do estado do Paraná, o município de Mercedes constitui-se como um espaço marcado por confluências e contradições. Inserido na faixa de fronteira com o Paraguai, destaca-se pelas dinâmicas de circulação, interação e tensões sociais características dos espaços fronteiriços. Parte de seus limites municipais coincide com a fronteira internacional entre Brasil e Paraguai, estabelecida, nesse segmento, pelo rio Paraná, cuja paisagem foi profundamente transformada pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e pela formação de seu reservatório, processo iniciado com as obras civis em 1975 e concluído com a inauguração da usina em 1984 (Brandi, 2024). Essa transformação modificou a configuração regional, tanto em seus aspectos físicos quanto nas dinâmicas de uso, apropriação e circulação do espaço.

O recorte espacial desta pesquisa compreende o município de Mercedes (PR), cuja localização em relação à fronteira entre Brasil e Paraguai é apresentada no Mapa 01.

Mapa 01 - Localização do Município de Mercedes/PR



Fonte: IBGE (2025); INE (2022).

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu desempenhou papel significativo na transformação da paisagem e na reorganização territorial da região fronteiriça. A formação do reservatório alterou as características físicas do rio Paraná e as formas de uso e apropriação desse espaço, produzindo novas configurações territoriais e repercutindo nas dinâmicas de circulação entre áreas próximas à fronteira.

Imagem 1 – Fronteira Internacional Brasil – Paraguai, no distrito do Arroio Guaçu em Mercedes;



Fonte: acervo da autora;

Nesta seção, serão utilizadas fotografias atuais do rio Paraná e de áreas próximas ao Arroio Guaçu, com o objetivo de ilustrar as características da paisagem fluvial e contextualizar a área de estudo.

Atualmente, é possível atravessar o reservatório de Itaipu a partir do Parque de Lazer do Arroio Guaçu, distrito de Mercedes, alcançando a margem situada em território paraguaio, especificamente na Colônia Guadalupe Camino Tres, pertencente ao município de Salto del Guairá. Por via terrestre, a distância entre a sede de Mercedes e Salto del Guairá é de aproximadamente 67 quilômetros. Essa conexão foi favorecida

pela conclusão da Ponte Ayrton Senna, inaugurada em 1998, que ampliou as possibilidades de circulação entre essas áreas (Rocha, 2019).

A localização fronteiriça de Mercedes (PR), associada às dinâmicas econômicas do município, contribui para a constituição de fluxos de pessoas que atravessam ou se estabelecem nesse território em busca de trabalho e melhores condições de vida. Nesse contexto, a migração paraguaia não pode ser compreendida apenas como um deslocamento populacional entre dois países, mas como um processo relacionado às condições materiais de existência e às possibilidades de inserção desses sujeitos no território de destino.

O trabalho assume, assim, papel central na compreensão dessas dinâmicas. É por meio dele que muitos migrantes estabelecem vínculos com o município, constroem relações sociais e garantem as condições necessárias à reprodução da vida. Entretanto, essa inserção ocorre de forma contraditória, pois, ao mesmo tempo em que o trabalho possibilita a permanência e a integração desses sujeitos à sociedade local, pode também ocorrer sob condições marcadas pela informalidade, precariedade e desigualdade.

É nesse contexto que a categoria subalternidade se torna relevante para a análise. De acordo com Buttigieg (1999), ao interpretar o pensamento de Gramsci, a subalternidade não se restringe à exploração econômica, mas envolve relações de dominação, silenciamento e exclusão que atravessam determinados grupos sociais. Neste trabalho, portanto, a subalternidade é compreendida a partir das condições concretas vivenciadas pelos migrantes e das posições que ocupam nas relações sociais e de trabalho no território.

Isso não significa, contudo, compreender os migrantes como sujeitos passivos diante dessas relações. Em suas trajetórias, constroem estratégias de sobrevivência, redes de apoio e formas de inserção e apropriação do território, revelando que a experiência migratória também é constituída por práticas cotidianas de resistência e reprodução da vida.

O contexto investigado mostra-se, portanto, particularmente relevante para compreender as relações entre fronteira, migração e trabalho. Trata-se de um espaço marcado pela circulação de pessoas, bens e serviços, no qual as trajetórias dos migrantes são atravessadas por deslocamentos, necessidades materiais e estratégias de adaptação às condições encontradas no território de destino.

No campo jurídico, a aprovação da Lei nº 13.445/2017, denominada Lei de Migração, representou uma mudança na abordagem normativa da migração no Brasil, estabelecendo princípios e garantias relacionados aos direitos da população migrante (Brasil, 2017). Entretanto, o reconhecimento jurídico desses direitos não implica, necessariamente, sua efetivação nas experiências cotidianas dos sujeitos. Em regiões de fronteira, essa questão adquire particular complexidade diante da coexistência de diferentes territorialidades e da intensidade dos deslocamentos transfronteiriços. Conforme apontam Santa Bárbara e Haesbaert (2009), esses espaços são atravessados por múltiplas territorialidades associadas às práticas de mobilidade e circulação.

A escolha do tema também está relacionada à trajetória da autora, residente no município de Mercedes (PR) e servidora pública municipal há 14 anos, com atuação na Câmara Municipal. Essa inserção no contexto local possibilitou a aproximação com questões relacionadas à presença de migrantes no município, especialmente no que se refere às condições de integração social e ao acesso a direitos.

A partir dessa vivência, emergiram inquietações acerca das condições de integração da população migrante no território e da atuação do poder público diante das demandas decorrentes dessa realidade. Tais inquietações contribuíram para a construção do objeto de pesquisa e para a necessidade de compreender, de forma sistemática, as relações estabelecidas entre migração, trabalho e território no contexto fronteiriço de Mercedes.

Nesse sentido, a pertinência deste estudo reside na compreensão das dinâmicas que envolvem a inserção¹ da população migrante paraguaia em Mercedes (PR), especialmente por meio do trabalho, considerando as contradições presentes nesse processo. Busca-se compreender como o trabalho, ao mesmo tempo que possibilita a inserção e a permanência desses sujeitos no território, pode revelar desigualdades nas condições de trabalho, de vida e de acesso a direitos.

¹ Nesta pesquisa, os termos “inserção” e “integração” são empregados de maneira diferenciada, embora estejam articulados. O termo inserção refere-se, principalmente, às formas pelas quais a população migrante participa das relações sociais e territoriais, com especial atenção à sua inserção no mercado de trabalho e às condições concretas em que essa participação ocorre. Já o termo integração é utilizado em sentido mais amplo, referindo-se às possibilidades de participação e permanência dos migrantes na sociedade e no território de destino, envolvendo dimensões como acesso a direitos e serviços públicos, condições de vida, relações sociais e reconhecimento. Assim, a inserção no mercado de trabalho constitui uma dimensão importante da integração, mas não a determina ou assegura por si só, uma vez que pode ocorrer em condições marcadas pela precariedade, desigualdade e subalternidade.

Diante disso, o problema que orienta esta pesquisa pode ser formulado nos seguintes termos: de que forma a inserção da população migrante paraguaia no mercado de trabalho em Mercedes (PR) contribui para sua integração no território e, ao mesmo tempo, para a reprodução das desigualdades socioeconômicas características do capitalismo em áreas de fronteira?

A partir dessa problematização, estabelece-se como objetivo geral analisar as contradições presentes na inserção da população migrante no município de Mercedes (PR), tomando o trabalho como categoria central, a fim de compreender em que medida essa inserção contribui para sua integração social e, simultaneamente, para a reprodução das desigualdades.

De forma articulada a esse propósito, definem-se como objetivos específicos: compreender os fatores que condicionam a migração paraguaia para Mercedes (PR) e as trajetórias de chegada desses sujeitos ao município; identificar as formas de inserção dos migrantes no mercado de trabalho local, analisando as condições em que esse trabalho se realiza, especialmente no que se refere à informalidade, à precariedade e à subalternidade; analisar as condições de vida desses sujeitos, considerando aspectos como moradia, acesso à saúde e à educação; e examinar a atuação do poder público municipal enquanto instância de mediação dessas relações, avaliando seus limites e possibilidades frente às desigualdades observadas.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético, articulando revisão bibliográfica, análise documental, observação de campo e, sobretudo, entrevistas semiestruturadas. As entrevistas constituíram a principal fonte oral da pesquisa e desempenharam papel central na produção do material empírico, por possibilitarem a apreensão das experiências, percepções e trajetórias dos sujeitos diretamente envolvidos nas dinâmicas de migração, trabalho e permanência no território de Mercedes (PR). As fontes orais foram analisadas em articulação com os documentos, os registros de campo e o referencial teórico, permitindo identificar aproximações, divergências e contradições entre as diferentes perspectivas sobre a presença migrante no município.

A produção de informações ocorreu por meio de observação direta e realização de entrevistas semiestruturadas com atores sociais diversos, buscando apreender, em profundidade, as experiências cotidianas, as contradições do trabalho fronteiriço e as mediações institucionais presentes em Mercedes (PR). As entrevistas, adotadas segundo Minayo e Costa (2018), permitiram conduzir a conversa com base em um

roteiro flexível, garantindo a participação efetiva dos entrevistados e a emergência de sentidos próprios aos sujeitos.

As entrevistas constituíram uma das principais fontes empíricas da pesquisa, uma vez que possibilitaram apreender as experiências, percepções e trajetórias dos diferentes sujeitos envolvidos nas relações investigadas. Mais do que utilizar as falas como ilustrações dos fenômenos observados, buscou-se compreendê-las como produções discursivas situadas social e historicamente, considerando a posição ocupada por cada entrevistado nas relações de trabalho, nas instituições e no território. Nesse sentido, os depoimentos foram interpretados em articulação com as demais fontes da pesquisa e com o referencial teórico adotado, evitando que os relatos fossem tomados de maneira isolada ou como expressão direta da totalidade social.

O tratamento das entrevistas ocorreu a partir da leitura sistemática dos depoimentos e da identificação de temas recorrentes relacionados aos objetivos da pesquisa. A partir desse procedimento, as falas foram organizadas em eixos analíticos, entre os quais se destacam: as motivações e trajetórias migratórias; a inserção no mercado de trabalho; as condições de trabalho e de moradia; o acesso à saúde, à educação e à assistência social; as dificuldades relacionadas à documentação e à língua; as experiências de preconceito e diferenciação social; e as percepções dos agentes públicos e empregadores acerca da presença migrante no município. Esses eixos orientaram a organização e a interpretação do material empírico apresentado principalmente no Capítulo 4.

A análise não se restringiu à identificação da recorrência das falas, mas buscou compreender aproximações, divergências e contradições entre os diferentes sujeitos entrevistados. Assim, os depoimentos dos migrantes foram confrontados, quando pertinente, com aqueles produzidos por empregadores, agentes públicos e representantes do Poder Legislativo, bem como com documentos e dados levantados durante a pesquisa. Esse procedimento permitiu observar, por exemplo, situações em que a percepção institucional acerca da inserção dos migrantes se aproxima ou se distancia das experiências relatadas pelos próprios trabalhadores.

As falas selecionadas para apresentação no texto foram utilizadas por sua relevância para os problemas discutidos, preservando-se o anonimato dos participantes. Os entrevistados foram identificados por códigos e informações gerais consideradas necessárias à contextualização dos depoimentos, como sexo, idade, local de origem, tempo de residência e, quando pertinente, atividade profissional ou função

institucional. As informações de identificação são apresentadas em notas de rodapé, permitindo contextualizar a fonte empírica sem revelar diretamente a identidade dos participantes.

Desse modo, as entrevistas foram tomadas como parte do processo de construção da análise, e não apenas como recurso descritivo. A interpretação das falas buscou articulá-las às categorias teóricas mobilizadas na pesquisa, especialmente trabalho, território, migração, precariedade e relações de poder, considerando as condições concretas em que os discursos foram produzidos. Essa articulação entre material empírico e referencial teórico orientou a análise das contradições presentes na inserção da população migrante paraguaia em Mercedes.

Cabe destacar ainda que a perspectiva teórico-metodológica que orienta a pesquisa está alicerçada no materialismo histórico e dialético, compreendido não apenas como recurso analítico, mas como princípio ontológico capaz de revelar a totalidade social em suas múltiplas mediações. Para tanto, adota-se o materialismo histórico e dialético como método. Conforme Kosík (2002), a dialética consiste na possibilidade de desvelar a “essência” que se oculta sob a aparência imediata dos fenômenos, evidenciando a historicidade, a processualidade e as contradições constitutivas da realidade social. Segundo Kosík (2002, p. 13):

A atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém, a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais.

Opta-se por uma análise das contradições sob uma perspectiva materialista, como argumenta Becker (2005, p 52):

Assim, por meio do materialismo histórico, ocorreram mudanças significativas na interpretação da realidade, a partir da força das ideias e da elaboração de conceitos (renda absoluta, mercadoria, ser social, meios de produção) e de teorias (mais-valia). Para atenuar o suposto determinismo materialista da concepção histórica, Karl Marx e Friedrich Engels conceberam o método materialista dialético, que contém os princípios da interação universal, do movimento universal, da unidade dos contrários, do desenvolvimento em espiral e da transformação da quantidade em qualidade. Tem com princípio a ideia de que tudo não pode ser considerado um complexo de coisas acabadas, mas de processos em que as coisas e os reflexos delas estão em constante movimento.

No âmbito do materialismo histórico-dialético, compreende-se que a transformação efetiva da realidade social não ocorre primordialmente por mudanças no campo ideológico, mas a partir da modificação das condições materiais que sustentam a reprodução da vida. Isso implica reconhecer que os grupos sociais só alteram de forma significativa suas formas de organização e relações de poder quando há transformações concretas nas bases de sua existência, como o acesso ao trabalho, aos meios de produção e às condições econômicas gerais. As dimensões culturais, políticas e ideológicas, embora relevantes, são compreendidas como determinadas, em grande medida, pelas condições materiais (Becker, 2005).

A partir dessa perspectiva, o materialismo histórico-dialético orienta a análise desenvolvida nesta pesquisa ao privilegiar a centralidade do trabalho e das relações sociais de produção na compreensão das dinâmicas migratórias na região de fronteira entre Brasil e Paraguai. Assim, a presença de migrantes paraguaios no município de Mercedes é interpretada não como um fenômeno isolado ou meramente cultural, mas como expressão das contradições do desenvolvimento capitalista, especialmente no que se refere às formas de expropriação, à precariedade do trabalho e às desigualdades no acesso à terra e aos meios de subsistência. Dessa forma, busca-se apreender a realidade investigada em sua totalidade, articulando as dimensões econômicas, políticas e sociais a partir de suas determinações materiais.

As etapas metodológicas da pesquisa consistiram na revisão bibliográfica de obras clássicas da Geografia e áreas afins, bem como na consulta a teses, dissertações e artigos científicos disponíveis em bases como o Banco de Teses da CAPES.

Essa revisão compreendeu autores fundamentais para a compreensão do espaço geográfico e das dinâmicas de produção do espaço no capitalismo, como Milton Santos e David Harvey. No que se refere à análise dos processos migratórios, a pesquisa dialoga com Abdelmalek Sayad, bem como com Renata Maciel, Cynthia Soares Carneiro, Maria Rita Fontes Faria e Alex Dias de Jesus, que contribuem para a compreensão das condições de inserção e vulnerabilidade da população migrante.

Em relação à categoria trabalho, destacam-se Karl Marx e Friedrich Engels, além das contribuições de Ricardo Antunes (2018), Thomaz Júnior (2011) e Giovanni Alves (2014), que analisam as transformações do trabalho e suas expressões no espaço geográfico. Por fim, para a compreensão da categoria fronteira, mobilizam-se as contribuições de Adriana Dorfman (2020) e Rogério Haesbaert e Maria de Jesus Santa Bárbara (2001), permitindo a construção do referencial teórico-metodológico que

orienta a análise das dinâmicas migratórias e das relações de trabalho no contexto fronteiriço investigado.

No que se refere ao trabalho de campo, foram realizadas atividades no município de Mercedes (PR), envolvendo observação direta dos espaços urbano e rural e entrevistas semiestruturadas com diferentes grupos de sujeitos relacionados ao objeto investigado. O conjunto de entrevistados foi composto por migrantes paraguaios residentes no município, representantes do Poder Legislativo municipal, agentes vinculados aos serviços públicos e à assistência social, bem como empregadores e representantes de atividades econômicas locais. A inclusão desses diferentes sujeitos buscou possibilitar a análise da migração a partir de distintas posições sociais e institucionais, permitindo confrontar as experiências relatadas pelos próprios migrantes com as percepções dos agentes públicos e dos sujeitos envolvidos em sua inserção no mercado de trabalho.

A pesquisa de campo foi desenvolvida em diferentes etapas. Inicialmente, em setembro de 2024, realizou-se uma etapa de caráter exploratório, na qual foram entrevistados 12 migrantes paraguaios residentes em Mercedes (PR). Para a seleção dos participantes, foi utilizada uma lista de famílias migrantes disponibilizada pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município, sendo selecionado um representante de cada núcleo familiar. A adoção desse critério buscou contemplar diferentes trajetórias familiares, evitando a concentração das entrevistas em membros de uma mesma família. Essa etapa possibilitou uma aproximação inicial com as trajetórias migratórias, as motivações para o deslocamento, as condições de inserção no município e as experiências relacionadas ao trabalho e à permanência no território.

O recorte temporal da pesquisa, compreendido entre 2020 e 2026, foi definido a partir do levantamento disponibilizado pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Mercedes, utilizado como base para a identificação das famílias migrantes consideradas na pesquisa. A relação disponibilizada pelo serviço reunia contatos de famílias que haviam chegado ao município a partir de 2020, constituindo a base para a seleção dos sujeitos que participaram da etapa exploratória.

Posteriormente, ao longo de 2025, a pesquisa foi ampliada mediante a realização de entrevistas com outros sujeitos relacionados à dinâmica investigada, incluindo dois vereadores, o prefeito municipal, agentes públicos e quatro empregadores e representantes de atividades econômicas locais. A incorporação desses diferentes sujeitos buscou ampliar a compreensão acerca da presença da população migrante no

município, permitindo confrontar as experiências relatadas pelos migrantes com as percepções institucionais, políticas e dos agentes envolvidos nas relações de trabalho.

Por fim, nos meses de março e abril de 2026, foram realizadas novas entrevistas e atividades de campo, com o objetivo de complementar as informações anteriormente obtidas e aprofundar questões que emergiram ao longo da análise. A realização da pesquisa em diferentes momentos possibilitou acompanhar o objeto de forma processual e ampliar o conjunto de fontes empíricas utilizadas na investigação.

Para melhor visualização da trajetória metodológica e das articulações entre suas etapas, apresenta-se a seguir o organograma da pesquisa, que sintetiza o encaideamento lógico entre abordagem, método, procedimentos e análise empírica:

Figura 1: Organograma da pesquisa



Fonte: Organizado pela autora

Essa construção metodológica possibilita compreender o território não apenas como cenário no qual os fenômenos se manifestam, mas como resultado de relações sociais historicamente constituídas e atravessadas por diferentes formas de apropriação, trabalho e poder. A articulação entre o referencial teórico, as fontes documentais, a observação de campo e as entrevistas permite aproximar as categorias analíticas das experiências concretas dos sujeitos investigados.

A dissertação está estruturada em três capítulos, organizados de modo a articular a construção teórica, a contextualização histórica e a análise empírica do objeto investigado.

No Capítulo 2 – “O trabalho e a economia: do conceito ao caso concreto em Mercedes/PR”, desenvolve-se a fundamentação teórica que sustenta a centralidade do trabalho nesta pesquisa. O capítulo discute o trabalho como categoria fundamental para a compreensão das relações sociais e de sua dimensão territorial, aproximando posteriormente essa discussão das características econômicas e laborais do município de Mercedes. Busca-se, dessa forma, estabelecer os elementos necessários para

compreender as condições nas quais os migrantes paraguaios se inserem no mercado de trabalho local, considerando especialmente as formas de ocupação, a informalidade, a precariedade e as desigualdades presentes nessas relações.

No Capítulo 3 – “Digressão histórica da ocupação e das relações de trabalho subalternizadas no Oeste Paranaense”, realiza-se uma contextualização histórica da formação territorial do Oeste do Paraná e das relações estabelecidas na fronteira Brasil–Paraguai. São abordados os processos de ocupação territorial, as relações de trabalho constituídas historicamente na região e as diferentes formas de circulação e mobilidade através da fronteira. O capítulo também discute as redes transfronteiriças e os movimentos populacionais entre Brasil e Paraguai, permitindo compreender que os deslocamentos contemporâneos investigados em Mercedes se inserem em uma região historicamente marcada por relações estabelecidas entre os dois lados do limite internacional.

Por fim, no Capítulo 4 – “Contradições na integração da população migrante paraguaia na sociedade de Mercedes”, concentra-se a análise empírica da pesquisa. A partir das entrevistas realizadas com migrantes paraguaios, agentes públicos, representantes políticos, empregadores e outros sujeitos envolvidos na realidade investigada, articuladas às observações de campo e às fontes documentais, são analisadas as trajetórias migratórias, as formas de inserção no mercado de trabalho, as condições de trabalho e de moradia, o acesso aos serviços públicos e as percepções institucionais acerca da presença migrante no município. Busca-se, sobretudo, compreender as contradições presentes nesse processo, considerando que o trabalho constitui uma importante via de inserção e permanência no território, mas pode ocorrer em condições precárias e desiguais, não assegurando, por si só, a integração social plena desses sujeitos.

2 O TRABALHO E A ECONOMIA: DO CONCEITO AO CASO CONCRETO EM MERCEDES/PR

A compreensão das dinâmicas analisadas nesta dissertação exige partir do entendimento do trabalho enquanto categoria central na constituição da vida social. A partir dessa perspectiva, o trabalho não se limita à sua dimensão econômica, sendo compreendido como elemento fundante da própria existência humana. Conforme destaca Alves (2014, p. 9), o trabalho constitui um “intercâmbio orgânico entre o homem e a Natureza”, sendo por meio dele que o ser humano transforma a natureza e, simultaneamente, a si próprio. Trata-se, portanto, de uma categoria histórico-ontológica, fundamental para a compreensão das relações sociais.

Nesse sentido, o trabalho deve ser entendido como atividade mediadora entre sociedade e natureza, permitindo não apenas a produção da vida material, mas também a construção das relações sociais, culturais e históricas. No entanto, no interior do modo de produção capitalista, o trabalho assume formas específicas, passando a ser subordinado à lógica da acumulação de capital. Nesse contexto, a força de trabalho transforma-se em mercadoria, inserindo os sujeitos em relações marcadas pela exploração, pela intensificação das jornadas e pela perda de controle sobre o processo produtivo.

Essa transformação implica a ampliação das desigualdades sociais e a consolidação de formas de inserção precária no mercado de trabalho, especialmente entre grupos mais vulnerabilizados, como a população migrante. Assim, o trabalho deixa de se configurar apenas como meio de realização humana e passa a ser também espaço de reprodução das desigualdades estruturais.

Assim como os estudos acerca da fronteira oferecem subsídios para a compreensão dos espaços e das espacialidades, marcados por fluxos e interações diversas, torna-se imprescindível analisar as condições socioeconômicas que estruturam a relação entre sociedade e natureza. Conforme aponta Milton Santos (2006), o espaço geográfico deve ser compreendido como resultado de relações sociais historicamente construídas, o que exige considerar suas dimensões econômicas, políticas e culturais.

No contexto da região de fronteira entre Brasil e Paraguai, especialmente no segmento fronteiriço existente no Oeste do Paraná, observam-se dinâmicas territoriais marcadas tanto por processos de modernização produtiva quanto por deslocamentos populacionais. Esses processos não podem ser compreendidos apenas a partir de

fatores locais, exigindo a incorporação de referenciais teóricos que permitam interpretar as relações entre expansão do capital, reorganização territorial e mobilidade da força de trabalho.

Nesse sentido, a análise das bases materiais da existência humana, em sua vinculação com as dimensões políticas e culturais, permite revelar não apenas os mecanismos de reprodução social, mas também as contradições que emergem da inserção subordinada das populações locais às lógicas do capital, conforme discutido por David Harvey (2004).

É nesse contexto de reprodução e expansão do capital que se insere a discussão sobre as políticas neoliberais. Nesta pesquisa, o neoliberalismo é compreendido como uma orientação político-econômica que amplia a centralidade dos mecanismos de mercado na organização da economia e das relações sociais, materializando-se em reformas como a abertura comercial, a liberalização financeira, as privatizações e a desregulamentação das relações de trabalho (Massimo, 2013). Essa orientação também se relaciona à reconfiguração da atuação do Estado, especialmente no campo das políticas sociais, em um contexto marcado pela valorização dos mecanismos de mercado e pela defesa de uma atuação estatal mais restrita.

Nesse contexto, o enfrentamento da pobreza tende a assumir características focalizadas e fragmentadas, em detrimento de uma política social ampla e articulada às dimensões do trabalho, emprego, saúde, educação e previdência. Conforme discutem Pasinato e Fávero (2020), a perspectiva do Estado mínimo está associada à ampliação da lógica de mercado para as relações sociais e à transformação da atuação estatal na organização das políticas sociais. A compreensão dessas transformações é relevante para esta pesquisa porque permite situar as condições de reprodução da vida e do trabalho em uma dinâmica mais ampla, na qual as formas de intervenção do Estado se articulam às relações de produção e às estratégias de reprodução do capital.

Para compreender os mecanismos de recomposição do capital, utiliza-se o conceito de ajuste espaço-temporal. Ao redirecionar excedentes de capital e trabalho para novos setores ou regiões, o sistema busca restaurar sua capacidade de acumulação, ainda que de maneira temporária e parcial (Harvey, 2004).

Esse processo, contudo, não elimina as contradições inerentes ao capitalismo; ao contrário, tende a deslocá-las no tempo e no espaço, criando pontos de tensão e desigualdade. Assim, investimentos em projetos de longo prazo ou em áreas

emergentes podem funcionar como válvulas de escape, mas carregam consigo a possibilidade de gerar crises futuras, evidenciando o caráter contraditório da expansão capitalista.

Nesse sentido, é possível estabelecer um diálogo entre a teoria da sobreacumulação e do ajuste espaço-temporal com as dinâmicas migratórias observadas na região de fronteira entre Brasil e Paraguai, uma vez que esses deslocamentos também estão associados a processos de expulsão decorrentes do avanço do capital fundiário e do agronegócio sobre territórios no Paraguai, promovendo a concentração de terras e a expropriação de populações camponesas e indígenas.

Nessa perspectiva, Milton Santos (1985, p. 30) observa que “as migrações aparecem, em primeiro lugar, como uma reação de defesa dos grupos cujo espaço original é ou foi invadido”. A formulação contribui para compreender a mobilidade não apenas como deslocamento em busca de oportunidades, mas também como resposta às transformações produzidas sobre as condições de reprodução da vida no território de origem. Nessas condições, a migração não se configura necessariamente como uma escolha orientada por oportunidades, mas como uma alternativa diante da perda de meios de subsistência e de permanência no território de origem.

Esse processo no Paraguai não é recente, remontando ao período colonial, quando já se estruturavam relações de trabalho baseadas na exploração intensiva da força de trabalho e na concentração do acesso à terra. Conforme destacam Silveira, Missio e Vieira (2017), mecanismos como a *encomienda*, a servidão por dívida e outras formas de subordinação contribuíram para a consolidação de uma estrutura social profundamente desigual, na qual o acesso à terra e às condições dignas de trabalho sempre foi limitado.

Ao longo do tempo, especialmente no período posterior à Guerra da Tríplice Aliança, a adoção de políticas de orientação liberal, associadas à privatização das terras e à formação de grandes latifúndios, intensificou os processos de expropriação, resultando na expulsão de parcelas significativas da população rural (Silveira; Missio; Vieira, 2017). Esse movimento contribuiu para a constituição de fluxos migratórios direcionados tanto aos centros urbanos quanto a países vizinhos, como o Brasil, evidenciando que a mobilidade populacional está diretamente relacionada às transformações estruturais do território.

Além disso, a permanência de relações de trabalho marcadas pela precariedade, baixos níveis salariais e fragilidade na garantia de direitos reforça a dificuldade

de reprodução da vida no território paraguaio, contribuindo para que a migração se apresente como uma alternativa diante da perda de meios de subsistência (Silveira; Missio; Vieira, 2017)

Dessa forma, os movimentos migratórios devem ser compreendidos como expressão de uma dinâmica contraditória, na qual se articulam processos de expulsão evidenciando que o deslocamento populacional está inserido em relações desiguais de poder e acesso à terra e ao trabalho.

2.1 O TRABALHO COMO FUNDAMENTO DO SER SOCIAL

A problemática desta pesquisa se coloca em sua dupla dimensão de necessidade e finalidade. Entre os diversos aspectos que envolvem a categoria trabalho, torna-se imprescindível destacar a profundidade de sua totalidade, pois somente assim é possível apreender seu papel constitutivo na formação do ser social. Nesse sentido, observa Friedrich Engels:

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem (Engels, 1990, p. 4).

Ao assinalar que o trabalho “criou o próprio homem”, o autor o coloca como elemento constitutivo do ser social, responsável por mediar a relação entre humanidade e natureza, possibilitando a transformação do mundo material e, simultaneamente, do próprio sujeito histórico. Trata-se, portanto, de compreender o trabalho em sua dimensão fundante, que vai além da esfera econômica, revelando-se como condição de humanização, na medida em que orienta a consciência, a sociabilidade e o processo civilizatório.

Segundo Silva (2018), ao interpretar o pensamento de Marx e Engels, os seres humanos, diferentemente dos animais, possuem a capacidade de conceber o trabalho antes de sua execução. Nessa perspectiva, o trabalho é compreendido como uma atividade intencional e orientada por finalidades previamente estabelecidas, por meio da qual a humanidade transforma a natureza e, simultaneamente, a si mesma.

Enquanto os animais apenas utilizam e alteram a natureza por sua condição de existência nela, homens e mulheres a transformam de forma consciente e buscam dominá-la. Ainda assim, é necessário reconhecer que o ser humano é parte integrante

da natureza e que, a cada ação, revelam-se não apenas efeitos imediatos, mas também consequências mediatas desse processo (Silva, 2018).

O trabalho, nesse sentido, assume uma centralidade que precisa ser compreendida também sob a ótica da Geografia. Thomaz Júnior (2011) argumenta que o trabalho, em sua dimensão ontológica, pode ser entendido como mediação fundamental entre o ser social e a natureza, configurando-se como um processo metabólico no qual o homem transforma a realidade natural ao mesmo tempo em que se transforma a si próprio, em um movimento histórico de humanização.

Essa dimensão subjetiva está necessariamente vinculada à materialidade objetiva, à causalidade que fundamenta a existência concreta. A unidade dialética entre finalidade e materialidade, portanto, constitui a práxis ontológica do trabalho, revelando-o como eixo estruturante da vida social e da produção do espaço (Thomaz Júnior, 2011).

Segundo Lukács (1979), o trabalho, ao mesmo tempo em que se funda na causalidade material, gera no ser social uma dimensão singular: a abertura de alternativas. Embora o ato de trabalho decorra de um processo teleológico, sua materialização tende a ocultar a gênese ideológica que o impulsionou. Ainda assim, os produtos do trabalho não se limitam a determinações lineares, mas carregam possibilidades sociais, abrindo caminhos para novas escolhas e transformações no âmbito da vida social.

No contexto capitalista, o processo de construção da sociedade assim como do espaço se estrutura sob a divisão em classes sociais (Thomaz Júnior, 2011). Tal configuração implica a coexistência de sujeitos e grupos com interesses distintos e, muitas vezes, opostos, cuja convivência se dá por meio de conflitos permanentes.

Esse embate se materializa na relação dialética entre hegemonia e contra hegemonia, expressando-se em diferentes esferas da vida social. Assim, ao mesmo tempo em que se consolidam relações de dominação e subordinação, emergem também formas de resistência, que atuam como contraponto necessário e constitutivo do movimento histórico-social (Thomaz Júnior, 2011).

Nesse sentido, a Geografia contribui significativamente para o desvendamento das manifestações territoriais desses processos, possibilitando compreender as transformações no mundo do trabalho a partir dos rearranjos espaciais que dão forma e conteúdo às relações sociais, evidenciando seu caráter histórico e desigual (Thomaz Júnior, 2011).

No entanto, no interior do modo de produção capitalista, o trabalho assume formas historicamente determinadas, passando a ser subordinado à lógica da acumulação de capital. Nesse contexto, a força de trabalho passa a ser tratada como mercadoria, inserindo os sujeitos em relações marcadas pela exploração, pela intensificação das jornadas e pela perda de controle sobre o processo produtivo (Alves, 2014).

Dessa forma, o trabalho deixa de se configurar apenas como condição de realização humana e passa a expressar também as contradições próprias do sistema capitalista, especialmente no que se refere à desigualdade, à precariedade e à subalternização de determinados grupos sociais.

2.2 A FORMAÇÃO SOCIOECONOMICA DO PARAGUAI E A MIGRAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO DA VIDA NA FRONTEIRA

Os dados do Censo Nacional de Población y Viviendas 2022, divulgados pelo Instituto Nacional de Estadística (INE), evidenciam marcantes desigualdades regionais no Paraguai, especialmente entre os distritos urbanos e rurais dos departamentos de Alto Paraná, Itapúa e Canindeyú. Em grande parte dessas áreas, predominam condições socioeconômicas desfavoráveis, que explicam a migração de trabalhadores para o Brasil em busca de melhores oportunidades.

No departamento de Alto Paraná, apesar do dinamismo econômico de Ciudad del Este e Hernandarias, persistem elevados níveis de informalidade laboral, desigualdade de renda e carência de infraestrutura nas zonas periféricas. Distritos menores, como Iruña, apresentam baixa densidade populacional e forte dependência da agricultura mecanizada, com acesso limitado a serviços de saúde, educação e saneamento básico. Segundo o INE (2022), esses territórios rurais registram índices mais altos de pobreza e menor diversificação produtiva, o que restringe as possibilidades de emprego formal e estimula fluxos migratórios para o exterior.

No departamento de Itapúa, embora Encarnación concentre investimentos urbanos e apresente melhores indicadores sociais, distritos como Obligado mantêm economia baseada no cooperativismo agroindustrial, com baixa diversificação e escassas alternativas fora do setor primário. Essa estrutura produtiva reduz as oportunidades de ascensão social, especialmente entre jovens com baixa escolaridade, que buscam trabalho em áreas mais desenvolvidas do Brasil.

Em Canindeyú, distritos como Katueté e Villa Ygatimí revelam vulnerabilidades ainda mais evidentes. O primeiro cresce em torno da expansão agrícola e da presença

de colonos migrantes, mas enfrenta desigualdade fundiária, carência de infraestrutura e precariedade do trabalho rural. O segundo mantém forte dependência da agricultura familiar e apresenta um dos menores níveis de acesso a serviços públicos do país. De acordo com o PNUD (2023), Canindeyú está entre os departamentos com maior pobreza multidimensional e menor renda média domiciliar do Paraguai, o que reforça sua condição de área de expulsão populacional.

Esses fatores, como a pobreza rural, a concentração fundiária, o baixo nível educacional e a informalidade do trabalho, configuram um quadro estrutural de vulnerabilidade social. A falta de alternativas econômicas e a proximidade geográfica com o Brasil estão relacionadas à formação histórico-econômica do Paraguai, marcada, desde o período colonial, pela exploração da força de trabalho e pela inserção subordinada da economia em atividades primárias voltadas à exportação (Silveira; Missio; Vieira, 2017).

Ao longo desse processo, consolidaram-se estruturas concentradoras, intensificadas sobretudo após a Guerra da Tríplice Aliança, quando a privatização de terras resultou na formação de grandes latifúndios e na expulsão de camponeses, contribuindo para a constituição de uma massa de trabalhadores despossuídos e com acesso limitado a condições dignas de reprodução da vida (Silveira; Missio; Vieira, 2017). Nesse contexto, a proximidade com o Brasil e a ausência de alternativas econômicas tornam a migração uma estratégia recorrente de sobrevivência e mobilidade social, especialmente entre jovens e trabalhadores.

Conforme apontam o Banco Mundial (2022) e o PNUD (2023), a emigração paraguaia reflete não apenas as limitações internas de desenvolvimento, mas também a atração exercida por economias fronteiriças mais dinâmicas, como as do oeste do Paraná e do Mato Grosso do Sul.

Assim, a análise dos distritos paraguaios mostra que a migração para o Brasil não ocorre de forma isolada, mas como resposta direta às desigualdades regionais, à escassez de empregos formais e às deficiências estruturais identificadas pelo INE no Censo de 2022. Essa realidade evidencia que a permanência dos migrantes paraguaios em Mercedes não pode ser compreendida apenas a partir da lógica econômica do trabalho, mas também de uma dimensão simbólica e social de pertencimento. O contraste entre as carências estruturais de seus distritos de origem, marcados pela pobreza rural, pela ausência de políticas públicas e pela fragilidade dos serviços básicos e as possibilidades mínimas de estabilidade oferecidas pelo município brasileiro

reforça a decisão de permanecer. E mesmo diante da precariedade do trabalho, o acesso gratuito à saúde, à escola para os filhos e a uma rede que consideram de apoio, configuram elementos centrais na reconstrução de suas trajetórias.

Essa comparação evidencia que o território de fronteira se configura como espaço estratégico de reprodução social, no qual, mesmo diante da precariedade das condições de trabalho, o acesso a serviços públicos básicos assume papel central na decisão de permanência dos migrantes.

A análise permite entender que a presença migrante em Mercedes cumpre uma dupla função: de um lado, forte presença de trabalho nos setores econômicos essenciais, como a agroindústria, os serviços e no trabalho informal; de outro, renova o tecido social, ampliando a diversidade cultural. No entanto, a ausência de reconhecimento institucional e de políticas públicas direcionadas mantém essas populações em condição de vulnerabilidade, reproduzindo desigualdades que atravessam tanto o país de origem quanto o de destino.

Compreender o fenômeno migratório em Mercedes exige reconhecer suas contradições: enquanto os migrantes encontram no Brasil um espaço de maior dignidade e acesso a direitos básicos, continuam submetidos à precariedade estrutural típica das regiões de fronteira. Precariedade estrutural, entendida como a inserção dos trabalhadores em condições marcadas pela informalidade, baixos salários, instabilidade contratual e ausência de garantias trabalhistas. Essa ambivalência revela que a migração não é apenas um movimento de saída, mas um processo de reconstrução social, no qual o território de destino torna-se um espaço possível de vida, mesmo diante das limitações impostas pelo modelo econômico vigente.

Embora não haja dados estatísticos consolidados sobre o número de migrantes paraguaios atualmente residentes no município de Mercedes (PR), as evidências empíricas e os relatos institucionais apontam para uma presença significativa no cotidiano local, especialmente no que se refere às dinâmicas do trabalho e da ocupação do território. A mobilidade transfronteiriça faz parte da formação social da região, marcada desde o início da colonização do oeste Paranaense por fluxos de trabalhadores, quando na ocasião da extração da erva-mate. Nesse sentido, o movimento migratório contemporâneo representa menos uma novidade demográfica e mais a atualização de processos históricos de circulação de pessoas e práticas sociais entre os dois lados da fronteira, e de lógicas de acumulação do capital via exploração do trabalho. Assim, ainda que numericamente pequenos, esses grupos expressam a continuidade dessa

dinâmica territorial das cidades fronteiriças, em que o deslocamento e o pertencimento múltiplo são dimensões constitutivas da vida social.

Apesar de não haver informações precisas sobre empresas que operam exclusivamente com trabalhadores migrantes, os relatos dos entrevistados revelam um padrão, muitos imigrantes paraguaios ocupam empregos que muitas vezes os moradores locais não desejam ou que oferecem salários baixos, como em fábricas de confecção, frigoríficos, produção agrícola e serviços gerais.

Imagem 2 – Fábrica do ramo de Confecção 1



Fonte: Acervo da autora

Imagem 3 – Fábrica de Móveis



Fonte: Acervo da autora

Imagem 4 – Fabrica no ramo de confecção 2



Fonte: acervo da autora

Esse fenômeno ocorre de forma “silenciosa”: a contribuição desses trabalhadores para a economia local não é reconhecida formalmente, e o município não possui programas específicos voltados para migrantes. Eles participam apenas de políticas gerais de assistência social, como qualquer outra família em situação de vulnerabilidade. Esse contexto cria um paradoxo, pois sem os migrantes, setores importantes da economia local poderiam ser prejudicados, mas, ao mesmo tempo, esses trabalhadores permanecem invisíveis nas políticas públicas. Mesmo em empresas com maior número da mão de obra migrante como fábricas de confecção e frigoríficos, apontados nas entrevistas, a atenção às suas necessidades específicas é limitada.

Dessa forma, cresce a necessidade de ações direcionadas aos migrantes, que considerem suas dificuldades particulares, como a barreira linguística, a regularização documental e o acesso a empregos mais justos e dignos.

2.3 O SUJEITO MIGRANTE: CONCEITOS E PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Antes de aprofundar a discussão sobre o sujeito migrante, é necessário explicitar o uso terminológico adotado nesta pesquisa. Em regiões de fronteira, como a que envolve Brasil e Paraguai, os deslocamentos não ocorrem de forma linear ou definitiva, mas se caracterizam pela circularidade, pelos movimentos de retorno e pela manutenção de vínculos em ambos os lados da fronteira (Marques, 2009). Por essa razão, esta dissertação utiliza preferencialmente o termo *migrante*, entendido como categoria mais ampla e capaz de abarcar mobilidades diversas, enquanto o termo

imigrante é empregado apenas quando se faz referência à condição jurídica do estrangeiro que ingressa e regulariza sua situação no Brasil.

Essa distinção segue autores clássicos como Sayad, para quem a imigração é um recorte específico dentro do fenômeno mais amplo da migração, e está alinhada às demandas de precisão conceitual colocadas pelo estudo em áreas de fronteira. Para compreender a dinâmica migratória atual em Mercedes, é necessário adentrar a figura do migrante como sujeito histórico, político e jurídico, atravessado por múltiplas dimensões culturais, legais, simbólicas e estruturais que influenciam desde as motivações para a partida até as possibilidades de pertencimento e integração no espaço de destino.

Conforme destaca Bourdieu no prefácio à obra de Sayad (1991, p. 11), o imigrante personifica um dos temas centrais da sociabilidade moderna, colocado como uma metáfora para a deslocação do sujeito universal nas sociedades contemporâneas. Nesse sentido, Sayad (1998) ressalta que o imigrante, embora muitas vezes percebido como um estrangeiro provisório em determinada sociedade receptora, tende a se tornar permanente e a integrar-se de formas diversas ao tecido social, sem, no entanto, romper completamente os elos culturais e afetivos com sua origem.

Assim como destaca Maciel (2020), os processos migratórios contemporâneos estão profundamente articulados à reprodução ampliada do capital, que redefine as formas de inserção laboral e acentua a precariedade das condições de vida dos trabalhadores. A autora argumenta que, no regime de acumulação flexível, os trabalhadores migrantes tendem a ocupar os postos mais precarizados da cadeia produtiva, sendo percebidos como uma força de trabalho de caráter provisório, cuja presença é tolerada na medida em que atende às demandas do capital.

Nessa perspectiva, Carneiro (2018) ressalta que o caráter provisório atribuído aos migrantes os posiciona como sujeitos permanentemente vulneráveis, submetidos a formas intensificadas de exploração econômica.

De modo complementar, Faria (2015) destaca que a fragilidade institucional e as assimetrias de tratamento contribuem para a construção de uma identidade migrante associada à marginalidade, o que amplia sua vulnerabilidade frente aos Estados nacionais.

No contexto brasileiro, a promulgação da Lei nº 13.445/2017, conhecida como Nova Lei de Migração, representou uma inflexão significativa na política migratória nacional. Ao substituir o antigo Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980), a nova

legislação incorporou princípios constitucionais fundamentais, como a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), a prevalência dos direitos humanos (art. 4º, II) e a isonomia de direitos (art. 5º), estendendo aos migrantes os direitos civis e sociais assegurados aos cidadãos brasileiros.

Apesar desses avanços no plano normativo, a realidade vivenciada pelos migrantes evidencia a persistência de contradições estruturais. Diariamente, centenas de pessoas atravessam as fronteiras internacionais do Brasil com países vizinhos, muitas vezes sem documentação ou informações adequadas, configurando situações de irregularidade migratória. Nessas condições, tornam-se mais suscetíveis à exploração por parte de empregadores e empresas clandestinas, sendo frequentemente submetidos a jornadas exaustivas, remuneração inferior ao mínimo legal, retenção de documentos e ameaças de deportação. Tais práticas não apenas configuram violações de direitos, mas também expressam formas de controle social, nas quais o migrante permanece vinculado a relações de trabalho degradantes como estratégia de sobrevivência.

Dados recentes corroboram essa realidade. Segundo o Relatório de Dados Consolidados da Imigração no Brasil 2024, elaborado pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o número de trabalhadores imigrantes inseridos no mercado formal brasileiro atingiu, em 2024, o maior volume da série histórica iniciada em 2010, ultrapassando 70 mil postos de trabalho criados. No entanto, observa-se uma concentração significativa desses trabalhadores em ocupações de baixa remuneração e alta rotatividade, como alimentador de linha de produção, servente de obras, faxineiro, magarefe e auxiliar de serviços de alimentação, especialmente nos setores frigorífico, agroindustrial e de limpeza urbana (OBMIGRA, 2025, p. 26-28).

O relatório também indica que 63,2% dos imigrantes empregados formalmente são homens, predominantemente na faixa etária entre 20 e 39 anos, evidenciando o perfil jovem dessa força de trabalho. Além disso, 71,1% possuem ensino médio completo ou incompleto, o que aponta para limitações no acesso à qualificação profissional e à mobilidade ocupacional (OBMIGRA, 2025, p. 27).

Para compreender esse cenário, é necessário considerar os marcos normativos que historicamente orientam a organização da faixa de fronteira no Brasil. A Lei nº 6.634/1979 define essa porção do território como área de segurança nacional, abrangendo 586 municípios distribuídos por onze estados ao longo de

aproximadamente 16 mil quilômetros de fronteira com dez países sul-americanos, reforçando seu caráter estratégico para a integridade territorial brasileira.

A Constituição Federal de 1988 reafirma essa perspectiva ao enfatizar a segurança e o controle sobre a faixa de fronteira, o que, por outro lado, contribuiu para limitar seu potencial de desenvolvimento local. Desde então, as políticas públicas voltadas a essas regiões têm oscilado entre abordagens securitárias e ações pontuais voltadas à geração de emprego e renda, frequentemente marcadas pela descontinuidade.

Nesse contexto, iniciativas como o Programa Calha Norte, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) buscaram promover maior equilíbrio territorial. Conforme o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (BRASIL, 2024), tais ações visaram fortalecer a presença do Estado e fomentar o desenvolvimento regional. No entanto, esses programas enfrentaram limitações relevantes, como restrições orçamentárias e fragmentação institucional, comprometendo sua efetividade.

Ainda segundo o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (BRASIL, 2019), a criação da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (CDIF) e dos núcleos de fronteira buscou aprimorar a coordenação das políticas públicas na região. Contudo, essas iniciativas também enfrentam dificuldades estruturais, especialmente relacionadas à falta de recursos e à ausência de uma estrutura institucional consolidada.

Em 2020, foi instituído o Programa Fronteira Integrada, no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, cuja finalidade é “reduzir as desigualdades econômicas e sociais no território da faixa de fronteira” (BRASIL, 2020, p. 709). Apesar disso, persistem desafios na implementação de políticas integradas e efetivas.

Diante desse cenário, compreende-se que a governança transfronteiriça, embora concebida como instrumento estratégico para a integração regional, apresenta, na prática, um funcionamento marcado por contradições. Sua operacionalização revela a predominância de interesses econômicos, a fragmentação institucional e a limitação de arranjos cooperativos capazes de promover inclusão social efetiva.

No município de Mercedes (PR), essas contradições se manifestam de forma concreta. A presente pesquisa busca compreender como se dá a inserção da população migrante no território, especialmente no que se refere às relações de trabalho e às condições de vida, considerando o papel das ações institucionais existentes.

Analisa-se em que medida as políticas públicas municipais, ainda que não estruturadas especificamente para essa população, interferem na reprodução da vida desses sujeitos, bem como seus limites diante das desigualdades históricas que caracterizam essa região de fronteira.

Nesse sentido, analisa-se como essas relações aparecem na experiência migratória em Mercedes, mostrando que os migrantes acabam ocupando posições socialmente desvalorizadas, nas margens do mercado de trabalho, adaptando-se às exigências do modo de produção capitalista.

2.4 MIGRAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO SUL DO BRASIL E EM MERCEDES PR

Geograficamente, o Sul do Brasil em 2022 concentrou 65,9% de todas as vagas criadas para imigrantes, com destaque para Curitiba (PR), Cascavel (PR), Chapecó (SC) e Caxias do Sul (RS), cidades fortemente vinculadas ao setor agroindustrial. Esses polos foram identificados por diferentes pesquisas como áreas recorrentes de denúncias sobre condições análogas à escravidão, exploração de trabalhadores estrangeiros e uso irregular de mão de obra migrante (OBMigra, 2025, p. 29-30).

Em Mercedes, em 2013, o Ministério Público, através de uma denúncia, encontrou 13 trabalhadores de origem paraguaia escravizados e em situação migratória irregular, vivendo em condições precárias em um chiqueiro adaptado e sob trabalho penoso de quebrar pedras a beira da BR -163.

Conforme segue notícia:

Imagem 5 – Notícia de libertação de paraguaios escravizados em Mercedes



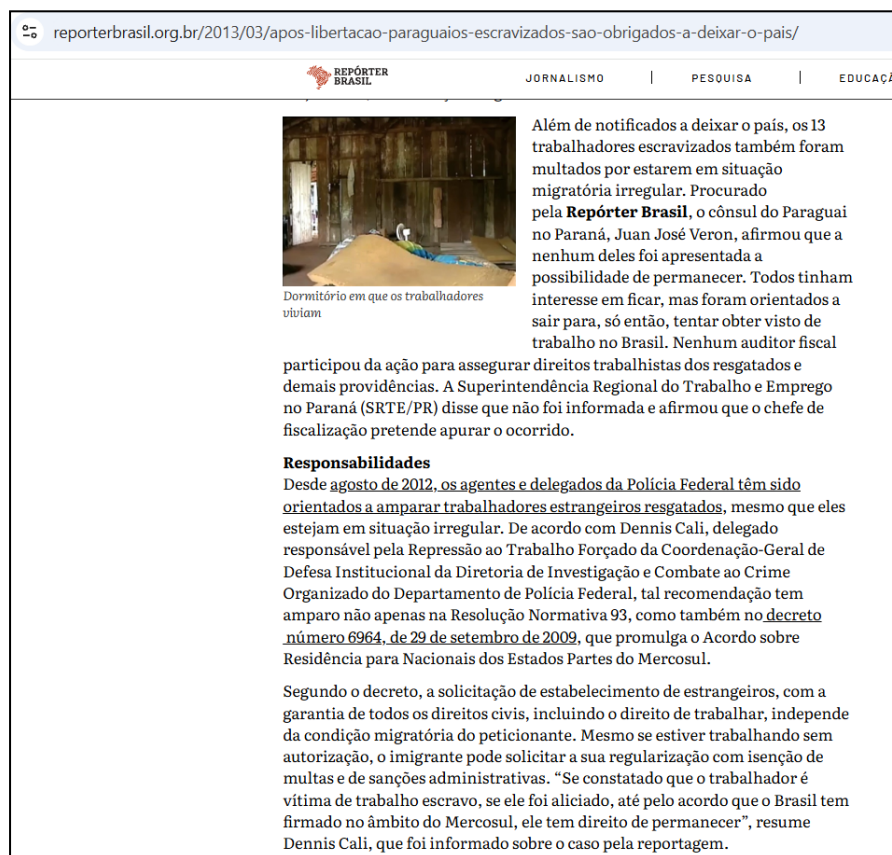
Fonte: Repórter Brasil.

Imagem 6 – Notícia de libertação de paraguaios escravizados em Mercedes



Fonte: Repórter Brasil.

Imagem 7 – Notícia de libertação de paraguaios escravizados em Mercedes



Fonte: Repórter Brasil.

Esse quadro contemporâneo, observado nas situações vivenciadas localmente, não é isolado, mas dialoga com a própria trajetória histórica do Brasil, cuja formação social e territorial está profundamente marcada por uma lógica escravista que, mesmo após a abolição formal da escravidão, continuou a estruturar as relações de trabalho e de poder. Essa herança histórica, fundada na naturalização da exploração da força de trabalho e na hierarquização racial e social, legou ao país um pensamento escravista que ainda orienta práticas econômicas e representações sociais sobre quem deve trabalhar, em que condições e com que direitos.

O Brasil consolidou-se como uma nação marcada por diferentes fluxos migratórios. Nesse processo, somam-se tanto aqueles trazidos de forma forçada, como a população africana escravizada, quanto o trabalho compulsório imposto à população indígena. Posteriormente, a formação do mercado de trabalho foi atravessada por novas ondas migratórias, italianos, alemães, japoneses, portugueses, espanhóis e outros grupos que chegaram em diferentes períodos, atraídos pela promessa de crescimento econômico e pela possibilidade de recomeço.

Contudo, a postura do Estado brasileiro em relação aos migrantes sempre oscilou entre o acolhimento e o controle. Desde o período colonial, a presença estrangeira foi motivo de disputa e vigilância, uma vez que a colonização portuguesa se desenvolveu em meio a rivalidades com outras potências europeias e à necessidade de assegurar a posse territorial. Essa ambiguidade entre estímulo e repressão acompanha toda a formação nacional e reflete a herança de um pensamento escravista e autoritário, no qual a circulação e a inserção das pessoas sempre estiveram subordinadas às demandas do capital e aos projetos de Estado.

Reforça-se, nesse contexto, a noção de desenvolvimento desigual formulada por Smith (1988), evidenciada na forma pela qual o capitalismo se expande ao articular temporalidades distintas e modos de produção heterogêneos no interior de uma mesma totalidade social.

No caso brasileiro, essa lógica manifesta-se na coexistência entre relações de trabalho herdadas do escravismo e formas modernas de produção, reproduzindo estruturas históricas de dominação e dependência.

Assim, se, por um lado, a imigração foi fundamental para o povoamento, o desenvolvimento econômico e a constituição da diversidade cultural brasileira, por outro, foi constantemente regulada, hierarquizada e, em diversos momentos, criminalizada, evidenciando como o Estado atua de forma seletiva na incorporação de grupos sociais, conforme as exigências do capital e as relações de poder em cada contexto histórico.

As entrevistas realizadas em Mercedes com os migrantes, juntamente com os dados obtidos no CRAS, revelam elementos importantes para a compreensão desse sujeito no município. Essas pessoas chegam motivadas pela busca de melhores condições de vida, trabalho e acesso a políticas de assistência social. Frequentemente vindas de contextos muito precários, qualquer suporte recebido no Brasil já representa uma sensação de acolhimento e dignidade. Para muitos, a migração não é apenas uma estratégia econômica, mas também uma oportunidade de escapar de situações de vulnerabilidade extrema, violência ou ausência de garantias básicas em seus países de origem.

Os dados da Encuesta Permanente de Hogares Continua 2024, divulgados pelo Instituto Nacional de Estadística (INE) do Paraguai, evidenciam o quadro das condições sociais do país. Departamentos como Concepción (37,8%), Caaguazú (30,8%), Itapúa (30,2%) e Canindeyú (30,0%) apresentam índices de pobreza total

superiores a 30%, enquanto a pobreza extrema atinge até 9,6% da população em algumas regiões. Esses números revelam a dificuldade de acesso a condições básicas de subsistência, especialmente nas zonas rurais e de fronteira, onde predominam atividades agrícolas de baixa renda e escassa oferta de empregos formais.

Assim, a pobreza estrutural e a falta de perspectivas no interior paraguaio configuram-se como fatores determinantes para os fluxos migratórios em direção ao território brasileiro. Nesse contexto, até mesmo ações básicas das políticas públicas locais, como o acesso ao Cadastro Único (CadÚnico²), à cesta básica, à doação de móveis e aos serviços de saúde e educação, passam a ser percebidas como um alívio significativo diante das condições vivenciadas nos territórios de origem.

2.4.1 A precariedade do trabalho migrante em Mercedes – PR

A compreensão da dinâmica migratória em municípios de fronteira exige reconhecer o papel que a precariedade estrutural do trabalho desempenha na constituição dos fluxos contemporâneos. Nesse sentido, Antunes (2018) oferece um aporte teórico essencial ao demonstrar que a reestruturação produtiva das últimas décadas produziu uma nova morfologia da classe trabalhadora, marcada pela intensificação da informalidade, pela flexibilização contratual e pela ampliação de ocupações de baixa remuneração e alta rotatividade. Para o autor, tais formas de inserção não constituem anomalias do sistema, mas expressões inerentes ao atual estágio do capitalismo, no qual o trabalho é desprotegido, fragmentado e frequentemente destituído de garantias sociais.

Dentro desse cenário, os trabalhadores migrantes assumem posição central. Antunes (2018) destaca que esse grupo vivencia, de maneira mais intensa, os efeitos da precariedade estrutural, tanto pela vulnerabilidade jurídica associada ao processo migratório quanto pela necessidade urgente de inserção laboral nos lugares de destino. A condição migrante, portanto, torna-se um elemento que amplifica a exploração, pois facilita a ocupação de postos de trabalho menos desejados pelos trabalhadores locais, especialmente aqueles caracterizados por baixa remuneração, jornadas extensas e instabilidade contratual. Essa combinação entre vulnerabilidade social e

² Instrumento do governo brasileiro que visa identificar e caracterizar famílias de baixa renda, permitindo seu acesso a políticas e programas sociais do Governo Federal. (BRASIL, Ministério da Cidadania, 2023)

demanda por trabalho precarizado faz com que os migrantes constituam, como afirma o autor, “a ponta mais exposta” da nova morfologia laboral.

Esse traço da realidade contemporânea do trabalho é particularmente evidente em municípios fronteiriços como Mercedes (PR), onde a dinâmica econômica resulta da combinação entre atividades produtivas locais e a intensa circulação de pessoas, mercadorias e serviços típica das áreas de fronteira. Nesses territórios, diferentes escalas de interação se entrelaçam, articulando práticas econômicas locais com fluxos transnacionais que conectam o Brasil aos países vizinhos. A presença crescente de paraguaios, argentinos e venezuelanos evidencia que esses sujeitos encontram, no mercado de trabalho local, alternativas possíveis diante das condições de vulnerabilidade presentes em seus países de origem, ainda que essas oportunidades nem sempre garantam estabilidade ou mobilidade social mais ampla.

A inserção desses grupos ocorre, majoritariamente, em atividades marcadas pela informalidade, pela baixa remuneração e pela fragilidade contratual, como o trabalho em confecções, frigoríficos, indústrias de amido, serviços gerais, agricultura e olarias. Esses setores, ainda que essenciais para o funcionamento cotidiano do município, são historicamente constituídos por ocupações de caráter rotativo, pouco protegidas por direitos trabalhistas e fortemente atravessadas por relações assimétricas de poder. Assim, a presença dos migrantes não apenas atende às necessidades do mercado local por força de trabalho barata e abundante, mas também revela o modo como processos globais de precariedade se territorializam em escala municipal.

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que os trabalhadores migrantes não podem ser compreendidos apenas como vítimas de um processo estrutural. Conforme ressalta Antunes (2018), esses sujeitos carregam consigo potenciais de resistência e agência política, seja por meio da busca por melhores condições de vida, seja pela participação em redes de apoio e solidariedade que estruturam sua permanência no território. Seus deslocamentos e estratégias de inserção laboral expressam formas de enfrentamento às desigualdades e revelam a capacidade de produzir alternativas dentro de um sistema que tende a destiná-los a posições subordinadas.

Jesus (2020) demonstra que as redes migratórias cumprem papel central na continuidade dos fluxos, conectando migrantes e não migrantes por meio de laços familiares, de amizade e de conterraneidade. Isso reduz custos, riscos e facilita a mobilidade.

Essas redes funcionam como capital social, oferecendo apoio material, acesso a informações e mediação para a inserção no trabalho e nos serviços públicos, o que contribui para amenizar o impacto da chegada ao destino. O autor destaca ainda que, quando mais consolidadas, essas conexões assumem caráter transnacional, sustentando vínculos sociais, econômicos e afetivos entre origem e destino, e evidenciando os migrantes como sujeitos ativos na construção de estratégias de sobrevivência e permanência.

A partir dessa perspectiva, torna-se possível interpretar a migração para Mercedes como parte de um movimento mais amplo de recomposição do capital e reorganização do trabalho, no qual a precariedade opera como força estruturante. Ao mesmo tempo, a presença desses grupos evidencia as contradições que atravessam os espaços de fronteira: são territórios onde oportunidades e vulnerabilidades coexistem, onde o mercado de trabalho acolhe e explora, e onde a busca por pertencimento se articula a estratégias cotidianas de sobrevivência.

Dorfman (2020) destaca que as fronteiras constituem espaços sociais complexos, formados historicamente por interações transnacionais, múltiplas territorialidades e redes que ultrapassam o limite jurídico do Estado. Em razão disso, apresentam singularidades estruturais, combinando integração e conflito, circulação e controle, o que sustenta a afirmação de que municípios fronteiriços como Mercedes carregam dinâmicas próprias de produção territorial, o que torna imprescindível a mobilização de conhecimentos basilares para a construção analítica proposta nesta dissertação. Nesse sentido, o referencial teórico busca problematizar conceitos fundamentais que sustentam a reflexão, tais como território, migração, trabalho e governança.

A partir dessa compreensão do trabalho como categoria central na organização da vida social, torna-se necessário analisar como essas dinâmicas se constituíram historicamente em territórios específicos. Dessa forma, compreender a formação da região de fronteira entre Brasil e Paraguai é fundamental para entender as condições que estruturam a migração e a inserção da força de trabalho no município de Mercedes (PR), aspecto que será aprofundado no capítulo seguinte.

3 DIGRESSÃO HISTÓRICA DA OCUPAÇÃO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO SUBALTERNIZADAS NO OESTE PARANAENSE

A realização desta digressão histórica tem como finalidade compreender os processos que estruturaram o território do Oeste do Paraná e que, ainda hoje, influenciam as dinâmicas sociais, econômicas e territoriais observadas no município de Mercedes (PR). Parte-se do entendimento de que o presente não pode ser analisado de forma isolada, sendo necessário apreendê-lo como resultado de processos históricos que envolveram a ocupação do território, a exploração da força de trabalho e a formação de relações sociais desiguais.

Nesse sentido, a análise histórica permite identificar permanências e rupturas nas formas de organização do trabalho e do espaço, contribuindo para compreender como as dinâmicas migratórias atuais se inserem em uma trajetória mais ampla de exploração e subalternização do trabalho na região de fronteira.

A formação histórica do Oeste do Paraná e, em particular, do território que hoje constitui Mercedes revela um processo marcado por disputas territoriais, ocupações seletivas, práticas de exploração do trabalho e construção de um espaço de fronteira funcionalizado de forma assimétrica. Esse resgate histórico tem como finalidade compreender como o território se configurou de modo a possibilitar vantagens econômicas e, simultaneamente, produzir formas de subalternização do trabalho, sobretudo de indígenas, paraguaios, argentinos e migrantes internos brasileiros. Esse processo já antecipa um traço que se repetirá ao longo da história regional: a desconsideração dos direitos dos povos originários, a apropriação privada da terra e a exploração intensiva do trabalho indígena e paraguaio.

A ocupação do Oeste Paranaense, região na qual se insere o município recorte desta pesquisa, resultou, ao longo do século XX, de intensos processos políticos, econômicos e sociais que promoveram profundas transformações na configuração territorial. Contudo, é fundamental compreender que a noção de *região* não deve ser tomada como um dado natural ou estático, mas como uma construção social e histórica, produzida e continuamente redefinida a partir de interesses, disputas, discursos e práticas de poder que moldam o território e suas dinâmicas internas. Conforme argumenta Hobsbawm (1984), as identidades coletivas e os recortes espaciais, assim como as tradições, são frequentemente “inventados” para conferir legitimidade, coesão e sentido a determinados projetos políticos e econômicos.

Essa abordagem, de caráter geográfica e histórica, pretende oferecer subsídios para uma melhor elucidação dos processos que estruturaram o território em análise desde a conformação das frentes pioneiras até a consolidação de um modelo agrícola empresarial permitindo identificar as continuidades e rupturas nas formas de ocupação, produção e organização do espaço. Compreendendo de que maneira as políticas de colonização, os fluxos migratórios e as práticas de uso e apropriação da terra contribuíram para a configuração do espaço regional tal como se apresenta hoje.

Conforme assinalam Dias e Castellano (2015), a área inicialmente apresentava uma ocupação esparsa, caracterizada sobretudo por atividades extrativistas, como a coleta de madeira e de erva-mate, realizadas por indígenas e posseiros. De acordo com Gregory, Vanderlinde e Myskiw (2004), membros da etnia avá-guarani foram os primeiros habitantes de onde veio a se constituir a Região oeste do Paraná e desenvolviam o cultivo de mandioca, milho, batata e amendoim, além de atividades de caça e pesca, com papel central da vegetação nativa para manter o seu modo de vida.

No decorrer do processo de colonização, os indígenas, especialmente os Avá-Guarani, tiveram seus direitos sistematicamente desconsiderados, sendo deslocados ou submetidos a novas formas de exploração³. Segundo informações apresentadas por Marcos Nestor Stein (informação verbal, oficina Levantamento de Fontes Históricas e Geográficas, UNIOESTE, 2024), no período de 1629-1632 bandeirantes chefiados por Antonio Raposo Tavares Neto e Manuel Preto destroem diversas reduções e aprisionam indígenas, cerca de 12.000 indígenas migram para as Missões do Rio Grande do Sul, ficando destruída a Ciudad Real del Guayrá.

Em 1853, o Paraná conquistou sua emancipação política, desvinculando-se da Província de São Paulo e constituindo-se como uma nova província brasileira (Priori, 2012). Após esse processo, foram criadas 27 colônias destinadas à instalação de imigrantes europeus, entre os quais se destacavam escravos, poloneses, ucranianos, alemães e italianos. Posteriormente, entre os anos de 1881 e 1930, teve início o período das obras, caracterizado pela concessão de extensas áreas de terras pelo governo brasileiro a empresas estrangeiras principalmente argentinas e inglesas para a exploração da erva-mate e da madeira na região Oeste do Paraná (Wachowicz, 1987).

Os trabalhadores dessas obras, conhecidos como mensús, eram, em sua maioria, de origem paraguaia e argentina, além dos chamados “guaranis modernos”,

³ Informações obtidas a partir de recortes de jornais históricos disponíveis no Cepedal da UNIOESTE;

termo utilizado para designar os indígenas guaranis miscigenados no Paraguai (Priori, 2012). Conforme destaca Wachowicz (1988, p. 27), “esta frente extrativa de erva-mate era, pois, de capital argentino, mão de obra paraguaia e matéria-prima brasileira”. Dessa forma, percebe-se que as obras promoveram a integração do Oeste paranaense aos circuitos internacionais de exportação, mas também consolidaram uma estrutura concentrada e excludente de uso da terra, marcada por relações semiescravidas de trabalho e por intensa degradação ambiental.

As principais obras foram Família Matte, Braviaco (Cia Brasileira de Viação), que construiu a ferrovia Ponta Grossa-Guarapuava/subsidiária da Brazil Railway Company, Companhia Paranaense Esperia, Ltda, Domingos Barthe, Lopeí- Nuñez y Gibaja, Fazenda Britânia - cia de Maderas del Alto Paraná, Porto Artaza-Julio Allica e Mate Laranjeira. Essas obras eram amparadas por acordos de navegação firmados entre o Império brasileiro, a Argentina e o Paraguai no século XIX, o que garantia a livre circulação pelos rios da Prata e Paraná o que também facilitava o comércio e o contrabando de erva-mate e madeira (Colodel, 2008). Já nas décadas de 1920 e 1930, a área apresentava fraca presença estatal e forte influência estrangeira: o espanhol predominava, o peso argentino circulava como moeda e o transporte era controlado por empresas argentinas e paraguaias, como a Companhia Mate Laranjeira (Steca; Flores, 2008).

A passagem da Coluna Prestes em 1924 evidenciou a desnacionalização e as desigualdades sociais na fronteira (Dias; Priori, 2009), trazendo a intervenção estatal em 1930, com o Decreto nº 300, que revogou as concessões de terras a empresas estrangeiras, seguida de medidas legais que instituíram a colonização pública e privada, promovendo a integração efetiva do território ao Estado do Paraná (Colodel, 2008).

A partir das décadas de 1930 e 1940, houve intensificação de uma colonização dirigida, processo este articulado à política de integração nacional promovida pelo governo de Getúlio Vargas, especialmente no período do Estado-Novo (1937-1945), quando foi lançado o Programa conhecido como Marcha para o Oeste. Mais do que uma simples estratégia, tratava-se de um amplo programa de colonização, cujo objetivo era incentivar a migração de colonos, em sua maioria oriundos da região do Sul do país, para ocupar áreas de baixa densidade demográfica e integrá-las ao projeto nacional desenvolvimentista. (Rippel, 2005). No Oeste do Paraná, embora a diretriz tenha sido estabelecida já nos anos 1930, a colonização se intensificou especialmente

na segunda metade da década de 1940, no contexto de reconstrução do pós-segunda Guerra Mundial.

Entre as principais empresas atuantes no Oeste do Paraná destacam-se a Companhia Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná Ltda. (Maripá), Pinho e Terras Ltda., Industrial Agrícola Bento Gonçalves, Colonizadora Gaúcha Ltda., Colonizadora Matelândia, Colonizadora Criciúma, Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda. e Colonizadora Norte do Paraná. Em conjunto, essas companhias foram responsáveis pela ocupação e estruturação de mais de dois milhões de hectares, firmando acordos com o Estado que abrangiam atividades madeireiras, industriais, comerciais e de venda de terras (Myskiw, 2002).

Destaque para a Colonizadora Rio Paraná Ltda, (Maripá) pela implantação de infraestrutura básica, como casas, hotéis e estradas, indo além da comercialização de lotes que era realizada de forma planejada. Conforme relatório da empresa Pinho e Terras Ltda., citado por Myskiw (2002), os lotes coloniais possuíam, em média, 25 hectares, ajustando-se ao relevo e à hidrografia, enquanto as chácaras periurbanas, destinadas ao cultivo de hortigranjeiros, tinham cerca de 2,5 hectares. As vilas e cidades foram organizadas em quarteirões de 100 x 100 metros, cada um dividido em dez lotes de 1.000 m².

A Maripá, que tinha sua sede em Toledo, priorizou a formação de pequenas propriedades agrícolas (aproximadamente 24 hectares cada), garantindo a presença de cursos d'água em todas as parcelas e buscava os compradores, em sua maioria migrantes gaúchos e catarinenses, descendentes de alemães e italianos. A partir de 1951, já havia famílias estabelecidas em General Rondon (atual Marechal Cândido Rondon) e Toledo, dando origem, entre 1951 e 1954, a diversas vilas, como Novo Sarandi, Quatro Pontes, Margarida, Vila Nova, Novo Três Passos, Mercedes, Nova Santa Rosa, Maripá e São Roque. Muitas dessas colônias posteriormente se constituíram em municípios autônomos, como é o caso do município de Mercedes, enquanto outras permaneceram como distritos de Toledo ou Marechal Cândido Rondon.

Conforme destacam Dias e Castellano (2015), embora os municípios da região tenham seguido trajetórias de desenvolvimento relativamente similares, essas trajetórias foram atravessadas por tensões e desigualdades, que continuam a marcar o espaço regional até os dias atuais. Segundo Rippel (2005) o Oeste paranaense constituiu-se como a última região do estado a ser efetivamente colonizada, junto ao

movimento Marcha para o Oeste, diferentemente de outras áreas do país incorporadas nesse contexto.

Complementando, ainda segundo Rippel (2005, p. 11):

A maioria desses colonizadores tinha origem no Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul, assim como nas regiões Oeste, Noroeste e Sudoeste de Santa Catarina, conformando um fluxo migratório intenso que redefiniu a ocupação do território.

Em síntese, as mudanças mais significativas na região decorreram da dinâmica migratória, intensificada após o esgotamento do ciclo agroexportador em nível estadual e a ascensão do capital industrial como força hegemônica. Esse novo cenário provocou rápidas e profundas transformações na estrutura socioeconômica regional, com reflexos diretos sobre o crescimento populacional (Mondardo; Backes, 2007).

Conforme analisa Smaniotto (2022), a colonização do extremo Oeste do Paraná não pode ser compreendida apenas como uma estratégia estatal de povoamento, mas como um projeto diretamente vinculado à reprodução do capital privado. Os empresários que lideraram a negociação da Fazenda Britânia já possuíam experiência acumulada na especulação imobiliária de terras no Oeste de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, buscando expandir e valorizar seus investimentos (Smaniotto, 2022).

As empresas colonizadoras quando organizaram a ocupação da região tinham como base critérios seletivos de “elemento humano”, privilegiando descendentes de alemães e italianos, majoritariamente oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Outros grupos, como caboclos e o chamado “pelo-duro nortista”, foram marginalizados, por serem considerados pouco adequados ao modelo agrícola planejado (Wachowicz, 1982; Gregory, 2002). Desse modo, a colonização do Oeste paranaense configurou-se como um empreendimento empresarial de ordenamento territorial, articulando Estado e iniciativa privada no processo de territorialização do capital, encontrando resistências concretas no espaço agrário.

Nesse contexto, consolidaram-se dois perfis distintos de atores sociais: de um lado, os colonos pequenos proprietários que praticavam a policultura, baseados no trabalho familiar e em uma relação de respeito e reverência com a terra; de outro, os chamados empresários do campo, voltados para a acumulação capitalista e a exploração intensiva dos recursos naturais (Gregory, 2002). Essa diferenciação foi central para a dinâmica social do Oeste paranaense, na medida em que a modernização

conservadora da agricultura⁴, ocorrida entre as décadas de 1960 e 1970, favoreceu médios e grandes produtores e acelerou processos de exclusão dos pequenos.

Assim, o caso do Oeste paranaense demonstra que a colonização empresarial e dirigida, ainda que tenha integrado a região ao sistema produtivo nacional, também promoveu exclusões sociais profundas, concentração de terras e deslocamentos populacionais em larga escala, aspectos que se somam às tensões verificadas em outras frentes pioneiras do estado.

Já num plano internacional, a instauração da ditadura de Alfredo Stroessner no Paraguai (1954–1989) também influenciou diretamente a dinâmica fronteiriça da região, pois até então, o Paraguai mantinha forte dependência econômica da Argentina, mas, a partir das novas políticas do regime stroessnista, buscou-se maior aproximação com o Brasil. Essa reconfiguração se deu por meio de acordos comerciais e energéticos, além da abertura de novas rotas de exportação agrícola, antes restritas ao Porto de Buenos Aires. (Marques, 2009).

Cabe destacar que o período ditatorial paraguaio legou estruturas político-econômicas marcadas pela concentração fundiária, pelo fortalecimento do agronegócio e pela intensificação das desigualdades sociais. Mesmo após a redemocratização, tais características permaneceram, contribuindo para a continuidade da expulsão de trabalhadores do campo e para a intensificação dos fluxos migratórios, cujos efeitos se manifestam regionalmente, especialmente nas áreas de fronteira, por meio da inserção desses sujeitos em condições de trabalho frequentemente precarizadas. (Marques, 2009).

Na esteira desse processo mais amplo de colonização dirigida e empresarial, alguns municípios se formaram como expressão dessa lógica territorial de ocupação capitalizada. Entre eles, destaca-se o caso de Mercedes, originalmente Mercedes era distrito de Toledo e:

Recebeu esse nome no princípio da década de 1950, época em que vieram para essa região grande número de migrantes, formando um pequeno núcleo urbano e definindo mais ou menos os perímetros existentes hoje no município (Plano diretor do Município de Mercedes, 2025).

⁴ Para Guimarães (1977, p. 3), [...] a 'estratégia de modernização conservadora', assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária.

A imagem a seguir retrata parte dos colonos que chegaram a Mercedes no início da década de 1950, momento de consolidação da colonização dirigida no Oeste paranaense. Mais do que um simples registro histórico, a fotografia reforça o discurso de “pioneirismo” frequentemente associado à expansão agrícola regional, apagando, em certa medida, a presença anterior de indígenas, caboclos e paraguaios que já ocupavam o território (Gregory; Vanderlinde; Myskiw, 2004). Grupos esses que mantinham relações específicas com a paisagem local, praticando a caça, a pesca, o extrativismo e a agricultura de subsistência, o que demonstra que o espaço já era socialmente ocupado e transformado antes da chegada dos migrantes sulistas

Imagem 8 – Pioneiros da Colonização de Mercedes



Fonte: Acervo PMM – 1950 (Prefeitura Municipal de Mercedes)

Esses migrantes provenientes de diferentes partes do Sul do Brasil contribuíram para a configuração territorial de Mercedes, moldando não apenas sua área rural, mas também núcleos urbanos e as atuais vilas Três Irmãs e Arroio Guaçu, hoje distritos de Mercedes. A economia local estruturou-se inicialmente a partir da agricultura familiar de subsistência, com culturas como milho, feijão, mandioca e posteriormente soja, bem como a criação de suínos, bovinos e aves, cuja produção passou a atender o mercado regional. Profissionais de diversas áreas, como marceneiros, pedreiros, professores e ferreiros, também compuseram o tecido social em formação.

Um destaque pontual da economia local foi o cultivo de hortelã, destinado à produção de óleo essencial para exportação. Essa atividade, desenvolvida principalmente entre as décadas de 1960 e 1970, demandava mão de obra intensiva, o que contribuiu para o aumento populacional e para a dinamização econômica do município

nesse período. Assim como na extração da erva-mate, o cultivo de hortelã também se apoiou amplamente no emprego de trabalhadores paraguaios, que cruzavam a fronteira em busca de oportunidades de trabalho. Essa dependência da mão de obra estrangeira revela a continuidade de práticas regionais de exploração (Gregory; Vanderlinde; Myskiw, 2004; Backes, 2009).

A origem toponímica do nome do município carrega elementos afetivos e transfronteiriços, reforçando que os vínculos históricos e culturais da região com o país vizinho existem desde o seu surgimento já que a versão mais comum entre os primeiros moradores é de que a origem do nome se deve à uma jovem paraguaia de nome Mercedes.

Muito bela, a jovem era filha de um trabalhador da extração da madeira que possuía um bar com gêneros de primeira necessidade. A moça ficou conhecida uma vez que os motoristas ao seguirem viagem de Guaíra a Foz do Iguaçu e, ao pararem para descanso, diziam: vamos parar na Mercedes (Mercedes, 2025)

Em 1962, Mercedes foi elevada à condição de distrito de Marechal Cândido Rondon, passando a ser administrada por um subprefeito. Na década de 1980, com o crescimento populacional e o desenvolvimento da infraestrutura urbana incluindo eletrificação, sistema de abastecimento de água, pavimentação, escolas, instituições bancárias e hospital consolidaram-se as condições para a emancipação política e o município foi oficialmente criado pela Lei Estadual nº 9370 de 13 de setembro de 1990, após um plebiscito com expressiva maioria favorável (80%) confirmando a vontade popular, sendo instalado em 1º de janeiro de 1993. (Gregory; Vanderlinde; Myskiw, 2004).

3.1 REDES E SUAS IMPLICAÇÕES NA ANÁLISE TERRITORIAL

No recorte espacial do Oeste Paranaense, as migrações internacionais, especialmente aquelas envolvendo a população paraguaia, apresentam configurações que ultrapassam os municípios situados diretamente sobre a linha de fronteira. Souchaud, Carmo e Fusco (2007) identificam uma distribuição territorial desses fluxos que alcança municípios como Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo, no Paraná, além de outras localidades das regiões Sul e Centro-Oeste do Brasil. Essa configuração demonstra que a mobilidade populacional associada à fronteira não se restringe aos deslocamentos realizados entre municípios imediatamente vizinhos, mas constitui diferentes trajetórias e formas de inserção territorial.

Souchaud, Carmo e Fusco (2007) propõem uma tipologia da migração fronteiriça que distingue, entre outras configurações, a migração de vizinhança recíproca e a migração unilateral. A primeira caracteriza-se por deslocamentos associados à proximidade territorial e à busca por trabalho, serviços e melhores condições de vida, sem que isso implique necessariamente o rompimento dos vínculos com o país de origem. A segunda está relacionada a movimentos de maior duração e abrangência regional, tendo como exemplo histórico a migração de brasileiros para áreas agrícolas do Paraguai. Essa diferenciação contribui para compreender que os fluxos fronteiriços apresentam temporalidades, motivações e formas de permanência distintas.

No caso de Mercedes, os dados obtidos ao longo da pesquisa evidenciam a importância das redes na organização das trajetórias migratórias. Relações familiares, oportunidades de trabalho, acesso a serviços e circulação de pessoas e mercadorias conectam diferentes sujeitos e localidades situados nos dois lados da fronteira. A compreensão dessas relações exige, portanto, considerar a rede como categoria de análise territorial.

Corrêa (2012, p. 200) define rede como um “conjunto de localizações humanas articuladas entre si por meio de vias e fluxos”. Santos (2006), por sua vez, destaca que as redes podem ser compreendidas tanto em sua dimensão material quanto social. Não se restringem, portanto, às infraestruturas que possibilitam deslocamentos e conexões, abrangendo também relações sociais, políticas, econômicas e simbólicas constituídas entre os sujeitos.

Machado (1998) chama atenção para o caráter polissêmico do conceito, empregado em diferentes campos e com distintas finalidades analíticas. No estudo das regiões fronteiriças, Haesbaert e Santa Bárbara (2001) identificam diferentes formas de redes transfronteiriças, entre elas as redes de parentesco, econômicas, de serviços e político-eleitorais. Essa perspectiva mostra-se particularmente pertinente para a análise de Mercedes, uma vez que os dados empíricos revelam a coexistência e a sobreposição dessas diferentes formas de conexão. Para Haesbaert e Santa Bárbara (2001), os espaços transfronteiriços são constituídos por múltiplas territorialidades, nas quais proximidade, circulação e intercâmbio coexistem com diferenças, conflitos e relações de poder.

As redes de parentesco constituem outra dimensão fundamental das relações transfronteiriças identificadas na pesquisa. As entrevistas demonstram que a presença prévia de familiares ou conhecidos em Mercedes participa de diferentes

trajetórias de deslocamento. Em determinados casos, a chegada de um integrante da família cria condições para a posterior migração de outros membros, produzindo redes que atravessam os limites político-administrativos entre Brasil e Paraguai.

Essas redes desempenham funções que ultrapassam os vínculos afetivos. Elas podem facilitar a obtenção de informações, o acesso inicial à moradia, a procura por trabalho e a adaptação ao território de destino. Nessa perspectiva, Haesbaert e Santa Bárbara (2001) permitem compreender essas relações no âmbito das múltiplas territorialidades construídas pelos sujeitos, cujos vínculos familiares e sociais podem permanecer distribuídos entre diferentes territórios nacionais.

A própria trajetória familiar da autora oferece um exemplo dessas relações. Na década de 1990, um de seus tios deslocou-se para o Paraguai para trabalhar na agricultura, em um período marcado pela presença de famílias brasileiras envolvidas em atividades agrícolas naquele país. Posteriormente, outros membros da família também migraram, estabelecendo atividades econômicas e relações familiares no território paraguaio. Ao longo do tempo, constituiu-se uma rede familiar distribuída entre Brasil e Paraguai, mantida por vínculos afetivos, econômicos e sociais.

Imagem 9 – Registro de interação familiar transfronteiriça na Colônia General Dias (Coopasam) Paraguay;



Fonte: acervo pessoal da autora (2026).

Esse caso não deve ser tomado como representativo da totalidade dos deslocamentos entre os dois países, mas permite ilustrar, em escala familiar, o funcionamento das redes de parentesco discutidas anteriormente. Além disso, evidencia que a mobilidade na fronteira não ocorre em uma única direção. A presença histórica de brasileiros no Paraguai constitui uma dimensão relevante para compreender as relações contemporâneas entre os dois territórios e será retomada posteriormente nesta pesquisa.

As redes transfronteiriças também assumem uma dimensão político-institucional. Vínculos mantidos com o território brasileiro por pessoas que residem no Paraguai podem envolver acesso a serviços e a instituições situadas no território de origem. Essas práticas demonstram que a fronteira político-administrativa não encerra necessariamente as relações construídas pelos sujeitos com os territórios de origem.

Nesse sentido, as redes transfronteiriças de serviços constituem outra dimensão relevante. Haesbaert e Santa Bárbara (2001) demonstram que a circulação fronteiriça envolve também a procura por serviços disponíveis em territórios vizinhos. No caso investigado, os dados obtidos junto ao CRAS e aos demais serviços municipais evidenciam que migrantes residentes em Mercedes recorrem às estruturas públicas locais para demandas relacionadas à documentação, assistência social, saúde e educação

É importante, contudo, distinguir o acesso aos serviços públicos após a chegada das motivações que produziram o deslocamento. As entrevistas realizadas nesta pesquisa demonstram que trabalho, redes familiares, saúde, segurança e melhores condições de vida aparecem entre as diferentes razões para a escolha de Mercedes. Dessa forma, não se pode afirmar que o acesso a benefícios assistenciais constitua, de maneira geral, o elemento responsável pela atração desses migrantes. O que os dados permitem observar é que os serviços públicos passam a integrar as condições de permanência e reprodução da vida após o estabelecimento no município.

Essa diferenciação também contribui para evitar interpretações moralizantes acerca do acesso da população migrante às políticas públicas. A utilização dos serviços de saúde, educação e assistência deve ser compreendida no campo dos direitos e das necessidades concretas dos sujeitos, considerando ainda as condições estabelecidas pela legislação brasileira para seu acesso.

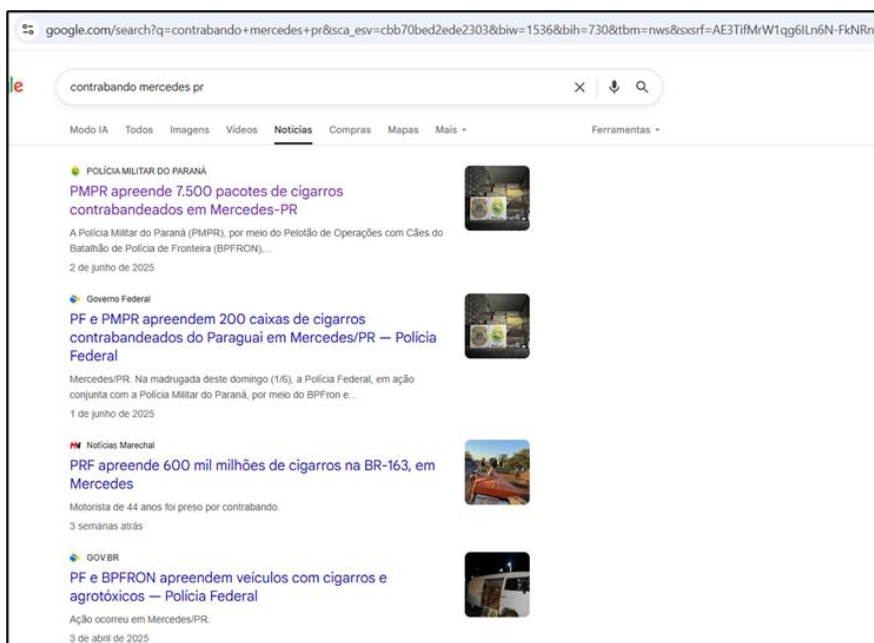
As redes econômicas constituem outra dimensão das relações transfronteiriças. No espaço investigado, elas envolvem circulação de mercadorias, atividades

comerciais, serviços e outras relações estabelecidas entre Brasil e Paraguai. Essas práticas demonstram que a fronteira participa de circuitos econômicos que se estruturam a partir das diferenças de preços, das condições de mercado, das legislações e das possibilidades de circulação existentes entre os dois países.

Também são identificadas práticas consideradas ilegais pelo ordenamento jurídico, entre elas diferentes formas de contrabando registradas por operações de fiscalização e veículos de comunicação da região. A existência dessas atividades demonstra que as redes transfronteiriças não se limitam às relações institucionalmente reconhecidas, abrangendo também práticas que tensionam os mecanismos de controle estabelecidos pelos Estados.

Albuquerque (2009) destaca que os espaços fronteiriços apresentam particularidades relacionadas ao controle estatal, à circulação e às formas pelas quais diferentes sujeitos atravessam e utilizam os limites nacionais. A contribuição do autor permite compreender que legalidade e ilegalidade constituem dimensões importantes das relações fronteiriças, sem que isso signifique reduzir esses territórios à imagem de espaços sem controle ou de “terra de ninguém”.

Imagem 10 – Pesquisa sobre um exemplo de rede transfronteiriça de serviços ilegais, o caso do contrabando em Mercedes



Fonte: Dados da Pesquisa

No caso de Mercedes, a abordagem dessas atividades baseia-se em fontes secundárias, especialmente notícias e registros de operações de fiscalização, uma vez que não foram realizadas entrevistas com sujeitos diretamente envolvidos nessas

práticas. Essa delimitação é importante para estabelecer o alcance da análise: os dados permitem identificar a presença e a recorrência dessas atividades, mas não permitem compreender diretamente as experiências e motivações dos sujeitos nelas envolvidos.

A análise das redes também exige considerar que elas não são neutras nem igualmente acessíveis a todos. Santos (2006) demonstra que as redes apresentam caráter seletivo e hierarquizado, uma vez que diferentes agentes possuem condições distintas de utilizá-las e controlá-las. Essa contribuição permite problematizar as diferenças encontradas no território sem pressupor que todos os sujeitos participem das relações transfronteiriças nas mesmas condições.

Dias (2005) reforça essa perspectiva ao compreender as redes como construções sociais e territoriais atravessadas por relações econômicas e políticas. Aplicada ao recorte desta pesquisa, essa abordagem permite analisar as conexões existentes entre trabalho, circulação, parentesco, serviços e atividades econômicas, observando quem participa dessas redes, em quais condições e quais possibilidades elas produzem para os diferentes sujeitos.

A perspectiva de Harvey (2005) contribui, nesse sentido, para compreender as formas desiguais de produção e apropriação do espaço no capitalismo. Ao analisar a reorganização espacial do capital e as relações entre acumulação e território, o autor oferece elementos para problematizar as desigualdades espaciais observadas no recorte investigado. Entretanto, sua utilização nesta pesquisa não pressupõe estabelecer uma relação causal direta entre processos globais e as particularidades observadas em Mercedes. Trata-se de uma referência teórica que auxilia na problematização das relações econômicas e territoriais identificadas empiricamente.

Essa discussão também pode ser articulada à concepção de território desenvolvida por Haesbaert (2004), para quem o território envolve a coexistência de múltiplas territorialidades e relações de poder.

Albuquerque (2009) também contribui para afastar uma interpretação simplificada da fronteira como mera linha de separação ou, no sentido oposto, como espaço naturalmente integrado. Ao analisar os deslocamentos e as relações construídas entre brasileiros e paraguaios, o autor evidencia a existência de fronteiras políticas, jurídicas, econômicas, sociais, culturais e simbólicas que são continuamente redefinidas pelos sujeitos. A fronteira constitui, assim, simultaneamente espaço de contato e diferenciação.

Desse modo, compreender Mercedes a partir das redes transfronteiriças não significa caracterizá-la como um território de integração homogênea ou de convivência cultural harmoniosa. Os dados da pesquisa evidenciam relações de proximidade, parentesco, circulação, trabalho e acesso a serviços, mas também diferenças nas condições de inserção, situações de preconceito, limites institucionais e desigualdades materiais. As redes constituem, portanto, uma chave analítica para compreender tanto as conexões estabelecidas entre os dois lados da fronteira quanto as assimetrias que atravessam essas relações.

A análise dessas redes permite ainda compreender que a mobilidade dos sujeitos não ocorre de maneira desvinculada das condições materiais e das relações de poder presentes no território. Nesse sentido, as contribuições de Raffestin (1993) são importantes ao compreender o território e a mobilidade a partir das relações de poder, permitindo analisar os deslocamentos não apenas como decisões individuais, mas como práticas condicionadas por oportunidades, necessidades e restrições.

Sayad (1998), por sua vez, contribui para compreender a migração como um processo social que envolve simultaneamente deslocamento, inserção e relações com o Estado e com a sociedade de destino. A condição migratória não se encerra no ato de atravessar uma fronteira, pois produz implicações relacionadas ao trabalho, à documentação, aos direitos e às formas de reconhecimento social.

A articulação entre essas perspectivas permite compreender as redes transfronteiriças de Mercedes como relações territorialmente construídas, constituídas por sujeitos que circulam, trabalham, formam famílias, acessam serviços e estabelecem práticas econômicas entre Brasil e Paraguai. Mais do que interpretar essas relações como expressão de uma integração homogênea ou como resultado automático de processos globais, interessa identificar suas formas concretas, suas contradições e as condições desiguais em que diferentes sujeitos se inserem nelas.

4 CONTRADIÇÕES NA INSERÇÃO DA POPULAÇÃO MIGRANTE PARAGUAIA DE MERCEDES

Este capítulo tem como objetivo analisar as contradições presentes na relação entre a população migrante, a sociedade mercedense e as mediações institucionais presentes no município, a partir das evidências obtidas no trabalho de campo. Busca-se, nesse sentido, construir uma síntese analítica da pesquisa, articulando os resultados das entrevistas com as categorias de trabalho, migração e território fronteiriço, de modo a responder ao problema de pesquisa e aos objetivos propostos.

Busca-se compreender de que forma o trabalho se constitui como elemento central na inserção dos migrantes no município de Mercedes (PR), evidenciando tanto as possibilidades de permanência no território quanto os limites impostos pelas condições concretas de sua realização. Nesse sentido, a atuação do Estado, representado pela figura do ente municipal, é analisada como mediador dessas relações, permitindo compreender em que medida ele contribui para o enfrentamento ou para a reprodução das contradições socioterritoriais características das áreas de fronteira.

Assim, mais do que compreender os marcos institucionais, este capítulo desloca o foco para a realidade concreta vivida no município de Mercedes (PR), buscando evidenciar como as dinâmicas do trabalho se materializam na experiência cotidiana desses sujeitos migrantes, especialmente no que se refere às formas de inserção laboral, às condições de vida e às estratégias de permanência no território.

Para contextualizar esse cenário, é importante considerar os marcos normativos que historicamente orientam a organização da faixa de fronteira no Brasil. A Lei nº 6.634/1979 estabeleceu essa porção do território como área de segurança nacional, abrangendo centenas de municípios ao longo das fronteiras brasileiras. Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 reforçou essa perspectiva ao enfatizar o controle territorial, o que contribuiu para limitar o desenvolvimento integrado dessas regiões.

Ao longo das últimas décadas, políticas como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) buscaram promover maior integração territorial. No entanto, tais iniciativas enfrentaram dificuldades relacionadas à fragmentação institucional, à limitação de recursos e à ausência de continuidade, o que comprometeu sua efetividade.

Dessa forma, as percepções institucionais evidenciam que o migrante é reconhecido principalmente a partir de sua função no mercado de trabalho, sendo sua

presença legitimada quando associada à produtividade econômica, mas questionada quando vinculada ao acesso a direitos sociais. Isso revela que o trabalho não apenas organiza a inserção desses sujeitos no território, mas também define os limites de sua aceitação social.

4.1 A POPULAÇÃO MIGRANTE NO CONTEXTO ECONÔMICO E ORÇAMENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE MERCEDES – PR

Quando olhamos criticamente as peças orçamentárias do município de Mercedes, disponibilizada no site do município, vemos que a economia do município se apresenta organizada a partir de uma base fiscal relativamente diversificada, embora fortemente marcada pela dependência de transferências intergovernamentais. Para o exercício financeiro de 2025, de acordo com a Lei Orçamentária Anual, a receita total foi estimada em R\$ 60,2 milhões, valor que revela tanto a escala reduzida do município em comparação com centros urbanos regionais, quanto a centralidade de fluxos externos de recursos na sustentação de sua dinâmica socioeconômica.

As receitas correntes, que constituem a maior parte do orçamento municipal (aproximadamente R\$ 66,4 milhões), concentram-se em transferências correntes (R\$ 43,3 milhões), derivadas sobretudo do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), da cota-parte do ICMS e de repasses constitucionais vinculados à saúde e à educação. Esse quadro reflete a condição de dependência estrutural de Mercedes frente ao Estado e à União, padrão recorrente em pequenos municípios brasileiros cuja capacidade de arrecadação própria permanece limitada.

Nesse contexto, a base produtiva local contribui de maneira restrita para a arrecadação tributária. Em 2025, a receita tributária municipal foi projetada em apenas R\$ 5,34 milhões, montante modesto diante do orçamento global. Embora existam atividades imobiliárias, prestação de serviços e circulação de mercadorias, observa-se que a oferta de oportunidades de trabalho é limitada. O município abriga pequenas indústrias de confecção, pequenas empresas de prestação de serviços, uma fábrica de bolas e uma indústria de amido, além de contar com a presença de frigoríficos localizados na divisa com Marechal Cândido Rondon. Ainda que tais estabelecimentos representem alternativas de emprego formal, trata-se de ocupações com baixa remuneração média e reduzida capacidade de absorção da mão de obra local.

Essa restrição no mercado formal de trabalho, somada à posição geográfica de Mercedes como município de fronteira, contribui para a difusão de práticas informais

e ilegais, dentre as quais o contrabando ocupa lugar de destaque. A proximidade com Salto del Guairá, capital do departamento de Canindeyú (Paraguai) amplia as possibilidades de circulação de mercadorias e capitais, configurando um circuito paralelo de trocas que, embora dinamize parte da economia cotidiana, não se traduz em arrecadação fiscal para o município.

Nesse sentido, há uma contradição clara: ao mesmo tempo em que o orçamento municipal depende fortemente de transferências externas e royalties como os da Usina de Itaipu (R\$ 13,4 milhões em receitas patrimoniais em 2025), pagos em dólares norte-americanos, o que implica variações conforme a taxa de câmbio e as dinâmicas do capital internacional, parte significativa das dinâmicas econômicas locais escapa ao controle estatal, seja pela informalidade, seja pela ilegalidade.

No plano da despesa, verifica-se que os maiores volumes de recursos se destinam a educação (R\$ 13,1 milhões), saúde (R\$ 12,4 milhões) e administração (R\$ 7,8 milhões), funções que, em conjunto, consomem mais da metade do orçamento público. Tal estrutura demonstra que o Estado na figura do município desempenha um papel de manutenção das condições de vida e reprodução social, sendo a máquina pública, de certa forma, um dos principais agentes de dinamização econômica local, desse montante, cerca de 38,4% correspondem a gastos com pessoal e encargos sociais⁵, evidenciando o peso da folha de pagamento na estrutura financeira municipal, embora ainda dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Chama atenção, no entanto, a destinação de R\$ 3,8 milhões para agricultura e R\$ 1,7 milhão para indústria, comércio e serviços, sinalizando uma tentativa de fortalecimento da base produtiva local. Entretanto, as políticas agrícolas tendem a favorecer produtores com maior capacidade de investimento e acesso a recursos, o que contribui para a manutenção de desigualdades estruturais e a concentração de renda e poder econômico, sem promover inclusão significativa de trabalhadores rurais, pequenos produtores, migrantes ou da população em geral.

Para 2026, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) projeta uma receita de R\$ 69,4 milhões, o que corresponde a um crescimento de aproximadamente 15% em

⁵Conforme o Relatório de Gestão Fiscal do Município de Mercedes (PR), referente ao período de julho de 2024 a junho de 2025, a despesa total com pessoal representou 38,41% da Receita Corrente Líquida ajustada, de acordo com o Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Poder Executivo. Município de Mercedes (2025)

relação a 2025. Esse incremento decorre tanto do aumento das transferências correntes quanto da manutenção das receitas provenientes de compensações financeiras e royalties, sendo importante destacar que parte dessa variação reflete a correção inflacionária e as oscilações cambiais associadas aos repasses da Usina de Itaipu, pagos em dólares norte-americanos. No entanto, a estrutura ocupacional do município permanece dependente do setor agropecuário, da agroindústria regional e das pequenas unidades fabris, sem gerar transformações significativas na diversificação econômica.

Em síntese, a economia de Mercedes pode ser caracterizada por três elementos fundamentais: a dependência estrutural de transferências correntes e compensações financeiras, que garantem a sustentação do orçamento e das políticas públicas; a centralidade do setor agropecuário e de pequenas indústrias de baixa complexidade tecnológica e produtiva, que oferecem empregos com baixa remuneração e limitada capacidade de inovação; e a presença de práticas informais e ilegais, como o contrabando, que embora constituam um circuito econômico relevante no cotidiano local, fragilizam a arrecadação e reforçam a condição de vulnerabilidade fiscal.

Portanto, Mercedes apresenta uma economia mista, dependente e permeada por contradições típicas de territórios fronteiriços. Se por um lado o município se ancora em fluxos externos de recursos públicos e compensatórios para garantir sua estabilidade fiscal, por outro convive com um mercado de trabalho restrito e com circuitos informais de circulação de mercadorias que escapam ao controle estatal. Esse arranjo traduz a condição de Mercedes enquanto território de fronteira e município de pequeno porte, no qual a capacidade de planejamento e execução de políticas de desenvolvimento econômico se encontra permanentemente tensionada entre as dinâmicas formais do orçamento público e as práticas informais que permeiam sua base produtiva e social.

Cabe destaque, ainda, a mais um aspecto percebido nas peças orçamentárias, a inexistência de programas ou ações explicitamente voltadas ao atendimento da população imigrante. Embora haja dotações significativas para áreas como saúde, educação e assistência social, não se identificam menções diretas a políticas públicas que reconheçam o migrante como sujeito de direitos específico, tampouco iniciativas voltadas à sua inserção social, laboral ou cultural.

Essa ausência não significa, contudo, que os migrantes deixem de ser contemplados pelo poder público local. As políticas sociais de caráter universal em especial aquelas executadas por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único

de Assistência Social (SUAS) acabam por absorver, de maneira indireta, parte das demandas desse grupo populacional. Do mesmo modo, parcerias estabelecidas entre o município e entidades sem fins lucrativos podem, eventualmente, ampliar a rede de apoio aos migrantes, embora essa atuação não esteja configurada de forma sistemática nos documentos orçamentários.

Tal lacuna evidencia dois aspectos fundamentais: de um lado, a fragilidade institucional do município em reconhecer a imigração como questão social relevante para o planejamento público; de outro, a condição de invisibilidade dos migrantes dentro do arranjo fiscal e administrativo local. Considerando a posição fronteiriça de Mercedes, onde fluxos migratórios e de circulação de mercadorias compõem parte da dinâmica territorial, a ausência de políticas específicas destinadas a esse grupo reforça a dependência de ações universais e o caráter residual do atendimento prestado, o que pode gerar vulnerabilidades sociais e dificuldades de integração.

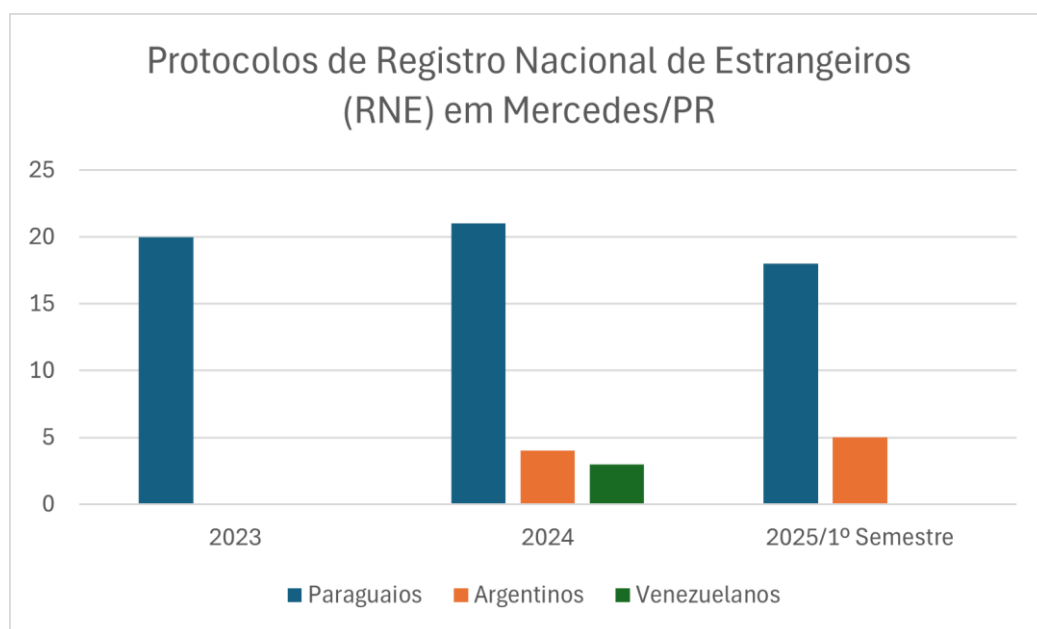
A incursão exploratória de campo realizada em Mercedes (PR), em junho de 2025, permitiu observar diretamente a atuação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do setor de identificação da Prefeitura Municipal. Essas instituições atuam como porta de entrada para famílias migrantes em busca de regularização documental e acesso a políticas públicas, sendo responsáveis tanto pela triagem inicial quanto pelo encaminhamento para serviços sociais e de saúde. As observações in loco e a análise de documentos institucionais revelaram processos burocráticos que, em certos pontos, dificultam a efetivação dos direitos (por exemplo, exigência de documentos e prazos de atendimento), bem como práticas institucionais relativas à priorização de casos e à articulação intersetorial.

O levantamento evidenciou que o CRAS não dispõe de programas específicos voltados exclusivamente aos migrantes. O atendimento realizado insere-se nas mesmas políticas universais de assistência social já ofertadas à população em situação de vulnerabilidade, como o acompanhamento socioeconômico, a concessão de benefícios eventuais (cestas básicas, roupas, móveis) e a intermediação para a obtenção de documentos. Na prática, quando uma família migrante procura o CRAS, é encaminhada ao setor de identificação da Prefeitura, que coordena os trâmites burocráticos junto à Polícia Federal e ao Consulado. Esse processo, embora relativamente acessível, é moroso e burocrático, retardando o acesso pleno dos migrantes às políticas sociais.

A partir da regularização documental, geralmente obtida sob a forma de autorização de residência temporária válida por dois anos, os migrantes tornam-se aptos a realizar o Cadastro Único, o que possibilita a inclusão em programas federais como Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica e Programa Leite das Crianças, além de ações municipais, tais como a distribuição de cestas básicas e doações organizadas em parceria com o Provopar (Programa do Voluntariado Paranaense) de Mercedes. Ainda que não exista política migratória estruturada, observa-se uma rede institucional e comunitária de apoio, que busca mitigar a vulnerabilidade inicial desses grupos.

Embora não haja dados estatísticos consolidados sobre o número exato de migrantes paraguaios residentes no município, as evidências coletadas no setor de identificação do município indicam um crescimento significativo desse fluxo nos últimos anos. Observa-se um aumento gradual nos registros de protocolos do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) entre 2023 e o primeiro semestre de 2025, acompanhado de diversificação nas nacionalidades dos migrantes atendidos, conforme gráfico 1.

Gráfico 1 – Protocolos de Registro Nacional de Estrangeiros em Mercedes/Pr;



Organizado pela autora

Esse movimento revela que, embora o Paraguai continue sendo a principal origem, há diversificação dos fluxos migratórios, com presença também de famílias argentinas e, em menor escala, venezuelanas. As entrevistas realizadas com migrantes

atendidos pelo CRAS e pela Prefeitura complementam esses dados institucionais, revelando as motivações, desafios e percepções desses sujeitos em relação à sua inserção em Mercedes.

Os relatos apontam que os principais fatores de atração são: a busca por emprego (em fábricas de confecção, frigoríficos, indústrias de amido, olaria e agricultura); a melhoria da qualidade de vida, especialmente no acesso à saúde e à educação públicas, comparadas como mais acessíveis e de melhor qualidade do que no Paraguai; e a segurança urbana, já que Mercedes é vista como uma cidade tranquila e com boas condições para criar filhos.

A partir das entrevistas realizadas com migrantes residentes no município de Mercedes (PR), observa-se que a migração está fortemente associada à busca por trabalho, especialmente em contextos marcados por desemprego, baixos salários e instabilidade econômica no país de origem.

Em diversos relatos, os entrevistados destacam que a decisão de migrar não ocorreu de forma planejada a longo prazo, mas como resposta a situações concretas de dificuldade. Uma das entrevistadas afirmou que a mudança ocorreu após a perda do emprego durante a pandemia, relatando que “foi por causa de trabalho mesmo... na época do Covid, eu e meu marido perdemos o emprego lá no Paraguai, e tava bem difícil” (Entrevista 1)⁶. A mesma entrevistada destaca ainda que, ao chegar ao município, conseguiu inserção rápida no mercado de trabalho, o que contribuiu para a decisão de permanecer no local.

De forma semelhante, outra entrevistada, oriunda de Ciudad del Este, relatou que sua migração esteve diretamente relacionada à busca por melhores condições salariais, afirmando que “lá no Paraguai o salário era bem baixo, então decidi tentar a vida aqui”. A entrevistada também aponta que, apesar das dificuldades iniciais com a língua, a inserção no trabalho ocorreu de forma relativamente rápida, inclusive antes da regularização completa da documentação, destacando que “mesmo sem documento você é chamado, porque precisa... aí vai fazendo os documentos e depois assina a carteira” (Entrevista 2)⁷.

Os relatos também evidenciam que a inserção no município está frequentemente associada a redes de apoio e indicação, especialmente de familiares ou

⁶ Entrevista realizada com participante do sexo feminino, 23 anos, setembro de 2025

⁷ Entrevista 2, mulher, 22 anos, residente há 8 meses em Mercedes (PR), natural de Ciudad del Este (PY). Realizada em setembro de 2025.

conhecidos que já residiam no local. Nesse sentido, uma entrevistada relatou que decidiu migrar após receber informações de familiares sobre as condições de vida no município, destacando que “o primo do meu marido já morava aqui e dizia que a vida era muito boa, tranquila, com bastante emprego” (Entrevista 3)⁸.

Além da inserção no trabalho, os entrevistados destacam aspectos relacionados às condições de vida como fatores determinantes para a permanência no município. O acesso à moradia, ao trabalho e aos serviços públicos aparece como elemento recorrente nas falas. Uma das entrevistadas afirmou que, ao chegar, “você logo consegue casa assim pra morar, lugar pra trabalhar, que vai conseguindo as coisas, acesso a tudo” (Entrevista 3), evidenciando a percepção de maior facilidade na organização da vida no território.

Outro relato revela de forma mais sensível as condições iniciais de chegada, marcadas por vulnerabilidade e ausência de recursos básicos. Uma entrevistada destacou que “veio só com as roupas do corpo”, relatando dificuldades no início da permanência no município, como a ausência de utensílios básicos e a insegurança diante da falta de documentação. No entanto, também aponta o papel de instituições públicas no apoio inicial, especialmente o CRAS, destacando que recebeu auxílio para sua inserção no trabalho e organização da vida no local (Entrevista 4⁹).

As entrevistas também evidenciam a importância do acesso a serviços públicos, especialmente saúde e educação, como elementos centrais na decisão de permanecer no município. Uma das entrevistadas afirmou que “aqui a saúde é boa e de graça, lá no Paraguai tudo é caro e longe”, enquanto outro relato reforça essa percepção ao destacar que “aqui tem mais segurança pra minha filha, escola boa e saúde de graça” (Entrevista 10¹⁰).

Além disso, observa-se que, em alguns casos, a migração está diretamente relacionada à busca por melhores condições de atendimento em saúde, especialmente em situações envolvendo filhos com necessidades específicas. Uma entrevistada relatou que a decisão de migrar ocorreu devido à necessidade de tratamento adequado para o filho, destacando que, no Brasil, encontrou acesso a diagnóstico,

⁸ Entrevista 3, participante do sexo feminino, 27 anos, residente há 2 anos no município de Mercedes (PR), natural de Obligado, departamento de Itapúa (PY). Entrevista realizada em setembro de 2025.

⁹ Entrevista 4, mulher, 36 anos, residente há 2 anos em Mercedes (PR), natural de Hernandarias, Alto Paraná (PY). Realizada em setembro de 2025.

¹⁰ Entrevista 10, mulher, 31 anos, residente há 3 anos em Mercedes (PR), natural de San Alberto, Alto Paraná (PY). Realizada em setembro de 2025.

acompanhamento e serviços especializados que não estavam disponíveis no país de origem (Entrevista 9¹¹).

De modo geral, os relatos indicam que a inserção no município ocorre de forma relativamente rápida no que se refere ao trabalho, mas acompanhada de desafios, especialmente relacionados à língua, à documentação e às condições iniciais de adaptação. Ainda assim, observa-se que os migrantes tendem a avaliar positivamente sua permanência no município de Mercedes, destacando melhorias nas condições de vida em comparação ao país de origem.

As entrevistas revelam que a migração para o município de Mercedes (PR) está diretamente vinculada às condições materiais de existência, sendo o trabalho o principal elemento estruturador desse processo. Ao mesmo tempo, evidenciam que essa inserção ocorre de forma contraditória, na medida em que possibilita a permanência no território, mas se realiza, em grande parte, sob condições marcadas pela informalidade e pela vulnerabilidade social.

As principais dificuldades relatadas referem-se à barreira linguística, especialmente nos primeiros meses, à lentidão na obtenção da documentação e, em alguns casos, ao enfrentamento de preconceito. Os relatos também revelam a fragilidade do mercado de trabalho local, marcado por baixos salários e restrição de alternativas, o que explica a forte concentração de migrantes em postos de trabalho de baixa remuneração, sobretudo nas indústrias de confecção e no setor agropecuário. Ainda assim, muitos entrevistados reforçaram a percepção de que Mercedes representa um espaço de maior estabilidade social e melhores condições de reprodução da vida familiar.

4.2 PERCEPÇÕES INSTITUCIONAIS SOBRE A MIGRAÇÃO EM MERCEDES (PR): ENTRE RECONHECIMENTO ECONÔMICO E CONTROLE SOCIAL

Com o objetivo de compreender as percepções dos agentes públicos acerca da presença da população migrante em Mercedes (PR), foram realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes do Poder Legislativo municipal, incluindo o presidente da Câmara Municipal e vereadores. As entrevistas possibilitaram identificar diferentes percepções sobre a inserção dos migrantes no município, especialmente no que se refere ao trabalho, ao acesso a direitos, à utilização dos serviços públicos

¹¹ Entrevista 9, homem, 31 anos, residente há 2 anos em Mercedes (PR), natural de Hernandarias, Alto Paraná (PY). Realizada em setembro de 2025.

e às relações estabelecidas com a população local. As falas não são tomadas como posicionamento institucional do Poder Legislativo, mas como discursos produzidos por agentes políticos inseridos no contexto investigado, permitindo identificar aproximações, divergências e representações acerca da presença migrante no território.

Ao ser questionado sobre a contribuição dos migrantes para o município, o entrevistado afirma que “muitos acabam contribuindo, sim, mas na maioria dos casos ainda precisam de ajuda social para se manter aqui”. A fala apresenta duas dimensões da presença migrante: de um lado, reconhece sua participação na sociedade local; de outro, associa sua permanência à necessidade de assistência pública. Essa percepção torna-se particularmente relevante quando confrontada com os dados das entrevistas realizadas com os próprios migrantes, nas quais o trabalho aparece como elemento central para a obtenção de renda e permanência no município. A assistência social, nesse contexto, não necessariamente substitui o trabalho, mas pode integrar as estratégias de reprodução da vida das famílias em situações de vulnerabilidade.

No que se refere ao mercado de trabalho, o entrevistado afirma que os migrantes ocupam, com frequência, funções “que as pessoas daqui não querem exercer”, mencionando principalmente a construção civil e determinadas atividades rurais. Em outro momento, reconhece que “talvez assim, como dizem, a mão de obra deles seja mais barata”. As duas afirmações permitem identificar uma percepção sobre a inserção diferenciada dos trabalhadores migrantes no mercado local. Ao mesmo tempo que sua força de trabalho é reconhecida como necessária para determinadas atividades, essa inserção aparece associada a ocupações menos procuradas pelos trabalhadores locais e à possibilidade de menor custo da mão de obra.

Essa percepção aproxima-se dos dados obtidos junto aos trabalhadores e empregadores apresentados nesta pesquisa, nos quais se verificam situações de informalidade, diferenças de remuneração e concentração dos migrantes em determinadas atividades. Desse modo, a condição migratória se articula às formas concretas de inserção no mercado de trabalho, contribuindo para a constituição de posições diferenciadas entre os trabalhadores.

Ao discutir as dificuldades enfrentadas pelos migrantes para acessar o mercado de trabalho, o entrevistado estabelece uma comparação entre a situação migratória e a de uma pessoa que deixa o sistema prisional: “Seria quase a mesma coisa. Quase ninguém aparece para fazer isso. Hoje, se você estivesse preso e saísse aqui, a primeira coisa que você perguntaria é ao mercado, ou a algum outro lugar, pra trabalhar.”

A comparação merece atenção por aproximar duas condições sociais distintas: a migração e o retorno à sociedade após a privação de liberdade. O migrante não se encontra em processo de reinserção social decorrente de uma ruptura provocada pelo encarceramento, mas realiza um deslocamento territorial em busca de trabalho, condições de vida e acesso a direitos. Ao estabelecer essa associação, o discurso posiciona simbolicamente o migrante como alguém externo à sociedade local, cuja inserção dependeria da oportunidade concedida por terceiros, especialmente por meio do trabalho.

Essa representação permite observar que o trabalho assume não apenas uma dimensão econômica, mas também uma dimensão de reconhecimento social. A possibilidade de trabalhar aparece no discurso como condição para que o migrante seja aceito e reconhecido no território, revelando que sua presença tende a ser legitimada a partir de sua capacidade de inserção produtiva.

Ainda que o entrevistado reconheça a importância de políticas públicas voltadas à inclusão desses sujeitos, ele afirma que não existem programas municipais específicos: “Talvez o setor público pudesse fazer um programa social... junto com o comércio, para dar emprego para essas pessoas”. Esse ponto evidencia uma lacuna na governança local, onde a presença de migrantes é percebida, mas sua integração social e econômica ainda depende de iniciativas espontâneas ou de políticas federais de assistência.

Outra dimensão relevante aparece quando o entrevistado relata a existência de manifestações de preconceito entre moradores do município: “Acaba sendo sim uma certa discriminação, um preconceito, porque as pessoas falam: você nunca contribuiu aqui, agora você está ganhando direitos do mesmo jeito”.

A fala evidencia uma tensão entre o reconhecimento jurídico dos direitos da população migrante e determinadas representações sociais acerca de quem seria legitimado a acessá-los. A ideia de que o migrante “nunca contribuiu” estabelece uma diferenciação entre aqueles considerados pertencentes à comunidade e aqueles percebidos como externos a ela, vinculando o acesso aos direitos a uma espécie de contribuição prévia ao território.

Essa percepção contrasta com os princípios estabelecidos pela Lei nº 13.445/2017, que reconhece o migrante como sujeito de direitos e estabelece, entre seus princípios e diretrizes, a igualdade de tratamento e de oportunidades. Assim, embora o acesso aos serviços públicos esteja juridicamente assegurado, as falas

revelam que o reconhecimento social desses direitos pode ser atravessado por tensões relacionadas ao pertencimento, à nacionalidade e à condição migratória.

Em continuidade à análise das percepções dos agentes públicos sobre a presença migrante em Mercedes, as entrevistas realizadas com a vereadora J. e o vereador M. permitem identificar aproximações e diferenças na forma como a migração é compreendida no âmbito do Poder Legislativo municipal. Ambos reconhecem o crescimento da presença de migrantes, sobretudo paraguaios, e relacionam esse movimento à busca por trabalho, melhores condições de vida e acesso a serviços públicos, como saúde e educação.

A vereadora J. destaca a importância das redes familiares nesse processo, observando que muitos migrantes chegam ao município por intermédio de familiares e conhecidos que já residem em Mercedes. Sua fala também evidencia a procura pelos serviços municipais para regularização documental, cadastramento e atendimento em saúde. Esses elementos demonstram que a inserção no território não ocorre exclusivamente por meio do trabalho, mas envolve redes sociais e institucionais que contribuem para a permanência dos migrantes no município.

Na percepção do vereador M., por sua vez, a avaliação da presença migrante aparece associada às motivações atribuídas ao deslocamento. Segundo o entrevistado, quando a migração está relacionada à busca por trabalho e melhores oportunidades, tende a ser percebida positivamente; quando associada predominantemente à utilização dos serviços públicos ou à obtenção de benefícios, sua avaliação assume caráter negativo, sobretudo em razão dos possíveis impactos sobre o Sistema Único de Saúde (SUS).

Essa diferenciação é relevante porque evidencia uma percepção na qual a legitimidade da presença do migrante tende a ser associada à sua participação produtiva. O trabalho aparece, nesse discurso, não apenas como meio de obtenção de renda, mas também como elemento de reconhecimento e aceitação social. Em contrapartida, quando o migrante é percebido prioritariamente como usuário de serviços públicos, sua presença passa a ser problematizada a partir dos custos ou das demandas atribuídas ao poder público. Tal percepção revela uma tensão entre o reconhecimento do migrante como força de trabalho e seu reconhecimento como sujeito de direitos.

No que se refere ao mercado de trabalho, as falas dos dois vereadores convergem ao identificar a presença dos migrantes em atividades predominantemente

braçais. A vereadora J. menciona a construção civil e o trabalho como boia-fria, enquanto o vereador M. acrescenta atividades desenvolvidas em cooperativas, caracterizadas, segundo seu relato, pelo trabalho repetitivo e pela necessidade de disponibilidade aos finais de semana.

As percepções dos representantes do Legislativo aproximam-se dos dados obtidos nas entrevistas com migrantes e empregadores, nas quais também se observa a presença de trabalhadores paraguaios na construção civil, nas atividades rurais e em outros postos caracterizados pelo esforço físico e pela menor valorização social. A convergência entre diferentes fontes reforça a existência de uma inserção segmentada no mercado de trabalho local, na qual determinados trabalhadores migrantes encontram maior possibilidade de acesso a alguns segmentos ocupacionais do que a outros.

Essa segmentação não significa que todos os migrantes estejam submetidos às mesmas condições, tampouco que tais atividades sejam ocupadas exclusivamente por paraguaios. Os dados permitem observar, entretanto, uma recorrência dessas ocupações entre os sujeitos investigados, aspecto que contribui para compreender as condições concretas de inserção da força de trabalho migrante em Mercedes.

Em continuidade à análise das percepções institucionais sobre a presença de migrantes em Mercedes, buscou-se também compreender a visão do Poder Executivo municipal, por meio de uma entrevista semiestruturada com o atual prefeito do município. A inclusão dessa perspectiva justifica-se pelo papel central do Executivo na gestão das políticas públicas e na formulação das respostas locais frente aos fenômenos sociais, como a migração e o mercado de trabalho. A comparação entre as falas de representantes do Legislativo e do Executivo permite identificar convergências e tensões na forma como o Estado local interpreta e administra a presença migrante.

As entrevistas também revelam preocupação com a regularização documental. A vereadora J. relaciona a permanência de migrantes em situação irregular às dificuldades de fiscalização e à ausência de equipes especializadas, enquanto o vereador M. aponta a necessidade de iniciativas municipais que favoreçam a regularização documental e o acesso ao emprego e à moradia, com atenção especial às crianças e aos adolescentes.

As duas perspectivas evidenciam diferentes formas de compreender a atuação do poder público diante da migração. Enquanto uma enfatiza aspectos relacionados à regularização e ao acompanhamento da presença migrante, a outra destaca a

necessidade de ações voltadas à inserção social e ao acesso a direitos. Em ambos os casos, contudo, as falas indicam que a presença da população migrante produz demandas que ainda não encontram respostas específicas e sistematizadas no âmbito municipal.

Consideradas em conjunto, as entrevistas com os representantes do Legislativo revelam percepções que oscilam entre o reconhecimento da contribuição dos migrantes para o mercado de trabalho e a preocupação com as demandas relacionadas aos serviços públicos. O trabalho aparece reiteradamente como elemento de valorização da presença migrante, enquanto o acesso à assistência e aos demais serviços públicos podem ser acompanhados por discursos que questionam os impactos dessa população sobre a estrutura municipal.

Essa tensão evidencia que a inserção dos migrantes no território não se limita à dimensão econômica. Embora sua força de trabalho seja reconhecida como necessária em determinados segmentos, o reconhecimento de sua presença como sujeitos de direitos apresenta maior complexidade nos discursos analisados. Desse modo, as entrevistas permitem identificar uma relação entre trabalho, pertencimento e acesso a direitos, dimensões que atravessam a experiência migratória no município.

A entrevista realizada com o prefeito de Mercedes¹², amplia a compreensão acerca da percepção do poder público municipal sobre a presença migrante e sua relação com as transformações econômicas e sociais do município. Em sua fala, o gestor associa o crescimento populacional à expansão das oportunidades de trabalho e ao desenvolvimento econômico local, destacando a capacidade do município de atrair trabalhadores provenientes de outras localidades, entre eles migrantes paraguaios.

Essa percepção atribui ao trabalho papel central na dinâmica populacional de Mercedes, na medida em que a disponibilidade de empregos é apresentada como um dos principais fatores de atração e permanência de novos moradores. Nesse sentido, a presença migrante aparece relacionada às necessidades de força de trabalho do município e às possibilidades de inserção econômica encontradas no território.

¹² A entrevista foi realizada com o prefeito Laerton Weber (PSD), em exercício de seu segundo mandato, estando este como o primeiro ano desse novo período administrativo. A coleta ocorreu em setembro de 2025, por meio de roteiro semiestruturado desenvolvido para esta pesquisa, com autorização para uso acadêmico das informações.

Entretanto, quando essa percepção é confrontada com os relatos dos migrantes e dos demais sujeitos entrevistados, observa-se que a existência de oportunidades de trabalho não significa, necessariamente, igualdade nas formas de acesso e nas condições de inserção laboral. Como demonstrado nas entrevistas analisadas nesta pesquisa, parte dos trabalhadores paraguaios encontra maior possibilidade de inserção em atividades marcadas pelo esforço físico, pela instabilidade dos vínculos, pela informalidade e pela menor valorização social.

Desse modo, a relação entre crescimento econômico, geração de empregos e migração apresenta diferentes dimensões. Se, por um lado, a dinâmica econômica local contribui para atrair trabalhadores e possibilitar sua permanência no município, por outro, as condições concretas dessa inserção revelam diferenciações no interior do mercado de trabalho. O emprego, portanto, não deve ser analisado apenas em termos quantitativos, pela existência de vagas, mas também a partir da natureza das ocupações, das condições laborais e das possibilidades de acesso a direitos.

No que se refere à atuação do poder público, a entrevista evidencia que as demandas apresentadas pela população migrante são atendidas, predominantemente, por meio dos serviços já existentes no município, especialmente nas áreas de assistência social, saúde e educação. Essa forma de atendimento demonstra a inserção dos migrantes nas políticas públicas de caráter universal, mas também suscita questionamentos acerca da existência de ações especificamente voltadas às particularidades decorrentes da condição migratória, como regularização documental, barreiras linguísticas e orientação para acesso a direitos.

A questão torna-se relevante quando confrontada com as entrevistas realizadas com outros agentes públicos, que também mencionam dificuldades relacionadas à documentação e ao atendimento das demandas dessa população. Assim, mais do que caracterizar a atuação municipal simplesmente como presente ou ausente, os dados permitem identificar uma atuação baseada principalmente na incorporação dos migrantes aos serviços públicos já existentes, sem que se evidencie, entre as ações identificadas pela pesquisa, uma política municipal específica e sistematizada direcionada à população migrante.

A análise conjunta das entrevistas com os agentes públicos evidencia que a presença migrante é percebida a partir de diferentes dimensões, entre as quais se destacam o trabalho, o acesso aos serviços públicos e as condições de permanência no município. Apesar das particularidades de cada discurso, observa-se recorrência

na associação entre migração e trabalho, sendo a participação produtiva frequentemente apresentada como aspecto positivo da presença dos migrantes no território.

Ao mesmo tempo, as referências ao acesso à assistência social, à saúde e a outros serviços públicos revelam tensões relacionadas ao reconhecimento dos migrantes como sujeitos de direitos. Em determinadas falas, a valorização de sua contribuição econômica convive com questionamentos acerca das demandas apresentadas ao poder público, evidenciando que a inserção produtiva e o pertencimento social não se realizam necessariamente nas mesmas condições.

As entrevistas também demonstram que a atuação municipal ocorre principalmente por meio da estrutura de serviços já existente, atendendo os migrantes no âmbito das políticas públicas destinadas à população em geral. Embora esse atendimento represente uma dimensão importante do acesso a direitos, as demandas específicas relacionadas à migração, sobretudo aqueles referentes à documentação, orientação e inserção social, revelam desafios para a atuação do poder público local.

Dessa forma, as percepções dos agentes públicos permitem compreender que a inserção dos migrantes paraguaios em Mercedes ultrapassa a disponibilidade de postos de trabalho. Ela envolve também relações de pertencimento, reconhecimento social e acesso a direitos, evidenciando as diferentes dimensões que atravessam a permanência desses sujeitos no território.

4.3 INSERÇÃO DOS MIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO LOCAL

A análise da inserção dos migrantes paraguaios no mercado de trabalho de Mercedes exige distinguir precariedade de precarização. Embora relacionadas, essas categorias não devem ser empregadas como sinônimos. A precarização remete a um processo de transformação das relações de trabalho, associado à flexibilização, à desregulamentação e à redução de formas mais estáveis de emprego. Antunes (2000) situa esse processo no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo, destacando a expansão de formas terceirizadas, subcontratadas, temporárias e informais de trabalho. A precariedade, por sua vez, refere-se às condições concretas de trabalho marcadas pela instabilidade, baixa remuneração, informalidade, desgaste físico e restrição de direitos, podendo estar presente em atividades que já se constituíram historicamente sob essas condições.

No contexto investigado em Mercedes, entretanto, os dados empíricos não permitem afirmar que os postos ocupados pelos migrantes paraguaios resultem, necessariamente, de um processo recente de deterioração de condições anteriormente estáveis. Parte significativa desses trabalhadores encontra-se inserida em atividades historicamente marcadas por baixa valorização, instabilidade e desgaste físico, como a construção civil, os serviços gerais e determinadas atividades rurais. Nesse sentido, mostra-se mais adequado compreender essas experiências a partir da precariedade das condições de inserção laboral, sem desconsiderar os processos mais amplos de precariedade que caracterizam o mundo do trabalho contemporâneo.

Essa distinção permite compreender que a condição migratória não cria, por si só, a precariedade desses postos de trabalho. O que se observa é a inserção de trabalhadores migrantes em segmentos do mercado local nos quais determinadas condições precárias já se encontram presentes. A questão central passa a ser, portanto, compreender de que maneira a força de trabalho migrante é incorporada a esses segmentos e quais condições de trabalho e de reprodução da vida decorrem dessa inserção.

As entrevistas realizadas evidenciam que o trabalho se constitui como uma das principais vias de inserção da população migrante em Mercedes (PR). A análise das experiências relatadas permite identificar, contudo, diferenças nas formas e nas condições em que essa inserção ocorre, especialmente quanto à remuneração, à jornada de trabalho, à formalização dos vínculos e ao acesso a direitos trabalhistas.

No setor industrial, especialmente no ramo da confecção e costura, observa-se a presença significativa de trabalhadores migrantes, sobretudo paraguaios, inseridos em um contexto de intensificação do trabalho e diferenciação nas condições laborais. Conforme relatado por trabalhadoras do setor, os migrantes desempenham funções semelhantes às dos trabalhadores brasileiros, porém recebem remunerações inferiores e estão submetidos a jornadas mais extensas. Além disso, foi apontado que “os paraguaios recebiam menos [...] mesmo fazendo praticamente a mesma função”¹³ e frequentemente permaneciam além do horário regular de trabalho, incluindo feriados, com reduzidos momentos de pausa.

O relato evidencia que a nacionalidade pode se articular às condições de inserção no mercado de trabalho, produzindo diferenciações mesmo entre trabalhadores

¹³ Entrevistada 13: Mulher Brasileira, 46 anos, trabalhou no ramo da confecção por 2 anos;

que desempenham funções semelhantes. A desigualdade salarial relatada, associada à extensão da jornada e ao trabalho em feriados, indica que a inserção do trabalhador migrante não ocorre apenas em postos caracterizados pela precariedade, mas pode assumir condições diferenciadas em relação aos trabalhadores brasileiros. Nesse caso, a condição migratória torna-se elemento relevante para compreender a posição ocupada por esses sujeitos nas relações de trabalho.

Durante o trabalho de campo, observou-se resistência por parte de alguns empregadores em conceder entrevistas sobre a contratação e as condições de trabalho da população migrante. Embora essa recusa não permita inferir a existência de irregularidades, constitui uma limitação da pesquisa e evidencia a dificuldade de acesso às perspectivas de determinados empregadores sobre o tema.

A informalidade também aparece de forma recorrente nos relatos. Segundo os entrevistados, a ausência de registro formal seria mais frequente entre trabalhadores migrantes, sendo a situação documental apresentada, em alguns casos, como justificativa para a não formalização do vínculo. Importa destacar, contudo, que essa justificativa corresponde à percepção dos sujeitos entrevistados e não deve ser tomada, por si só, como explicação suficiente para a informalidade observada.

No contexto rural, especialmente nas granjas suinícolas, a precariedade das condições de trabalho assume características específicas. Os trabalhadores entrevistados relataram residir no próprio local de trabalho, situação que pode contribuir para a diluição dos limites entre tempo de trabalho e tempo de descanso. Conforme destacado, *“como a gente mora ali, acaba trabalhando direto”*, o relato evidencia como a proximidade entre moradia e local de trabalho pode ampliar a disponibilidade do trabalhador para as demandas da atividade produtiva. Nesse contexto, o espaço destinado à reprodução da vida cotidiana passa a se sobrepor ao espaço de trabalho, tornando menos definidos os limites entre jornada laboral e tempo de descanso.

Além disso, a ausência de formalização contratual, caracterizada por acordos verbais, reforça a insegurança e a instabilidade dessas relações de trabalho. Mesmo reconhecendo as limitações dessas condições, os trabalhadores indicam a permanência nesse tipo de atividade como resultado da falta de alternativas no mercado de trabalho local.

No caso das trabalhadoras migrantes inseridas em atividades de limpeza e trabalho doméstico, observa-se uma trajetória marcada por dificuldades de acesso a empregos formais e qualificados. A entrevistada paraguaia relatou tentativas recorrentes

de inserção em vagas no comércio, sem sucesso, o que a levou a atuar como diarista, atividade caracterizada pela informalidade e ausência de garantias trabalhistas. O relato sugere a existência de barreiras que podem limitar o acesso de trabalhadores migrantes a determinados segmentos do mercado de trabalho, contribuindo para seu direcionamento a ocupações de menor valorização social e econômica. As entrevistas com comerciantes locais reforçam essa tendência ao apontarem critérios de contratação que acabam excluindo trabalhadores migrantes, como a exigência de domínio da língua portuguesa, habilidades de comunicação e conhecimento em tecnologias digitais.

“hoje em dia também precisa entender um pouco de redes sociais, marketing digital, essas coisas. E muitos não têm esse conhecimento [...] A maior dificuldade é a comunicação. Às vezes entendem, mas não conseguem responder bem, e isso no comércio faz diferença.”¹⁴

Tais requisitos funcionam como filtros que dificultam a inserção desses sujeitos em atividades ligadas ao comércio e ao atendimento ao público, restringindo suas oportunidades a setores que demandam menor qualificação. E acrescentando, que existe a consciência, mas é distorcido pela justificativa de que *“Não é que é preconceito, é que a gente acaba contratando quem já está mais preparado pra esse tipo de função.”*

Embora o entrevistado procure afastar a interpretação de que tais critérios constituam preconceito, sua fala revela mecanismos de seleção que podem produzir efeitos desiguais sobre os trabalhadores migrantes. Exigências relacionadas ao domínio da língua portuguesa, à comunicação e às tecnologias digitais podem ser justificáveis em determinadas funções; entretanto, quando combinadas às trajetórias sociais, educacionais e migratórias desses sujeitos, podem restringir suas possibilidades de acesso a determinados postos de trabalho. Dessa forma, a desigualdade não necessariamente se manifesta por meio de uma recusa explicitamente baseada na nacionalidade, mas pode ser produzida por critérios aparentemente neutros que afetam de maneira diferenciada determinados grupos.

Nesse contexto, observa-se a segmentação do mercado de trabalho local, na qual a população migrante se concentra predominantemente em atividades braçais e socialmente desvalorizadas, como a construção civil, o trabalho rural e os serviços de

¹⁴ Entrevista 19, homem brasileiro, comerciante de uma loja de móveis, 45 anos, comerciante a 15 anos no Município;

limpeza. Conforme apontado por um dos entrevistados do setor comercial¹⁵, essas são funções “que as pessoas daqui não querem exercer”, sendo ocupadas pela mão de obra migrante como forma de suprir lacunas do mercado. A afirmação evidencia uma segmentação do mercado de trabalho local. Não se trata apenas da existência de vagas disponíveis, mas do tipo de ocupação ao qual determinados trabalhadores têm acesso. As atividades descritas pelo entrevistado são caracterizadas pelo maior esforço físico e pela menor valorização social, indicando que a força de trabalho migrante passa a ocupar espaços específicos na divisão local do trabalho.

Essa realidade dialoga com Antunes (2000), ao demonstrar a heterogeneidade e a fragmentação da classe trabalhadora, constituída por inserções diferenciadas entre trabalhadores formais e informais, estáveis e instáveis, nacionais e migrantes. Entretanto, no caso de Mercedes, não se pretende afirmar que esses postos tenham sido recentemente precarizados pela presença migrante, mas que os migrantes são incorporados a segmentos nos quais determinadas condições de precariedade já se encontram historicamente presentes.

Outro entrevistado destaca que, na construção civil, já é possível observar a predominância de trabalhadores paraguaios em relação aos brasileiros, evidenciando a centralidade dessa população nesse segmento. Ainda que, à primeira vista, a remuneração diária varie em torno de R\$ 150,00 para a função de servente de pedreiro possa sugerir um rendimento relativamente satisfatório, essa aparente vantagem revela uma contradição quando analisada as condições concretas de trabalho.

Embora a remuneração diária de aproximadamente R\$ 150,00, mencionada pelos entrevistados para a função de servente de pedreiro, possa representar uma possibilidade de obtenção de renda, sua análise não pode ser dissociada das condições concretas em que o trabalho é realizado. Por se tratar de atividade dependente da disponibilidade de serviço, o rendimento mensal pode variar, além de estar associado a elevado esforço físico e à exposição às condições climáticas.

Dessa forma, a aparente vantagem econômica se desfaz quando analisada à condições concretas de trabalho, evidenciando que a inserção dos migrantes nesse setor ocorre sob condições de precariedade, nas quais a instabilidade e o desgaste físico constituem elementos relevantes da experiência laboral.

¹⁵ Entrevistado 21, Homem brasileiro, comerciante, dono de um supermercado, 63 anos, tem seu negócio consolidado a 30 anos na cidade. Entrevista realizada em março de 2026.

Os dados obtidos em campo permitem identificar formas diferenciadas de inserção da força de trabalho migrante no mercado local. Entre os sujeitos investigados, observa-se a presença de trabalhadores paraguaios em atividades marcadas pelo esforço físico, pela instabilidade dos vínculos e, em determinados casos, pela informalidade. Essas condições relacionam-se tanto às características do mercado de trabalho local quanto às trajetórias sociais e laborais dos migrantes, indicando que a precariedade não decorre exclusivamente da condição migratória, mas também das formas pelas quais esses trabalhadores são incorporados a determinados segmentos e ocupações.

Essa realidade pode ser compreendida a partir da fragmentação e da heterogeneização da classe trabalhadora discutidas por Antunes (2000), que evidencia a coexistência de diferentes formas de inserção no mundo do trabalho. Em Mercedes, essa diferenciação se expressa nas possibilidades de acesso dos migrantes paraguaios a determinados postos, especialmente aqueles associados à instabilidade e à menor valorização social. Nesse contexto, a condição migratória constitui um elemento que se articula às características do mercado local e às condições concretas em que o trabalho é realizado.

O trabalho ocupa, portanto, posição central nas trajetórias dos migrantes paraguaios investigados, constituindo importante via de inserção e permanência no território de Mercedes. As experiências analisadas, contudo, revelam que essa inserção não ocorre de maneira homogênea, sendo atravessada por diferenças salariais, informalidade, instabilidade dos vínculos e distintas condições de acesso às ocupações.

Evidencia-se, assim, uma dimensão contraditória do trabalho: ao mesmo tempo que possibilita a obtenção de renda e a reprodução material da vida, sua realização em condições de precariedade pode manter ou aprofundar desigualdades vivenciadas pelos trabalhadores migrantes. Desse modo, a inserção laboral não pode ser compreendida apenas pela existência de oportunidades de emprego, mas deve considerar as condições concretas em que o trabalho se realiza e as possibilidades que oferece para a permanência e a reprodução da vida desses sujeitos no território.

4.4 TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA DOS MIGRANTES PARAGUAIOS: ENTRE ACOLHIMENTO E VULNERABILIDADE

A partir das entrevistas realizadas, observa-se que a chegada dos migrantes ao município de Mercedes (PR) envolve experiências distintas, algumas delas marcadas por dificuldades relacionadas às condições materiais de vida, à regularização documental e à inserção no território. Os relatos permitem compreender como essas condições se manifestam nas trajetórias individuais e quais estratégias e formas de apoio são mobilizadas no processo de chegada e permanência no município.

Como é o caso da entrevistada 4¹⁶ que migrou para Mercedes em busca de trabalho e chegou ao município em uma situação de significativa dificuldade material. Em seu relato, recorda que possuía apenas uma pequena mala com roupas e não dispunha sequer de utensílios domésticos básicos, além de ainda não possuir a documentação necessária para sua regularização no Brasil. A entrevistada relata que, diante dessas condições, recebeu apoio de servidoras do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que auxiliaram no encaminhamento de suas demandas iniciais. No momento da entrevista, seus filhos estavam inseridos na escola e ela se encontrava trabalhando em uma granja suinícola localizada no interior do município, demonstrando gratidão pelo apoio recebido durante seu processo de estabelecimento em Mercedes.

A trajetória da Entrevistada 4 evidencia que a chegada ao território pode envolver necessidades que ultrapassam a obtenção imediata de trabalho. Nesse caso, a atuação do CRAS contribuiu para o acesso à documentação e aos serviços públicos, enquanto a posterior inserção laboral passou a integrar as condições de permanência da entrevistada e de seus filhos no município. Sua experiência demonstra, portanto, como trabalho, acesso às instituições públicas e condições familiares podem se articular ao longo da trajetória migratória.

Outro caso é do entrevistado 9¹⁷ cuja mudança para Mercedes esteve relacionada, inicialmente, à busca por atendimento de saúde para o filho autista. Segundo seu relato, no Paraguai a família enfrentava dificuldades para acessar diagnóstico e tratamento adequados, tanto pelos custos envolvidos quanto pela distância dos

¹⁶ Entrevista 4 (M.E.F.S.), mulher, 36 anos, residente há 2 anos em Mercedes (PR), natural de Hernandarias, Alto Paraná (PY). Realizada em setembro de 2025.

¹⁷ Entrevista 9 (P.J.D.), homem, 31 anos, residente há 2 anos em Mercedes (PR), natural de Hernandarias, Alto Paraná (PY). Realizada em setembro de 2025.

serviços disponíveis. Em Mercedes, o entrevistado avaliou positivamente o atendimento recebido pelo sistema público de saúde e destacou a possibilidade de acesso gratuito aos serviços necessários ao acompanhamento do filho. Após a chegada, também conseguiu inserir-se no mercado de trabalho, passando a atuar em uma marmoraria do município. Segundo o entrevistado, essa oportunidade foi intermediada por servidores do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que auxiliaram no contato com empregadores locais.

A trajetória do Entrevistado 9 evidencia que as motivações para a migração não se restringem somente à busca por trabalho. Nesse caso, o acesso à saúde constituiu elemento central para o deslocamento da família, enquanto a inserção laboral ocorreu posteriormente e passou a contribuir para suas condições de permanência no município. A experiência demonstra, assim, que trabalho, acesso aos serviços públicos e necessidades familiares podem se articular de diferentes formas nas trajetórias migratórias.

Outra entrevistada ¹⁸ que possui formação superior em Gestão do Comércio Exterior, concluída em seu país de origem, mas, no momento da pesquisa, trabalhava como balconista em um estabelecimento vinculado ao setor de confecções em Mercedes. Quando questionada sobre a diferença entre sua formação e a atividade exercida, afirmou preferir permanecer no município, ainda que trabalhando em uma área distinta daquela em que se formou, a retornar ao Paraguai. Entre os fatores considerados em sua decisão, destacou a tranquilidade de Mercedes e as oportunidades de trabalho encontradas no município. Em relação ao processo de adaptação, relatou perceber diferenças na forma como é tratada em razão de sua condição migratória.

A trajetória da Entrevistada 11 evidencia que a inserção no mercado de trabalho não ocorre necessariamente em ocupações correspondentes à formação profissional adquirida no país de origem. Entretanto, sua permanência em Mercedes não é avaliada exclusivamente a partir da atividade profissional exercida. A segurança, a tranquilidade e as oportunidades de trabalho também integram sua avaliação sobre as condições de vida encontradas no município. Seu relato acerca do tratamento diferenciado, por sua vez, demonstra que a inserção laboral e a decisão de permanecer podem coexistir com dificuldades relacionadas ao reconhecimento social de sua condição migratória.

¹⁸ Entrevista 11 (A.S.S.), mulher, 19 anos, residente há 2 anos e meio em Mercedes (PR), natural de Ciudad del Este (PY), atua como balconista em loja de confecções. Realizada em setembro de 2025.

Em outra entrevista, a entrevistada 6¹⁹, relata ter chegado a Mercedes ainda na adolescência, após conhecer, no Paraguai, um jovem brasileiro residente no município, com quem estabeleceu um relacionamento. Aos 14 anos, engravidou e, diante de conflitos familiares decorrentes da gestação, deixou a residência dos pais e mudou-se para Mercedes com o então namorado, atualmente seu marido, passando a contar com o apoio da família dele. Sua trajetória migratória esteve, portanto, diretamente relacionada aos vínculos afetivos e familiares estabelecidos entre os dois lados da fronteira.

O processo inicial de adaptação, entretanto, foi marcado por dificuldades. A entrevistada relata que chegou ao Brasil sem domínio da língua portuguesa e, ainda em idade escolar, passou a frequentar a escola no município, mesmo sem possuir, naquele momento, a documentação regularizada. Além da barreira linguística, mencionou dificuldades relacionadas à adaptação social e situações em que percebeu tratamento preconceituoso em razão de sua origem, bem como desafios relacionados ao acompanhamento da gestação e ao acesso aos serviços de saúde.

A experiência da Entrevistada 06 evidencia uma trajetória migratória distinta daquelas motivadas inicialmente pela busca por trabalho. Nesse caso, os vínculos afetivos e familiares foram determinantes para o deslocamento e ofereceram suporte para sua permanência em Mercedes. Ao mesmo tempo, sua experiência demonstra que a inserção no território envolve outras dimensões além da atividade laboral, especialmente quando o deslocamento ocorre ainda na adolescência, abrangendo aspectos relacionados à língua, à escolarização, à documentação, à saúde e às relações sociais.

Alguns entrevistados residem há mais tempo em Mercedes como é o caso dos irmãos entrevistados 5 e 7,²⁰ que vivem no Brasil há aproximadamente sete e dez anos, respectivamente. Ambos migraram já na idade adulta, após seus pais terem se estabelecido anteriormente no município, deslocando-se posteriormente para permanecer próximos à família e contribuir com os cuidados dos pais. Ao longo dos anos, constituíram suas próprias famílias e estabeleceram vínculos de trabalho em Mercedes. O Entrevistado 5 atua em uma olaria, enquanto o Entrevistado 7, além de exercer

¹⁹ Entrevista 06 (S.M.O.C.), mulher, 22 anos, residente há 8 anos no Brasil, natural de Villa Ygatimí, Canindeyú (PY). Realizada em setembro de 2025.

²⁰ Entrevista 5 (A.S.M.), homem, 34 anos, residente há 10 anos no Brasil, natural de Katueté (PY), atua em olaria em Mercedes (PR). Realizada em setembro de 2025.

atividade laboral no município, trabalha aos finais de semana como radialista em uma rádio comunitária local.

Quando questionados sobre a possibilidade de retornar definitivamente ao Paraguai, ambos afirmaram não considerar essa possibilidade. Em seus relatos, associaram a decisão de permanecer em Mercedes às condições de vida encontradas no município, destacando o acesso aos serviços e às oportunidades de trabalho, que avaliam como mais favoráveis quando comparados às experiências vivenciadas no país de origem.

As trajetórias dos dois irmãos evidenciam a importância das redes familiares na constituição dos fluxos migratórios e na escolha de Mercedes como destino. Nesse caso, a presença anterior dos pais contribuiu para o deslocamento dos filhos, demonstrando como os vínculos familiares podem favorecer a continuidade da migração e oferecer suporte para o estabelecimento no território de destino. Com o passar dos anos, entretanto, a permanência passa a se sustentar também pela constituição de novos vínculos familiares, profissionais e sociais no município.

Além disso, a atuação do Entrevistado 7 em uma rádio comunitária demonstra uma forma de inserção que ultrapassa a dimensão estritamente laboral, ao estabelecer vínculos com espaços de comunicação e convivência da comunidade local. Esses elementos indicam que a permanência no território é construída ao longo do tempo e envolve não apenas a obtenção de trabalho, mas também relações familiares, sociais e comunitárias que passam a integrar a vida cotidiana dos sujeitos migrantes.

A análise dos dados obtidos evidencia que as trajetórias dos migrantes entrevistados são marcadas por diferentes formas de inserção e permanência em Mercedes. Em alguns casos, especialmente nos momentos iniciais após a chegada, as redes de apoio institucionais, familiares e comunitárias assumem papel relevante no acesso à documentação, aos serviços públicos e às oportunidades de trabalho. Em outros, a presença prévia de familiares e conhecidos facilita o deslocamento e a adaptação ao município. Essas experiências demonstram que a construção da permanência não ocorre de maneira homogênea, mas resulta das condições particulares de cada trajetória e das estratégias mobilizadas pelos próprios sujeitos.

A precariedade manifesta-se de diferentes formas nessas experiências. Entre os sujeitos investigados, ela pode ser identificada nas dificuldades materiais enfrentadas no momento da chegada, na ausência ou demora da regularização documental, nas barreiras linguísticas, na inserção em determinadas atividades marcadas pela

informalidade e pelo intenso esforço físico e, em alguns casos, na incompatibilidade entre a formação profissional e a ocupação exercida. Essas situações não estão presentes da mesma maneira em todas as trajetórias, mas evidenciam condições que podem limitar as possibilidades de inserção social e laboral dos migrantes no território.

Nesse sentido, a migração apresenta-se como um fenômeno plural, constituído por diferentes motivações, necessidades e experiências. Ao mesmo tempo que o deslocamento possibilita a construção de novos vínculos familiares, profissionais e sociais, os relatos evidenciam dificuldades e desigualdades que acompanham parte dessas trajetórias. A inserção no território deve ser compreendida, portanto, como um processo que envolve trabalho, acesso a direitos, relações sociais e construção de pertencimento, sem desconsiderar as condições de precariedade presentes em determinadas experiências.

O conjunto das entrevistas demonstra que a busca por trabalho e por melhores condições de vida aparece de forma recorrente entre as motivações para a migração, embora não constitua a única razão para o deslocamento. Questões familiares, acesso à saúde e à educação, segurança e existência de redes de parentesco e amizade também participam da escolha de Mercedes como destino. O acesso às políticas públicas aparece, sobretudo, como elemento importante na construção das condições de permanência, particularmente entre aqueles que necessitam de apoio para regularização documental, atendimento em saúde, escolarização dos filhos ou outras demandas decorrentes do processo de chegada.

As experiências dos Entrevistados 4, 9, 11, 6, 5 e 7 ilustram essa diversidade e demonstram que a precariedade não constitui uma condição homogênea ou exclusiva da experiência migratória. Em determinados casos, manifesta-se nas condições materiais de chegada; em outros, nas formas de inserção laboral, nas dificuldades documentais ou nas barreiras encontradas para o reconhecimento das qualificações e para a adaptação ao novo território. Ao mesmo tempo, as entrevistas revelam sujeitos que mobilizam redes familiares e comunitárias, recorrem às instituições públicas, buscam oportunidades de trabalho e constroem estratégias próprias de permanência.

Dessa forma, o trabalho permanece como elemento central para a obtenção de renda e para a reprodução material da vida, mas sua existência, por si só, não elimina situações de precariedade vivenciadas por parte dos migrantes. As condições em que o trabalho é realizado, a estabilidade dos vínculos, a correspondência entre qualificação e ocupação, a regularização documental e o acesso aos direitos constituem

elementos fundamentais para compreender a qualidade dessa inserção. A permanência em Mercedes resulta, assim, da articulação entre trabalho, redes sociais e familiares, acesso aos serviços públicos e estratégias desenvolvidas pelos próprios sujeitos diante das condições encontradas no território.

4.5 CONDIÇÃO DE VIDA E VULNERABILIDADE DOS MIGRANTES

As entrevistas realizadas com assistente social²¹ e agente de saúde municipal²² também evidenciam situações de precariedade nas condições de moradia de parte da população migrante residente em Mercedes (PR). Os relatos apontam dificuldades relacionadas à renda, à qualidade das habitações e, em determinados casos, ao compartilhamento da moradia entre diferentes núcleos familiares. Essas condições permitem compreender a dimensão habitacional como um dos elementos que compõem as experiências de inserção e permanência desses sujeitos no território.

Conforme relatado pela assistente social do município:

“Quanto à questão de habitação, também é um problema bem sério. Muitas famílias são de baixa renda, vêm sem móveis, e acabam residindo em casas com bastante precariedade. Às vezes são casas de madeira, quase inabitáveis. [...] E muitas vezes a gente precisa fazer arrecadações na sociedade, conseguir móveis, para que essas famílias tenham o mínimo para permanecer aqui no município.”

O relato evidencia que, para parte das famílias migrantes atendidas, a chegada ao município ocorre em condições materiais limitadas, expressas tanto na precariedade das habitações quanto na ausência de móveis e utensílios básicos necessários à organização da vida cotidiana. A necessidade de recorrer a arrecadações e doações junto à comunidade demonstra a existência de práticas locais de solidariedade, mas evidencia, ao mesmo tempo, os limites da atuação estatal diante das demandas habitacionais identificadas. Nesse contexto, o atendimento realizado pelos serviços de assistência social atua principalmente sobre necessidades imediatas, sem representar,

²¹ Entrevista (A.R.H.), assistente social do município de Mercedes (PR), com atuação profissional desde 2005. Realizada em março de 2026.

²² Entrevista (E.W.), agente comunitária de saúde em Mercedes (PR), com atuação há mais de 10 anos. Realizada em março de 2026.

por si só, a existência de uma política habitacional capaz de enfrentar estruturalmente as condições de precariedade observadas.

Essa realidade também é reforçada pela agente comunitária de saúde, ao afirmar que: *“A maioria procura casas mais simples, que deixam um pouco a desejar [...] muitas casas são bem precárias, e às vezes mais de uma família mora na mesma casa.”*

A fala da agente comunitária de saúde reforça essa realidade ao apontar a presença de famílias migrantes residindo em habitações precárias e, em alguns casos, compartilhando o mesmo imóvel entre diferentes núcleos familiares. Essas condições evidenciam limitações no acesso à moradia adequada e demonstram que a permanência no município pode ocorrer sem que sejam asseguradas condições habitacionais compatíveis com as necessidades dessas famílias. A coabitação, nesse contexto, pode constituir uma estratégia diante dos custos da moradia e das limitações de renda, mas também pode resultar em adensamento domiciliar, redução da privacidade e comprometimento das condições de habitabilidade.

Os dados obtidos durante a pesquisa também permitem problematizar a resposta do poder público diante dessas condições. Embora os serviços municipais realizem encaminhamentos e atendimentos relacionados às demandas imediatas das famílias migrantes, as entrevistas não indicam a existência de investimentos ou de uma política habitacional específica voltada ao enfrentamento das situações de precariedade identificadas. A necessidade de mobilização de doações e arrecadações junto à sociedade local evidencia essa limitação, uma vez que necessidades materiais básicas passam a ser atendidas por iniciativas pontuais, sem que isso represente uma resposta pública estruturada ao problema da moradia.

Os relatos também permitem estabelecer uma relação entre moradia e trabalho, embora essa relação não deva ser compreendida de maneira automática. Entre os casos investigados, a renda obtida por meio do trabalho, a estabilidade dos vínculos e as condições de inserção laboral interferem nas possibilidades de acesso à habitação. Para trabalhadores inseridos em ocupações informais ou com rendimentos instáveis, os custos relacionados ao aluguel, à aquisição de móveis e à manutenção da residência podem representar limitações adicionais à construção de melhores condições de vida.

Em determinadas atividades rurais identificadas durante a pesquisa, a relação entre trabalho e moradia torna-se ainda mais direta, uma vez que alguns

trabalhadores residem no próprio local em que exercem suas atividades. Conforme discutido anteriormente, essa configuração pode contribuir para a redução da separação entre o espaço de trabalho e o espaço da vida cotidiana, especialmente quando a presença no local implica maior disponibilidade do trabalhador para as demandas da atividade produtiva.

Imagem 11 – Atuais moradias de estrangeiros em Mercedes-PR (1)



Fonte: Acervo da autora (2026)

Imagem 12 – Atuais moradias de estrangeiros paraguaios em Mercedes-PR (2)



Fonte: Acervo da autora 2026

Imagem 13 – Atuais moradias de estrangeiros em Mercedes – PR (3)



Fonte: Acervo da autora (2026)

As Imagens 11, 12 e 13 registram algumas das condições habitacionais observadas durante o trabalho de campo. Em diálogo com os relatos da assistente social e da agente comunitária de saúde, contribuem para evidenciar materialmente algumas das condições de precariedade habitacional mencionadas nas entrevistas.

Dessa forma, as condições de moradia não podem ser compreendidas de maneira isolada, mas em articulação com as demais dimensões que constituem a inserção dos migrantes no território. A precariedade habitacional identificada nas entrevistas e nos registros de campo relaciona-se às condições materiais de vida, à renda e às formas de inserção no trabalho, demonstrando que a obtenção de emprego e a permanência no município não asseguram, necessariamente, o acesso à moradia adequada. Nesse sentido, a integração desses sujeitos apresenta limites que se tornam visíveis quando se consideram as condições concretas em que ocorre a reprodução da vida.

Essa realidade permite estabelecer um diálogo com Santos, Ferreira e Coutinho (2013), que problematizam as contradições existentes entre a inserção dos migrantes pelo trabalho e sua condição enquanto sujeitos de direitos. A contribuição dos autores auxilia na compreensão dos dados encontrados em Mercedes, onde se observa que o atendimento às necessidades imediatas dos migrantes não corresponde, necessariamente, à existência de políticas públicas estruturadas capazes de enfrentar as condições de precariedade vivenciadas por parte dessa população. No caso da habitação, essa contradição torna-se particularmente evidente: enquanto os serviços municipais realizam encaminhamentos e mobilizam formas pontuais de auxílio, inclusive por meio de arrecadações e doações, os dados da pesquisa não evidenciam investimentos ou uma política habitacional específica voltada às demandas identificadas.

Desse modo, a realidade investigada em Mercedes aproxima-se da discussão proposta por Santos, Ferreira e Coutinho (2013) na medida em que evidencia uma distância entre a inserção econômica do migrante e a garantia das condições necessárias à sua reprodução social. A incorporação desses sujeitos ao mercado de trabalho local não significa, por si só, a superação das situações de precariedade observadas em outras dimensões da vida cotidiana. A moradia evidencia essa contradição ao demonstrar que é possível estar inserido produtivamente no território e, simultaneamente, enfrentar limitações no acesso a condições habitacionais adequadas. Assim, mais do que compreender a presença dos migrantes a partir de sua participação no

mercado de trabalho, torna-se necessário considerá-los como sujeitos de direitos, cuja integração ao território envolve também o acesso efetivo às condições materiais necessárias à permanência e à reprodução da vida.

4.6 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, MAQUILA E OS NOVOS FLUXOS DE BRASILEIROS PARA O PARAGUAI

A compreensão dos deslocamentos contemporâneos entre Brasil e Paraguai exige considerar que a mobilidade populacional nessa fronteira não constitui um fenômeno recente nem ocorre em uma única direção. Antes do fluxo de migrantes paraguaios para municípios brasileiros analisado nesta pesquisa, a fronteira já havia sido marcada por um expressivo movimento de brasileiros em direção ao território paraguaio. Marques (2009) demonstra que a emigração massiva de brasileiros para o Paraguai teve início no final da década de 1950 e se intensificou nas décadas de 1960 e 1970. Posteriormente, esse processo passou a coexistir com movimentos de retorno ao Brasil e com formas de circularidade transfronteiriça, demonstrando que as relações migratórias entre os dois países não podem ser compreendidas como deslocamentos realizados em uma única direção.

Essa dinâmica também é discutida por Albuquerque (2009), que analisa as experiências dos denominados “brasiguaios” residentes em municípios do departamento de Alto Paraná, no Paraguai. O autor evidencia que esses sujeitos mantêm diferentes formas de circulação através dos limites nacionais, produzindo fluxos transfronteiriços e relações sociais que conectam os territórios paraguaio e brasileiro. Sua análise demonstra, ainda, que a fronteira não constitui apenas uma linha político-administrativa de separação, mas um espaço no qual se produzem aproximações, diferenciações e formas distintas de identificação entre os sujeitos que nela vivem e circulam.

A tese de Marques (2009) reforça essa compreensão ao demonstrar que as trajetórias dos brasiguaios envolvem não apenas migração e retorno, mas também movimentos recorrentes entre os dois países. A autora identifica deslocamentos relacionados ao trabalho, às compras, às visitas, à religião e ao acesso a serviços de saúde e educação, entre outras necessidades, destacando também a importância das redes pessoais na circulação de informações, recursos e formas de solidariedade. A mobilidade fronteira apresenta-se, portanto, como um processo no qual permanência e circulação podem coexistir.

No Oeste do Paraná, pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIOESTE também contribuem para compreender a intensidade dessas relações. Rocha (2019), ao estudar o segmento fronteiriço formado por Guaíra (PR) e Salto del Guairá (Canindeyú), identificou interações cotidianas relacionadas à saúde, educação, trabalho e consumo, demonstrando a existência de diferentes redes estabelecidas através do limite internacional. A proximidade desse recorte com a área investigada nesta dissertação torna sua contribuição particularmente relevante para compreender as relações transfronteiriças existentes na região.

Na mesma direção, Kammer (2020), ao investigar as redes de interações transfronteiriças entre Pato Bragado (PR) e Nueva Esperanza (Canindeyú), demonstra a existência de fluxos cotidianos de diferentes naturezas entre os dois lados da fronteira. A autora identifica relações envolvendo trabalho, atividades econômicas, serviços e vínculos familiares, além de destacar que as redes estabelecidas nos dois sentidos da fronteira apresentam características distintas. Sua pesquisa também evidencia a presença histórica da migração brasileira no território paraguaio e os conflitos relacionados à expansão dessas ocupações.

Esses estudos permitem situar a migração paraguaia para Mercedes em uma dinâmica fronteiriça historicamente constituída por deslocamentos em diferentes sentidos. O movimento investigado nesta pesquisa, portanto, não representa o início das relações migratórias entre os dois territórios, mas uma configuração específica de uma fronteira já marcada pela circulação de trabalhadores, famílias, mercadorias e pelo acesso diferenciado a serviços e oportunidades. Reconhecer essa trajetória histórica permite compreender o fluxo Paraguai–Brasil identificado em Mercedes sem isolá-lo dos movimentos anteriores de brasileiros em direção ao Paraguai e das formas de circulação que permanecem presentes na região.

Se os movimentos anteriores estiveram fortemente relacionados à migração de brasileiros para áreas paraguaias e à constituição de redes familiares e econômicas transfronteiriças, nas últimas décadas também se observam outras configurações dessa mobilidade. Entre elas, encontram-se deslocamentos associados às atividades empresariais, comerciais e produtivas, incluindo aqueles relacionados à expansão do regime de maquila no Paraguai. Essas formas contemporâneas não substituem os fluxos anteriores, mas acrescentam novas características às relações estabelecidas entre os dois países.

De acordo com reportagem da BBC News Brasil, observa-se o aumento da procura de brasileiros por residência no Paraguai, movimento associado, entre outros fatores, à percepção de menor carga tributária, redução dos custos de produção e maior facilidade para empreender (Tavares, 2026). A reportagem também aponta que, entre os sujeitos mencionados, aparecem insatisfações relacionadas a aspectos do cenário político e econômico brasileiro e expectativas de encontrar, no país vizinho, condições consideradas mais favoráveis ao desenvolvimento de atividades econômicas. Tais elementos, contudo, devem ser compreendidos como motivações presentes entre os casos abordados pela fonte, não permitindo sua generalização para o conjunto dos brasileiros que se deslocam para o Paraguai.

No entanto, essas percepções devem ser analisadas em relação às condições econômicas e institucionais que têm favorecido determinadas atividades produtivas no Paraguai. Nesse sentido, Paniagua (2020) contribui para compreender a expansão das indústrias maquiladoras e os fatores relacionados à sua localização, entre os quais se destacam os custos de produção, os incentivos fiscais e a disponibilidade de força de trabalho. A contribuição do autor permite situar parte dos deslocamentos empresariais contemporâneos sem reduzir a mobilidade entre Brasil e Paraguai a uma única determinação econômica.

Entre essas condições, destaca-se o regime de maquila, instituído pela Lei nº 1.064/1997 e regulamentado em 2000, que possibilitou a instalação de empresas direcionadas principalmente à produção para exportação. Paniagua (2020) demonstra que esse modelo produtivo está relacionado à utilização de incentivos econômicos e fiscais e às condições de produção existentes no território paraguaio, constituindo um elemento importante para compreender a atração de determinadas atividades empresariais.

A presença dessas atividades acrescenta uma dimensão econômica às formas contemporâneas de mobilidade entre Brasil e Paraguai. Nesse contexto, a fronteira assume importância pela proximidade territorial entre os dois países e pelas relações econômicas historicamente estabelecidas na região. Entretanto, não se pretende estabelecer uma relação direta entre a expansão da maquila e a totalidade dos deslocamentos de brasileiros para o Paraguai, uma vez que esses movimentos apresentam motivações e trajetórias distintas.

O trabalho permanece, nesse sentido, como uma categoria importante para compreender parte dessas mobilidades. Contudo, sua manifestação assume

características diferentes conforme os sujeitos envolvidos. Enquanto determinados deslocamentos contemporâneos de brasileiros apresentados pelas fontes consultadas estão relacionados às atividades empresariais, aos investimentos e às oportunidades econômicas no Paraguai, as entrevistas realizadas nesta pesquisa demonstram que, entre os migrantes paraguaios investigados em Mercedes, o trabalho aparece principalmente associado à busca por renda, permanência e reprodução material da vida.

Essa diferença permite identificar uma das contradições presentes nas relações transfronteiriças analisadas. De um lado, determinadas condições existentes no Paraguai podem representar oportunidades para empresas, investidores e trabalhadores brasileiros; de outro, os relatos dos migrantes paraguaios entrevistados em Mercedes evidenciam deslocamentos motivados por trabalho, saúde, redes familiares, segurança e busca por melhores condições de vida. Não se trata, portanto, de fluxos equivalentes, tampouco de sujeitos que atravessam a fronteira nas mesmas condições.

Os dados desta pesquisa demonstram ainda que o acesso aos serviços públicos brasileiros, especialmente saúde, educação e assistência social, constitui elemento relevante nas experiências de permanência de parte dos migrantes entrevistados. Entretanto, conforme discutido anteriormente, esse acesso não deve ser generalizado como causa principal da migração, uma vez que as trajetórias investigadas apresentam diferentes motivações e combinações entre trabalho, relações familiares, saúde, segurança e condições de vida.

Dessa forma, a fronteira Brasil–Paraguai revela a coexistência de movimentos populacionais distintos, historicamente constituídos e realizados por sujeitos com diferentes condições sociais, econômicas e territoriais. Os deslocamentos de brasileiros para o Paraguai e de paraguaios para o Brasil não constituem movimentos simplesmente opostos ou equivalentes, mas trajetórias que assumem sentidos diversos conforme o período histórico, os sujeitos envolvidos e as condições que orientam sua mobilidade. No caso dos paraguaios investigados em Mercedes, os dados empíricos demonstram que o trabalho ocupa posição central, articulando-se a outras dimensões da reprodução da vida e da permanência no território.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida nesta dissertação permite afirmar que a presença da população migrante em Mercedes (PR) não constitui um fenômeno isolado ou conjuntural, mas expressa, de forma concreta, as contradições estruturais do desenvolvimento capitalista em territórios de fronteira. Ao tomar o trabalho como categoria central, conforme discutido no Capítulo 2, evidenciou-se que ele não apenas organiza a vida social, mas também atua como mediação fundamental através da qual se produzem e se reproduzem desigualdades, especialmente quando submetido à lógica da acumulação. O trabalho deixa de ser apenas meio de realização humana para se afirmar como mecanismo de subordinação, seletividade e hierarquização da força de trabalho.

Essa dinâmica para o recorte da pesquisa não pode ser compreendida sem o resgate histórico realizado no Capítulo 3, que demonstra que a região Oeste do Paraná e o próprio território paraguaio foram constituídos a partir de processos marcados pela exploração intensiva da força de trabalho, pela concentração fundiária e pela inserção subordinada na economia mundial. Desde as obras, passando pelas políticas de colonização e pela expansão do agronegócio, consolidou-se uma lógica de apropriação do território que combina modernização produtiva e permanência de relações de trabalho desiguais. Assim, a migração nos dias de hoje representa continuidade de um processo histórico de mobilização da força de trabalho em função das necessidades do capital.

Os dados apresentados no Capítulo 4 confirmam que a inserção dos migrantes ocorre, em grande medida, em atividades marcadas pela informalidade. Muitos paraguaios e outros estrangeiros entrevistados relataram que, diante da demora na regularização documental e da ausência de encaminhamentos institucionais, iniciaram suas atividades sem vínculo formal de trabalho, aceitando as oportunidades disponíveis, ainda que caracterizadas por baixa remuneração, alta rotatividade e instabilidade.

Essa dinâmica revela uma forma de integração que, ao mesmo tempo em que se mostra necessária ao funcionamento da economia local, se estrutura de maneira profundamente desigual. Trata-se de uma inserção funcional, na qual a presença migrante é incorporada enquanto força de trabalho disponível, mas não plenamente reconhecida como sujeito de direitos, condição evidenciada não apenas nas falas dos trabalhadores, mas também nos discursos de comerciantes e gestores municipais.

No que se refere à precariedade, ainda que o conceito possa, por vezes, parecer abstrato, os dados coletados permitem evidenciá-la de forma concreta. Situações como jornadas extensas, incluindo trabalho contínuo ao longo de toda a semana por remunerações mínimas, o desempenho de atividades fisicamente extenuantes em indústrias e, ainda, casos em que o local de trabalho se confunde com o espaço de moradia muitas vezes em condições inadequadas indicam que a precariedade não é apenas uma categoria analítica, mas uma realidade vivida cotidianamente por esses sujeitos.

Nesse contexto, o trabalho aparece como algo contraditório: ao mesmo tempo em que permite a permanência no território brasileiro, também mantém situações de precariedade e limita as possibilidades reais de mobilidade social. A própria fronteira, que muitas vezes é vista como espaço de circulação e integração, na prática se mostra como um território onde essas desigualdades se reproduzem, favorecendo relações mais flexíveis que acabam atendendo às exigências do capital.

Ao mesmo tempo, a pesquisa mostra que a permanência dos migrantes não depende só do trabalho, mas também do acesso, ainda que limitado, a serviços básicos como saúde, educação e assistência social. Nesse ponto aparece outra contradição importante: aquilo que, do ponto de vista institucional, é considerado mínimo, para esses sujeitos representa dignidade. Isso mostra que essa integração acontece de forma incompleta e desigual, marcada pelas diferenças entre o lugar de origem e o de destino.

As entrevistas também ajudam a entender melhor quem é esse sujeito migrante. Eles não são apenas mão de obra passiva, constroem redes, se ajudam e vão encontrando formas de se inserir no território. Mas isso não muda o fato de que continuam em posições mais vulneráveis. Ou seja, existe capacidade de ação, mas dentro de limites bem definidos por relações sociais que continuam sendo desiguais.

Diante disso, esta pesquisa mostra que a presença de estrangeiros em Mercedes (PR) não pode ser vista como algo isolado, mas como parte de um processo maior ligado às mudanças no trabalho no capitalismo atual. Nesse contexto, a mobilidade da força de trabalho atende a interesses como redução de custos, maior flexibilidade e intensificação da exploração. Assim, a migração não é apenas resultado das desigualdades, mas também ajuda a manter essas desigualdades.

A partir disso, o estudo se afasta de visões que tratam a fronteira como um espaço apenas de integração ou que entendem a migração só como busca por

oportunidades. O que aparece na prática é uma realidade marcada por relações de poder, em que existem possibilidades de permanência, mas também muitos limites para uma inserção mais justa.

Entender esse processo exige ir além da descrição e olhar para as condições concretas que estruturam essa realidade. Nesse sentido, o trabalho não é apenas uma forma de inserção, mas um elemento central para entender como o território se organiza e como as desigualdades se mantêm. Mais do que analisar um caso específico, esta pesquisa mostra a necessidade de pensar de forma mais crítica a relação entre trabalho, migração e fronteira, já que a integração observada não elimina as desigualdades, apenas as reorganiza.

Ao mesmo tempo, os resultados indicam que o município pode avançar nesse cenário. A criação de políticas públicas voltadas à população migrante, pensadas a partir da realidade dessas pessoas, pode ajudar a reduzir parte das dificuldades enfrentadas no dia a dia. A existência de um espaço de atendimento, orientação e encaminhamento, ou até a disponibilização de um local para iniciativas da própria comunidade, pode fazer diferença. Além disso, a fiscalização das condições de trabalho precisa ser mais presente, para evitar situações de exploração, assim como ações que contribuam para enfrentar o preconceito ainda existente.

Por fim, pensar a migração em áreas de fronteira é reconhecer que a integração não acontece de forma automática. Ela é construída no cotidiano, com dificuldades, mas também com estratégias de resistência. Por isso, mais do que analisar essa realidade, é importante apontar caminhos que possam contribuir, ainda que aos poucos, para condições de vida mais justas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos "brasiguaios" entre os limites nacionais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 31, pág. 137–166, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/cthfCSRbsgkKrHFpGm4c9Rf/> . Acesso em: 3 de maio de 2025.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e cinema: o mundo do trabalho através do cinema**. Londrina: Práxis, 2014.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BBC NEWS BRASIL. Brasileiros buscam oportunidades no Paraguai e impulsionam migração na fronteira. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cwyw7696n1zo>. Acesso em: 17 abril 2026.

BECKER, Elsbeth Leia Spode. **A Geografia e o método dialético**. VIDYA, v. 25, n. 2, p. 8-8, 2005.

BUTTIGIEG. Sulla **Categoria gramsciana di ‘subalterno’**. In: BARATA, G.; LIGUORI, G. (Org.). Gramsci da un secolo all’altro. Roma: Editori Riuniti, 1999, p. 27-38.

BOURDIEU, Pierre. Prefácio. In: SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alterité**. Bruxelas: De Boeck-Wesmael, 1991. p. 11.

BRANDI, Paulo. **Itaipu Binacional meio século: o aproveitamento da energia hidráulica dos Saltos de Sete Quedas**. Memória da Eletricidade, 16 maio 2024. Disponível em: <https://memoriadaeletricidade.com.br/blog/139956/itaipu-binacional-meio-seculo>. Acesso em: 17 ago. 2026.

BRASIL. Carta Régia de 28 de janeiro de 1808. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carta/1808/cartaregia-28-janeiro-1808-549421-norma-pe.html> . Acesso em: 30 de abril de 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930. Regula a entrada de estrangeiros no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 1930.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, Brasília, 2017.

BRASIL. Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 1980.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONAETE). Migrantes e refugiados: uma aproximação baseada na centralidade do trabalho e na justiça social. Organização: Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes; Priscila Moreto de Paula. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2021. 654 p. ISBN 978-65-89468-02-8 (físico). ISBN 978-65-89468-03-5 (digital).

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: Edusp, 1998.

CARNEIRO, Cynthia Soares. Políticas migratórias no Brasil e a instituição dos “inde-sejados”: a construção histórica de um Estado de Exceção para estrangeiros. **Revista Opinião Jurídica**, v. 16, n. 22, p. 56-85, 2018.

CASTELO, Rodrigo; RIBEIRO, Vinicius; ROCAMORA, Guilherme de. Capitalismo dependente e as origens da “questão social” no Rio de Janeiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 137, p. 15-34, jan./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.199>

CORRÊA, Roberto Lobato. **Território e redes. Em o espaço urbano.** 6. ed. São Paulo: Ática, 2012. p. 199–210.

DIAS, Edson dos Santos; CASTELLANO, Maria José. O processo de formação social do espaço de fronteira do oeste-sudoeste Paranaense. **Geografia Ensino e Pesquisa**, vol. 19, n.1, jan/abr.2015.

DIAS, Leila Christina. **Os sentidos da rede: notas para discussão.** In: DIAS, Leila Christina e SILVEIRA, Rogério L. Lima da. *Redes, sociedades e territórios.* Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

DIAS, Leila Cristina. **Território e redes- perspectiva teórico metodológicas no campo interdisciplinar do desenvolvimento regional.** In: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. *Território, redes e desenvolvimento regional.* Florianópolis: Insular, 2018. p. 13-24. Disponível em: Acesso em: 20 maio de 2025.

DORFMAN, Adriana. Economias políticas da fronteira: notas sobre circulação, trocas e práticas econômicas no Mercosul. **Revista RA'EGA**, v. 17, n. 30, p. 67–84, 2020. DOI: 10.5418-ra2020.v17i30.10678.

ENGELS, Friedrich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos filosóficos escolhidos.* 5. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990. p. 3–18.

FARIA, Maria Rita Fontes. **Migrações internacionais no plano multilateral: Reflexões para a política externa brasileira.** Brasília: FUNAG, 2015.

FÁVERO, Altair Alberto; PASINATO, Darciel. As políticas neoliberais no Brasil: sua influência na educação básica e superior. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 15, n. 3, p. 903-928, 2020. DOI: 10.7867/1809-0354.2020v15n3p903-928.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GREGORY, Valdir; VANDERLINDE, Tarcísio; MYSKIW, Antônio Marcos. **Mercedes: uma história de encontros**. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2004.

HAESBAERT, Rogério; SANTA BÁRBARA, Maria de Jesus. Redes transfronteiriças no Mercosul. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, n. 51, pág. 17–22, atrás. 2001. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/818>. Acesso em: 24 de Outubro de 2024.

HARRIS, Marvin; CATALINA, Gonzalo Gil. **El materialismo cultural**. Madrid: Alianza, 1982.

HARVEY, David. (2004). O “novo” imperialismo: sobre rearranjos espaciotemporais e acumulação mediante despossessão. **Revista Margem Esquerda**, 5, p. 31-41.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

INE. **Indicadores Socioeconómicos del Paraguay 2022**. Asunción: Instituto Nacional de Estadística, 2022. Disponível em: <https://www.ine.gov.py>. Acesso em: 29 out. 2025.

JESUS, Alex Dias de. **A mobilidade haitiana no Mato Grosso do Sul**. Anais do VI Seminário Internacional América Platina. Campo Grande, 2016. Disponível em: http://eventos.sistemas.uems.br/assets/uploads/eventos/88a59795508e69486b5c940014affe2c/anais/1_2016-11-13_20-13-00.pdf. Acesso em: 27 nov. 2025

JESUS, Alex Dias de. Configurações da migração haitiana no Mato Grosso do Sul. **Travessia – Revista do Migrante**, Ano XXXI, n. 84, p. 113–126, 2018.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Torrieri Guimarães. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. (Coleção Pensamento Crítico, v. 9).

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Tradução de Raul Antelo. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MACIEL, Renata. O papel dos imigrantes no trabalho. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão – REDD**, Botucatu, v. 12, n. 1, p. 25-34, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/index>. Acesso em: 14 out. 2025.

MACHADO, Lia Osório. **Limites, Fronteiras, Redes**. In: STROHAECKER, Tânia Marques. et al. (Org.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998.

MACHADO, Lia Osório. **Limites, fronteiras, redes**. Rio de Janeiro: Grupo Retis, 1998. Disponível em: <https://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/1998-Limites-fronteiras-redes-LOM.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2025.

MARQUES, Denise Helena França. **Circularidade na fronteira do Paraguai e Brasil: o estudo de caso dos “brasiguaios”**. 2009. 172 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2009.

MASSIMO, Lucas. Como se explica o neoliberalismo no Brasil? Uma análise crítica dos artigos publicados na Revista Dados. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 133-153, set. 2013.

MERCEDES (PR). Lei nº 1.854, de 4 de outubro de 2024. Dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual do Município de Mercedes para o exercício de 2025. Mercedes, PR, 29 ago. 2025.

MERCEDES (PR). Lei nº 1.907, de 25 de junho de 2025. **Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Município de Mercedes para o exercício financeiro de 2026**. Mercedes, PR, 29 ago. 2025.

MERCEDES (PR). **Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Despesa com Pessoal. Período: julho de 2024 a junho de 2025**. Disponível em: <https://mercedes.atende.net/transparencia/item/gestao-fiscal>. Acesso em: 29 ago. 2025.

MEMÓRIA RONDONENSE. **Memória Rondonense: resgatando a história do Oeste Paranaense**. Disponível em: <https://memoriarondonense.com.br/>. Acesso em: 1 fev 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, António Pedro. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, n. 40, p. 11-25, 2018.

MYSKIW, Antonio Marcos. **Colonos, Posseiros e Grileiros: conflitos de terra no Oeste Paranaense** (1961/66). Niterói: UFF, 2002. [Dissertação de Mestrado em História Social]

PANIAGUA, Lucas Frederico Ortiz. **Análise do processo de industrialização via maquilas em Pedro Juan Caballero – Departamento de Amambay (Paraguai)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2020.

PNUD. **Informe sobre Desarrollo Humano Paraguay 2023**. Asunción: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2023. Disponível em: <https://www.undp.org/es/paraguay>. Acesso em: 29 out. 2025.

PRIORI, A., et al. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. 234 p. ISBN 978-85-7628-587-8. Available from SciELO Books .

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIPPEL, Ricardo. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000** / Ricardo Rippel. - Campinas, SP: [s. n.], 2005.

ROCHA, Ana Paula Azevedo da. **Redes de consumo entre Brasil e Paraguai no segmento de fronteira formado por Guaíra (Estado do Paraná) e Salto Del Guairá (departamento de Canindeyú) a partir de 1980**. 2019. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019.

SANTOS, Cleusa; FERREIRA, Ana Cássia Cople; COUTINHO, Luciano Rodrigues de Souza. Migração da força de trabalho: internacionalização do capital para quem? – As políticas neoliberais e os desafios conjunturais. **Revista Katálisis, Florianópolis**, v. 16, n. 1, p. 15–34, jan./jun. 2013.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. E SILVEIRA, M. (2001). **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6. ed. 2. reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2012.

SAYAD, Abdelmalek. **O que é um Imigrante?** In: SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998 pp.45-72.

SMANIOTTO, Marcos Alexandre. Modernização conservadora na microrregião oeste do paraná (1964-1979) In: SILVA, Márcio Antônio Both da; KOLING, Paulo José (orgs.). **Terra e Poder: Vivências e Lutas Sociais no Campo**. Passo Fundo: Acervus Editora, 2022.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SILVA, Suana Medeiros. **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels (resenha)**. *Pegada – Revista da Geografia do Trabalho*, Presidente Prudente, v. 19, n. 1, p. 216–228, jan./abr. 2018.

SILVEIRA, Claudia Vera da; MISSIO, Fabricio José; VIEIRA, Rosele Marques. Relações de trabalho na formação histórico-econômica do Paraguai. **História Econômica & História de Empresas**, v. 20, n. 2, p. 295–322, 2017.

SOUCHAUD, Sylvain; CARMO, RL do; FUSCO, W. Migração e mobilidade no Mercosul: a fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai. **Teoria e Pesquisa**, v. 39-60, 2007.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da “leitura” geográfica. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, Presidente Prudente, v. 12, n. 1, p. 55-73, jul. 2011. Disponível em: unesp.br. Acesso em: 1 out. 2025.

WACHOWICZ, R. C. **Paraná Sudoeste: ocupação e colonização**. 2. ed. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.